



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

DGADR
Direcção-Geral
de Agricultura e
Desenvolvimento Rural

PROGRAMAÇÃO



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

2009

DGADR

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS
DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

2009

LISBOA
2010

I. Nota Introdutória	3 - 9
Caracterização da DGADR	5
Missão e atribuições	6
Enquadramento legal	7
Estrutura orgânica	7
Organograma	9
II. Auto-avaliação	10 - 106
Enquadramento	11
Avaliação do sistema de controlo interno	12
Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo de desempenho	19
Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional	22
Análise de satisfação dos clientes	24
Análise de satisfação dos colaboradores	28
Avaliação do grau de cumprimento dos objectivos do QUAR	34
Actividades desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano, com indicação dos resultados alcançados	39
Afectação real e prevista dos recursos humanos, materiais e financeiros	100
III. Balanço Social	107 - 122
IV. Avaliação Final	123 - 132
Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados e menção proposta	124
Conclusões prospectivas e plano de melhorias	129
V. Anexos	133 - 164
Quadros do balanço social	134
Questionário de satisfação dos clientes	156
Questionário de satisfação dos colaboradores	158
Abreviaturas	161

NOTA INTRODUTÓRIA

A elaboração do Relatório de Actividades tem como objectivo apresentar a actividade desenvolvida pela Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural ao longo de 2009, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro. Faz parte do ciclo anual de gestão dos serviços da administração pública, com demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, em articulação com as novas regras constantes do Decreto-Lei 66-B/2007 de 28 de Dezembro.

O Decreto-Lei supracitado estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, designado por SIADAP, que pretende “contribuir para a melhoria do desempenho e qualidade de serviço da Administração Pública, para a coerência e harmonia da acção dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para uma promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências”.

O SIADAP assenta numa concepção integrada dos sistemas de gestão e avaliação e visa reforçar na Administração Pública uma cultura de avaliação e responsabilização, vincada pela publicitação dos objectivos dos serviços e dos resultados obtidos, em estreita articulação com o ciclo anual de gestão.

No quadro actual da Administração Pública a estratégia de introdução de novas práticas de gestão elegendo a “gestão por objectivos” como a principal mudança, conduz a uma atitude de orientação para resultados a aplicar em toda a sua estrutura organizacional.

Assim, o presente Relatório de Actividades, em correspondência com o Plano de Actividades de 2009, é efectuado segundo uma metodologia assente na gestão por objectivos, tanto numa perspectiva organizacional como numa perspectiva individual, com o envolvimento de todas as Unidades Orgânicas, o que conduz a uma maior responsabilização desde o topo até às unidades de base.

CARACTERIZAÇÃO DA DGADR

MISSÃO E ATRIBUIÇÕES

A DGADR é um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa e integrado no Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Tem como missão, conforme consta no Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, “Contribuir para a execução das políticas nos domínios da agricultura, dos recursos genéticos vegetais, da fitossanidade e dos produtos fitofarmacêuticos, dos materiais de multiplicação de plantas e de variedades vegetais, do regadio e da gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas, da protecção dos recursos naturais e da gestão sustentável do território, da qualificação dos agentes rurais e da valorização e diversificação económica das zonas rurais, propondo as medidas e instrumentos de política, promovendo a respectiva aplicação e participando no seu acompanhamento e avaliação, sendo o serviço investido nas funções de autoridade nacional do regadio, assim como de autoridade fitossanitária nacional”.

O que, de forma sintética, se pode traduzir da seguinte forma:

**Promover a Valorização, a Competitividade e a
Sustentabilidade da Agricultura e dos Territórios Rurais**

Para tal prossegue as seguintes atribuições:

- Contribuir para a formulação da estratégia, das prioridades e objectivos e participar na elaboração de planos, programas e projectos nas áreas da sua missão;
- Promover o desenvolvimento económico e social das zonas rurais, designadamente através da qualificação e valorização dos territórios e da diversificação económica;
- Promover a viabilização das explorações agrícolas, a modernização das empresas de transformação e comercialização dos produtos agro-alimentares;
- Dinamizar uma política de sustentabilidade dos recursos naturais, do regadio e do desenvolvimento dos aproveitamentos hidroagrícolas, nomeadamente, e sem prejuízo de externalização, a promoção e acompanhamento e fiscalização da obra hidráulica;
- Assegurar a protecção e a valorização dos recursos genéticos vegetais;
- Executar a política de protecção das culturas;
- Desenvolver as funções de autoridade nacional de regadio, representando o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) em matérias relacionadas com a utilização da água

na agricultura, participando na definição da política nacional da água e elaborando, coordenando, acompanhando e avaliando a execução do Plano Nacional do Regadio, criando e mantendo actualizado um sistema de informação sobre o regadio e sobre as infra-estruturas hidroagrícolas que o sustentam;

- ➔ Desenvolver as funções de autoridade fitossanitária nacional, preparando as normas necessárias a uma eficaz regulamentação do sector dos produtos fitofarmacêuticos, promovendo a sua correcta utilização e colaborando na concepção e execução de programas de monitorização dos resíduos de pesticidas e de controlo de formulações de pesticidas no mercado, assegurando o cumprimento das obrigações nacionais, comunitárias e internacionais, bem como elaborando e implementando os programas de âmbito ou relevância nacional destinados a garantir o bom estado fitossanitário das culturas.

ENQUADRAMENTO LEGAL

A Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural tem o seu enquadramento legal nos seguintes diplomas:

- ➔ Decreto Regulamentar n.º 8/2007, de 27 de Fevereiro, que aprova a sua Lei Orgânica;
- ➔ Portaria n.º 219-C/2007, de 28 de Fevereiro, que estabelece a estrutura nuclear e as competências das respectivas unidades orgânicas;
- ➔ Despacho n.º 9185/2007, de 23 de Março, que determina a composição das unidades orgânicas nucleares e as respectivas competências;
- ➔ Portaria n.º 1342/2007, de 11 de Outubro, que fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipa multidisciplinares.

ESTRUTURA ORGÂNICA

De acordo com o disposto na Portaria n.º 219-C/2007, de 28 de Fevereiro, e no Despacho n.º 9185/2007, de 23 de Março, a DGADR encontra-se estruturada nas seguintes unidades orgânicas:

Direcção

Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA)

- Divisão de Organização e Gestão de Recursos Humanos (DOGRH)
- Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental (DGFCO)
- Divisão de Planeamento, Documentação e Informática (DPDI)

Direcção de Serviços de Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DSATAR)

- Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas (DAEA)
- Divisão de Formação e Associativismo (DFA)
- Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais (EPDTR)

Direcção de Serviços de Hidráulica e Engenharia Agro-Rural (DSHEAR)

- Divisão de Infra-estruturas Hidráulicas (DIH)
- Divisão de Engenharia Agro-Rural (DEA)
- Equipa de Mecanização e Apoio a Projectos (EMAP)

Direcção de Serviços de Regadio e dos Recursos Naturais (DSRRN)

- Divisão de Planeamento do Regadio e dos Solos (DPRS)
- Divisão de Gestão do Regadio e da Qualidade da Água (DGRQA)

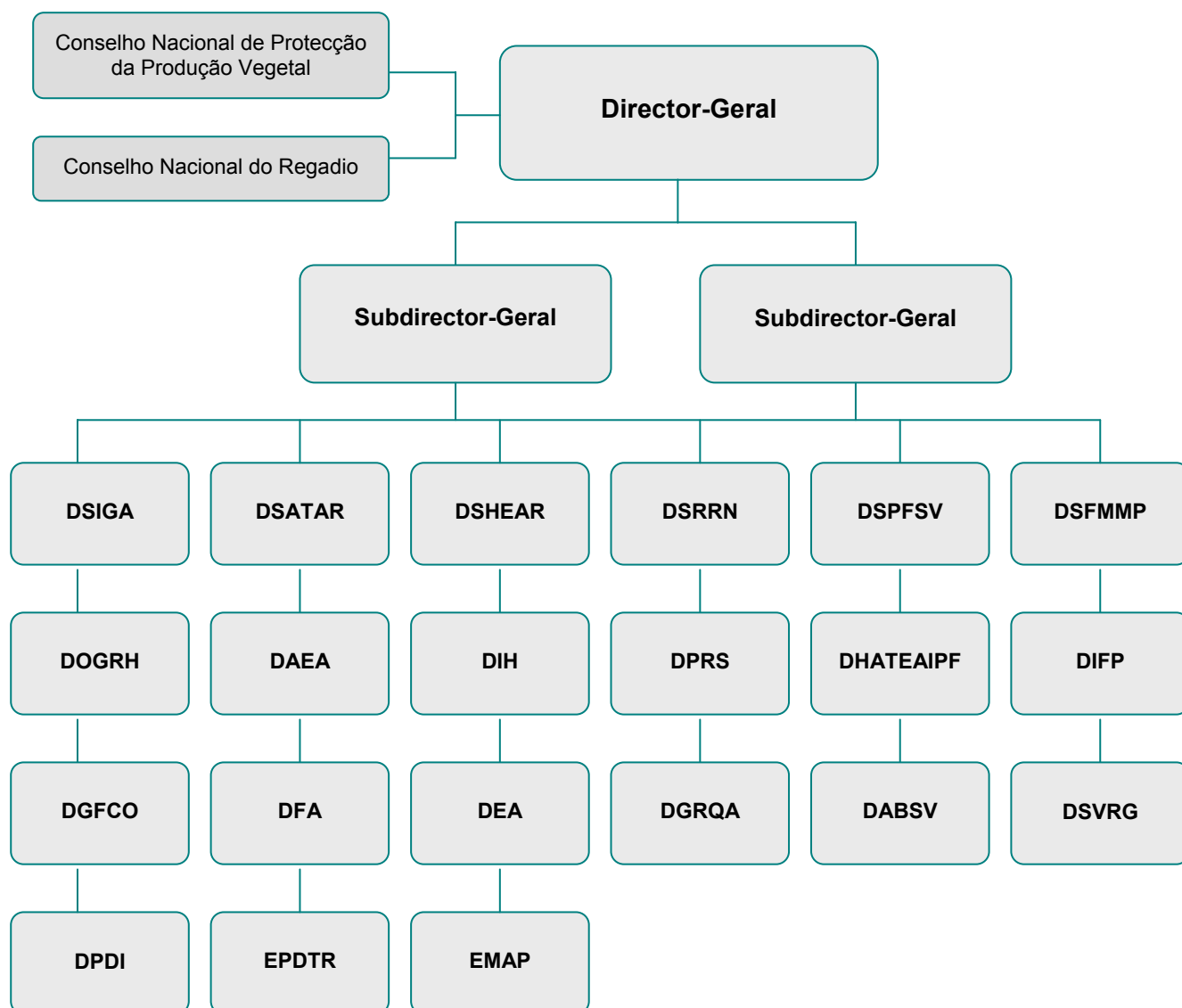
Direcção de Serviços de Produtos Fitofarmacêuticos e de Sanidade Vegetal (DSPFSV)

- Divisão de Homologação e de Avaliação Toxicológica, Ecotoxicológica, Ambiental e da Identidade de Produtos Fitofarmacêuticos (DHATEAIPF)
- Divisão de Avaliação Biológica e de Sanidade Vegetal (DABSV)

Direcção de Serviços da Fitossanidade e de Materiais de Multiplicação de Plantas (DSFMMP)

- Divisão de Inspecção Fitossanitária e Propágulos (DIFP)
- Divisão de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos (DSVRG)

ORGANOGRAMA



AUTO-AVALIAÇÃO

ENQUADRAMENTO

Cumprido o disposto na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, a Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural elaborou o presente relatório de auto-avaliação, o qual constitui parte integrante do seu Relatório de Actividades.

O Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP), tem como base uma abordagem integrada da gestão e avaliação, o que permite o alinhamento dos desempenhos dos serviços e dos que neles trabalham, através da publicitação dos objectivos dos serviços e dos resultados obtidos, em estreita articulação com o ciclo de gestão.

Sendo um instrumento valioso para o processo de mudança, a auto-avaliação permite uma consciencialização do estágio de desenvolvimento da organização, conferindo orientações em relação às áreas mais e menos desenvolvidas e permitindo identificar oportunidades de melhoria. A sua aplicação não proporciona uma melhoria imediata, embora permita identificar áreas de intervenção, necessárias ou estratégicas, através de uma análise abrangente e sistemática de actividades e resultados.

Neste sentido, na elaboração deste relatório, optou-se por evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com a execução final do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), face aos objectivos anualmente fixados e relevando os factores condicionantes ao desempenho.

Pretende-se, igualmente, fazer uma exposição genérica do que tem sido a estratégia de actuação desta Direcção-Geral para responder às exigências do processo de mudança, com apresentação dos resultados alcançados face aos objectivos definidos pelas unidades orgânicas bem como as acções desenvolvidas, dando ênfase ao aperfeiçoamento sistemático de uma política integrada de gestão da qualidade.

AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

AMBIENTE DE CONTROLO

No âmbito do controlo interno directamente relacionado com o Quadro de Avaliação procedeu-se à actualização semestral na plataforma GeADAP bem como a utilização interna de instrumentos para monitorização do QUAR.

Foi elaborado um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas (PGRIC) em Dezembro de 2009, tendo sido nomeado um grupo de trabalho e uma coordenação para a implementação desse mesmo plano e sua monitorização. Fazem parte desse plano não só as medidas implementadas ou a implementar nesse âmbito bem como a apresentação dos princípios éticos do organismo cuja divulgação foi realizada através de folheto elaborado para o efeito. Deu-se início à elaboração do código de conduta da DGADR.

A este nível é ainda de salientar que embora não estejam claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno é efectuada internamente uma verificação efectiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão estando claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direcção e os dirigentes das unidades orgânicas.

Relativamente à avaliação sobre SCI, destacam-se as conclusões e as recomendações de auditorias e mencionando as melhorias que se propõem implementar:

Auditoria das despesas FEOGA – Orientação (LEADER) – Comissão Europeia

Recomendações:

- ⇒ A DGADR deverá assegurar que os auditores documentem melhor o seu trabalho em relação ao número de propostas exigidas e juntem documentos comprovativos em caso de detecção de um problema;
- ⇒ A DGADR deverá exigir todos os relatórios sejam datados e assinados.

Implementação:

- √ A DGADR está a aplicar as recomendações efectuadas.

Auditoria ao PORLVT Proj. nº 2001.50.002001.9 – IGF

Sem Recomendações

Auditoria à Autoridade de Pagamento e Coordenador do Controlo de 2º Nível (IC LEADER+) – IGF

Recomendações:

- ⇒ A DGADR deverá assegurar uma adequada segregação de funções e de aprovação no sistema de gestão e controlo, nomeadamente entre a Autoridade de Gestão e a Autoridade de Pagamento;
- ⇒ A DGADR deverá corrigir as insuficiências detectadas nos procedimentos de controlo interno, nomeadamente elaborar um documento com as normas aplicar.

Implementação:

- √ Elaboração de Despacho para a segregação de Funções – Despacho n.º 6/DG/2009 – Nomeação da equipa de certificação dos pedidos de pagamento do Programa Leader+
- √ Elaboração do Manual de autoridade de Pagamento Leader+ para a questão da certificação das despesas.

Auditoria à Gestão Patrimonial nos serviços do MADRP - Viaturas

Recomendações:

- ⇒ Clarificar as condições de utilização e afectação dos respectivos parques automóveis, sendo que, com a excepção da deslocação do Director Geral, todas as outras deverão ser objecto da competente autorização escrita, necessariamente enquadrada na legislação vigente;
- ⇒ Promover a implementação de procedimentos que garantem uma utilização parcimoniosa das viaturas de serviço, assente em critérios de legalidade, racionalidade económica, necessidade e oportunidade do serviço, seja por parte dos funcionários, seja por parte dos seus dirigentes;
- ⇒ Garantir o cumprimento, por todos os funcionários, incluindo dirigentes, das normas e regulamentos em vigor, nomeadamente no que respeita ao preenchimento, manual ou informático, dos boletins ou folhas de movimento das viaturas e à prestação de informação fiável sobre a quilometragem percorrida, aquando ao reabastecimento dos veículos, a fim de ser objecto de registo electrónico nos sistemas de informação das empresas abastecedoras de combustível, de molde a permitir, a posteriori, a validação da informação constante dos boletins ou folhas de movimento das viaturas;
- ⇒ Adoptar aplicações informáticas que respondam com eficácia à necessidade de tratamento de informação fiável, de natureza estatística e económico-financeira, relativa às viaturas, de forma a apoiar um adequado planeamento e gestão do parque automóvel, tendo em vista a sua racional utilização;
- ⇒ Promover a inventariação das viaturas pertencentes ao parque automóvel, nos termos do CIBE.

Implementação:

- √ A utilização e afectação das viaturas do parque automóvel da DGADR, na sua maioria, já são objecto da competente autorização escrita. Encontra-se em fase de aprovação um despacho de afectação de algumas viaturas à Direcção e às Direcções de Serviço;
- √ A DGADR possui um regulamento interno de utilização de viaturas aprovado por Despacho do Sr. Director Geral;
- √ É verificado o preenchimento, manual, dos boletins ou folhas de movimento das viaturas e da informação sobre a quilometragem percorrida, aquando ao reabastecimento dos veículos;
- √ A área de gestão de viaturas será reforçada a nível de recursos humanos, a fim fazer face às necessidades existentes, nomeadamente o registo electrónico nos sistemas de informação, de forma a

permitir, a posteriori, a validação da informação constante dos boletins ou folhas de movimento das viaturas;

- √ A DGADR irá adoptar a aplicação existente na ANCP, para responder à necessidade de tratamento da informação, de natureza estatística e económico-financeira, de forma a apoiar um adequado planeamento e gestão do parque automóvel, tendo em vista a sua racional utilização;
- √ Existe já um inventário das viaturas pertencentes ao parque automóvel, nos termos do CIBE.

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade importa referir que a certificação de sementes em Portugal existe desde 1939 e iniciou-se com a semente de trigo mole seguida de outras culturas para produção de semente tais como milho, cevada, gramíneas e leguminosas forrageiras, tomate e arroz. A certificação varietal tem sido desde sempre efectuada de acordo com os esquemas da OCDE. Nessa altura o organismo encarregado desta actividade era o Serviço Nacional de Sementes o qual, desde 1952, também era responsável pelo controlo da semente para exportação como garante da sua qualidade no comércio internacional. Desde então o controlo da qualidade das sementes bem como a emissão de certificados internacionais tem sido feito de acordo com os métodos prescritos nas Regras da Associação Internacional de Sementes (ISTA).

Em 1961 aquele organismo foi transferido para as actuais instalações, especialmente concebidas para o efeito e localizadas na Tapada da Ajuda em Lisboa com a designação de Estação de Ensaio de Sementes que manteve até 1977 com autonomia administrativa, embora dependendo da Repartição das Culturas Arvenses da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas. Fez posteriormente parte de diversos departamentos oficiais tendo igualmente tomado outras designações.

Por exigência da ISTA todos os seus laboratórios membros a partir de 1995 tiveram que iniciar o processo de acreditação, a fim de continuarem a ser autorizados a emitir certificados internacionais. Tendo sido desde sempre o Laboratório de Ensaio de Sementes (LES) membro desta associação, por via daquela exigência obteve a sua acreditação em 2001. Existindo a acreditação deste laboratório, pela ISTA (International Seed Testing Association), desde 2001, todo o sistema da qualidade está implementado e a funcionar em pleno desde essa altura.

Actualmente a certificação e o controlo da qualidade de sementes em geral é oficialmente promovida pela DGADR através da Divisão de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos da Direcção de Serviços de Fitossanidade e Materiais de Multiplicação de Plantas.

No contexto do sistema de controlo e no âmbito do Laboratório de Ensaio de Sementes (LES), este não teve nenhuma auditoria externa no ano de 2009. Foram realizadas auditorias internas nomeadamente ao sector da pureza, ao de germinação e ao de amostragem e certificação, de acordo com o previsto no Programa de Auditorias Internas.

As não-conformidades encontradas no decurso das auditorias foram devidamente analisadas e alvo de acções-correctivas adequadas.

ACÇÕES CORRECTIVAS E PREVENTIVAS

A eficácia de todas as acções-correctivas implementadas foi analisada pelo Gestor da Qualidade, tendo-se concluído que as 25 não-conformidades registadas resultaram do normal funcionamento do laboratório.

Comparativamente ao ano anterior, verificou-se uma importante diminuição no número de não-conformidades registadas. Não foi proposta nenhuma acção preventiva no ano de 2009.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional obedece às regras definidas legalmente de acordo com o enquadramento legal e estrutura orgânica já anteriormente referidas nas páginas 7, 8 e 9. Em 2009, 87% dos colaboradores da DGADR foram avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3. Não tendo sido avaliados os restantes 13% de vido a terem saído da DGADR (por aposentação, transferência ou mobilidade interna para outros serviços) ou por motivo de doença prolongada e 22% dos colaboradores frequentaram pelo menos uma acção de formação.

ACTIVIDADES E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO ADMINISTRATIVO IMPLEMENTADOS NO SERVIÇO

No decorrer da elaboração do PGRCIC em 2009 cuja implementação e monitorização decorre em 2010, valorizou-se a elaboração de manuais de procedimentos internos em que as responsabilidades pelas diferentes tarefas, conferencias e controlos estão tendencialmente definidas e formalizadas.

Tendo em consideração que o LES foi acreditado pelo ISTA em 2001, nessa área, pelo menos, há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos.

Considera-se que os circuitos dos documentos estão relativamente definidos de forma a evitar redundâncias, dentro do contexto possível da distribuição geográfica das três localizações principais da DGADR e sem a existência de um sistema de gestão documental.

FIABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Fiabilidade é a característica que garante aos sistemas transmitir confiança aos seus utilizadores, quer pela garantia de serviço e qualidade do *output*, assentando em mecanismos que envolvem disponibilidade de serviço através de arquitecturas redundantes e céleres e apresentando ao cliente os melhores resultados (*outputs*) no mais curto espaço de tempo.

Na DGADR:

- Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade e tesouraria, não existindo aplicação informática para a gestão documental;

- As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação ainda que parcialmente com algumas aplicações desenvolvidas internamente;
- Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas;
- A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão;
- Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou activos do serviço;
- A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de *backups*);
- A segurança na troca de informações e software está garantida.

ANEXO A

ANEXO A

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.2 É efectuada internamente uma verificação efectiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?		X		
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direcção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objecto de acções de auditoria e controlo externo?	X			
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma acção de formação?	X			1
3 – Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			2
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X		
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			2
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas?	X			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas é executado e monitorizado?	X			
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			2
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou activos do serviço?	X			
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			

Nota: as respostas devem ser dadas tendo por referência o ano em avaliação.

Legenda: S – Sim; N – Não; NA – Não aplicável.

1 - 22 %

2 - Parcialmente

DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DE DESEMPENHO

FORMAÇÃO

No âmbito da formação importa salientar cursos em diversas áreas, nomeadamente:

- ✓ O Novo Código da Contratação Pública,
- ✓ Inspeção no âmbito da produção controlo e certificação de materiais de propagação de Frutícolas e Hortícolas,
- ✓ Aplicação de Fosforetos,
- ✓ Actualização dos técnicos executantes da Rede Nacional de ensaios,
- ✓ Segurança alimentar
- ✓ Princípios e normas em matéria de segurança de géneros alimentícios
- ✓ Novo quadro regulamentar relativo a Produtos Fitofarmacêuticos.

No âmbito de homologação de cursos:

- ✓ cursos de Distribuição, Comercialização e Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos,
- ✓ curso de Produção Integrada de Pomóideas e acreditação da entidade formadora para esta tipologia de curso.

E no âmbito de homologação de certificados:

- ✓ curso de DCAPF-31 certificados
- ✓ curso de PRODI Pomóideas-1 certificado
- ✓ curso de PRODI Oliveira-1 certificado
- ✓ curso de Protecção Integrada milho, arroz e cereais de Outono/Inverno-2 certificados.

ALARGAMENTO DO ÂMBITO DA ACREDITAÇÃO DA DSVRG

De forma a assegurar a manutenção do reconhecimento da DGADR, pelo Instituto Comunitário de Variedades Vegetais (ICVV), como Organismo de Exame de DHE (Distinção, Homogeneidade e Estabilidade), procedeu-se ao alargamento do sistema de gestão da Qualidade para abranger as actividades relacionadas com os exames de DHE das variedades vegetais. Para isso a DSVRG procedeu à elaboração de uma nova versão para a totalidade dos documentos do Manual da Qualidade e criada uma nova área destinada aos procedimentos de estudos de variedades.

ENSAIOS DE COMPETÊNCIA INTERNA

No âmbito do sistema de gestão da Qualidade do Laboratório de Ensaio de Sementes (LES) são realizados anualmente ensaios de competência interna dos analistas do laboratório. Em 2009 foram executados 18 ensaios de competência interna, dos quais um originou um resultado não-conforme, em germinação de *Capsicum* spp. Este resultado deu origem a mais dois controlos de laboratório e ainda a uma acção de formação interna.

FORMAÇÃO INTERNA

A DSVRG realizou oito acções de formação internas, totalizando 21 horas em formação com um somatório de 59 presenças.

COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS, NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL

RESULTADOS DE ENSAIOS INTERLABORATORIAIS OU DE ENSAIOS DE COMPETÊNCIA

No ano de 2009, o Laboratório de Ensaio de Sementes (LES) participou em três ensaios interlaboratoriais (EIL) organizados pela International Seed Testing Association (ISTA), para as espécies *Hordeum vulgare*; *Linum usitatissimum* e *Oryza sativa*. O laboratório atingiu em 2009, uma classificação global de **A** para todos os ensaios, ou seja a classificação máxima em termos de qualidade dos resultados obtidos.

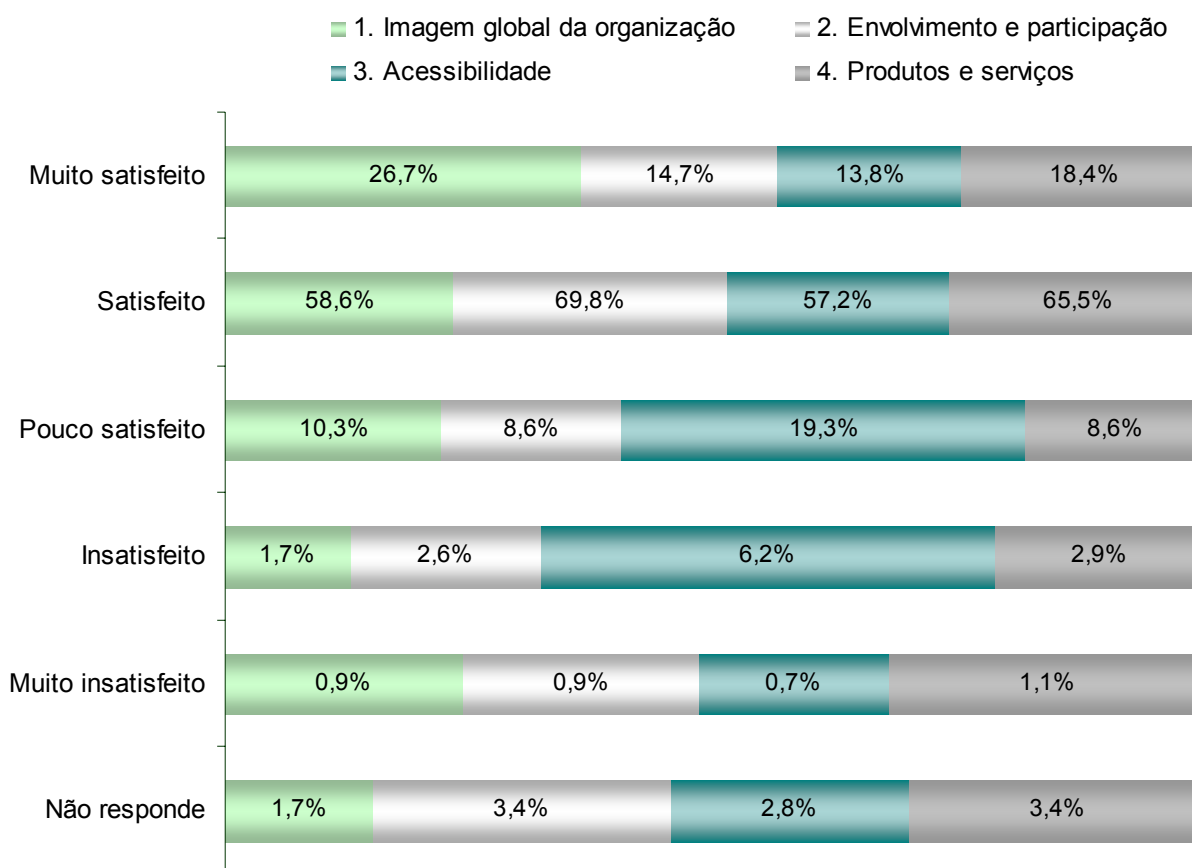
ANÁLISE DA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES

No contexto actual, os serviços públicos estão cada vez mais vocacionados para atingir a qualidade de seus produtos e serviços, pelo que a procura de uma melhoria contínua dos serviços prestados um dos principais compromissos assumidos pela DGADR.

Neste sentido, solicitou-se às entidades/clientes o preenchimento de um “Questionário de satisfação”. Este questionário foi enviado por e-mail a 220 entidades, num período que decorreu de 11 de Fevereiro a 11 de Março, foram recepcionados 29 questionários o que se traduz numa **taxa de resposta de 13,2%**.

O questionário destinado à recolha de informação inclui basicamente questões fechadas, de modo a maximizar a obtenção de informação estandardizada, embora em cada questão fosse dado a possibilidade de sugerir melhorias e integra 4 grupos de questões.

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos resultados obtidos:



Numa análise global verifica-se que os clientes estão satisfeitos com a prestação da DGADR, como se pode ver a seguir mais em pormenor e relativamente a cada um dos grupos de questões.

1. Imagem global da organização	1	2	3	4	5	6
Desempenho da organização	0%	0%	3%	17%	66%	14%
Cortesia dos colaboradores que lidam com os clientes no local de atendimento ao público	3%	0%	0%	7%	52%	38%
Cortesia dos colaboradores que atendem por telefone os clientes	3%	0%	0%	10%	59%	28%
Flexibilidade e autonomia que os colaboradores da área do atendimento têm para resolver as situações individuais	0%	3%	3%	7%	59%	28%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Neste grupo de questões encontra-se uma incidência de 59% de inquiridos satisfeitos.

Um ponto forte a registar é na questão “Cortesia dos colaboradores que lidam com os clientes no local de atendimento ao público” onde 90% dos inquiridos estão satisfeitos ou muito satisfeitos.

Das sugestões de melhoria apresentadas é de salientar a possível diminuição de tempo relativamente às questões solicitadas, a necessidade de mais funcionários e a melhoria da capacidade de reposta de quem atende os telefones.

Sobre este último item, pode-se observar os 3% de “muito insatisfeito” na questão “Flexibilidade e autonomia que os colaboradores da área do atendimento têm para resolver as situações individuais”.

2. Envolvimento e participação	1	2	3	4	5	6
Possibilidade de sugerir melhoria	3%	3%	0%	7%	79%	7%
A possibilidade de utilização de vários canais de comunicação (telefone; e-mail; reuniões)	0%	0%	0%	7%	72%	21%
A existência de interlocutores responsáveis pelas relações com os serviços	3%	0%	3%	10%	66%	17%
Existência de vários canais para reclamações (presencialmente; por escrito; por telefone e via web)	7%	0%	7%	10%	62%	14%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Também neste grupo de questões a tendência verificada é de “satisfeito”, com uma incidência de 70%, seguindo-se “muito satisfeito” com 15%.

A questão com maior percentagem de clientes muito satisfeitos é “A possibilidade de utilização de vários canais de comunicação”, embora nas sugestões de melhoria apareça a dificuldade em agendar atempadamente as reuniões como um dos pontos a ter em conta. Segue-se nas sugestões, o desconhecimento a existência de interlocutores responsáveis pelas relações com os serviços e de vários canais de reclamações.

3. Acessibilidade	1	2	3	4	5	6
Horário de atendimento	3%	0%	3%	31%	45%	17%
Informação acessível	3%	0%	7%	14%	69%	7%
Nível de simplificação dos formulários (clareza da linguagem, acessibilidade, facilidade de preenchimento)	3%	0%	7%	14%	62%	14%
Esclarecimento de dúvidas através de correio electrónico	3%	3%	0%	17%	52%	24%
Informação disponível on-line	0%	0%	14%	21%	59%	7%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Mantêm-se a tendência nas respostas às questões, com uma incidência de 57% de inquiridos satisfeitos, embora presente de seguida 19% de pouco satisfeitos. Trata-se de questões que implicam uma comunicação directa com o exterior pelo que tornam mais susceptíveis de críticas e apresentam mais sugestões de melhoria principalmente no que diz respeito à “informação disponível on-line”.

Das sugestões mais pertinentes no que respeita ao horário de atendimento é o seu alargamento principalmente no período da tarde. Quanto ao site solicita-se a sua actualização com mais frequência e maior facilidade de acesso às informações necessárias, devido à sua complexidade.

4. Produtos e serviços	1	2	3	4	5	6
Satisfação global com os produtos entregues	7%	3%	0%	3%	7%	0%
Satisfação global com os serviços prestados	0%	0%	0%	0%	3%	3%
Clareza da informação disponibilizada	0%	0%	3%	7%	76%	14%
Qualidade dos esclarecimentos prestados por telefone	3%	0%	0%	14%	52%	31%
Qualidade dos esclarecimentos prestados presencialmente	7%	3%	0%	3%	59%	28%
Tempo de resposta às solicitações	0%	3%	7%	17%	59%	14%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Continua a incidência de 66% no item “satisfeito”, sendo o item “clareza da informação disponibilizada” o que expressa mais satisfação por parte das entidades/clientes.

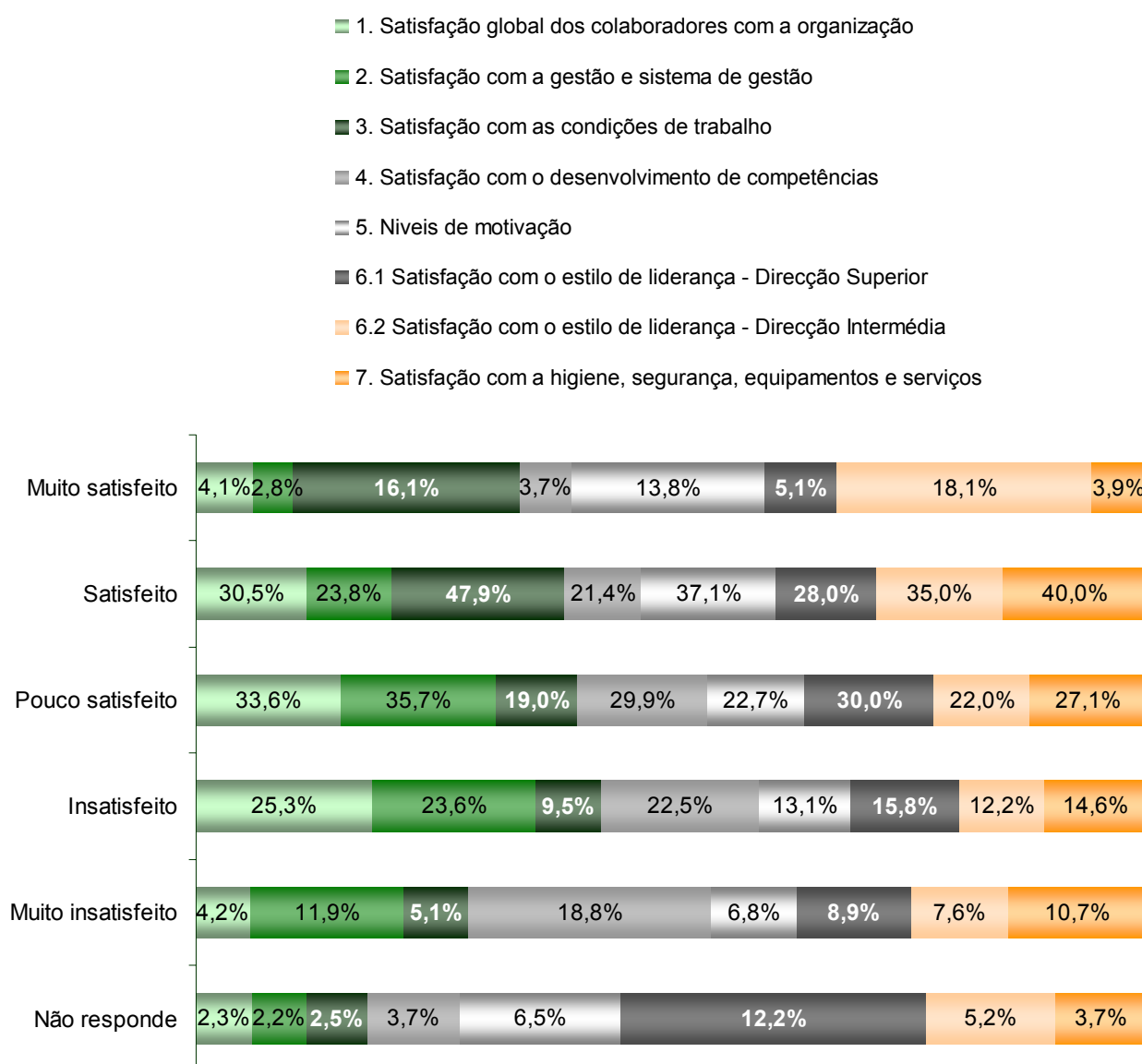
Este grupo de questões não apresenta sugestões de melhoria significativas.

ANÁLISE DA SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

Solicitou-se a todos os colaboradores o preenchimento de um “Questionário de satisfação”, de forma a demonstrar o seu grau de satisfação com vários aspectos relacionados com a DGADR. Este questionário foi enviado por e-mail às Direcções de Serviços e estas divulgaram por todos os colaboradores (314), num período que decorreu de 15 a 28 de Fevereiro, foram recepcionados 154 questionários o que se traduz numa **taxa de resposta de 49%**.

Tal como o questionário dirigidos às entidades/clientes destinado à recolha de informação inclui basicamente questões fechadas, de modo a maximizar a obtenção de informação estandardizada, embora em cada questão fosse dado a possibilidade de sugerir melhorias, oportunidade essa que foi prontamente adoptada pelos funcionários do organismo.

O quadro síntese dos resultados:



Numa apreciação geral, verifica-se que onde os colaboradores demonstram uma maior percentagem de “muito satisfeitos” é na satisfação com a direcção intermédia e estão mais “satisfeitos” com as condições de trabalho.

Por seu lado, o item onde se encontram mais insatisfeitos é no desenvolvimento de competências. Segue-se uma apreciação mais detalhada de cada grupo de questões:

1. Satisfação global dos colaboradores com a organização	1	2	3	4	5	6
Imagem da organização	2%	1%	28%	33%	33%	3%
Desempenho global da organização	2%	3%	23%	34%	36%	3%
Nível de envolvimento dos colaboradores na organização e na respectiva missão	2%	6%	21%	38%	27%	6%
Envolvimento dos colaboradores em actividades de melhoria	3%	7%	29%	29%	27%	5%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Neste grupo de questões referentes à satisfação global com a organização, grande maioria dos colaboradores encontra-se entre o “pouco satisfeito” e “satisfeito” com respectivamente 34% e 31%

Nas sugestões de melhoria verificou-se uma grande diversidade, sendo a questão “Nível de envolvimento dos colaboradores na organização e na respectiva missão” a que apresentou maior número de sugestões que se podem resumir num maior envolvimento de todos os colaboradores e divisões nos objectivos da organização.

2. Satisfação com a gestão e sistemas de gestão	1	2	3	4	5	6
Forma de condução da organização (fixação de objectivos, afectação de recursos, monitorização do andamento dos projectos...)	2%	14%	27%	32%	24%	2%
Forma como os objectivos individuais e partilhados são fixados	2%	8%	18%	40%	29%	3%
Postura da organização face à mudança e à administração	3%	14%	26%	36%	19%	3%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

36% dos colaboradores estão pouco satisfeitos com a gestão e sistemas de gestão. Segue-se 24%, quer “satisfeitos” quer “insatisfeitos”, o que demonstra baixa satisfação neste grupo de questões.

Os colaboradores também manifestam muitas sugestões de melhoria nesta temática nomeadamente: maior rigor na definição/fixação dos objectivos, afectação de recursos, monitorização dos projectos; maior acompanhamento e adequação dos objectivos por parte das chefias e maior iniciativa e empreendedorismo por parte do organismo.

3. Satisfação com as condições de trabalho	1	2	3	4	5	6
Ambiente de trabalho	4%	4%	9%	11%	49%	23%
Modo como a organização lida com conflitos, queixas ou problemas pessoais	3%	10%	14%	31%	37%	6%
Horário de trabalho	2%	1%	3%	13%	58%	22%
Possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos de saúde	2%	2%	3%	14%	56%	23%
Igualdade de tratamento na organização	2%	8%	19%	25%	40%	6%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

É na satisfação com as condições de trabalho que se encontra maior percentagem de colaboradores satisfeitos (48%) e 16% estão muito satisfeitos.

Na questão referente ao horário de trabalho 80% dos inquiridos estão “satisfeitos” ou “muito satisfeitos”. Também a questão “Possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos de saúde” apresenta um elevado grau de satisfação.

Neste grupo de questões não se salientaram sugestões de melhoria.

4. Satisfação com o desenvolvimento das competências	1	2	3	4	5	6
Oportunidades criadas pela organização para desenvolver novas competências	2%	12%	26%	37%	18%	5%
Acções de formação que realizou	6%	31%	21%	21%	17%	4%
Nível de conhecimento que tem dos objectivos da organização	3%	13%	21%	31%	29%	3%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Este item apresenta baixo grau de satisfação por parte dos colaboradores, pois 53% estão “pouco satisfeitos” ou “insatisfeitos”.

No quadro acima pode-se ver que 31% dos colaboradores está mesmo muito insatisfeito relativamente às acções de formação realizadas, sendo sugerido como melhoria mais acções de formação, para todos os funcionários e nas áreas técnicas específicas da DGADR.

No “Nível de conhecimento que tem dos objectivos da organização” sugere-se a existência de uma melhor divulgação de informação aos colaboradores sobre a intervenção do organismo e das suas actividades, de modo a haver um envolvimento participado e motivado da organização e dos colaboradores.

5. Níveis de motivação	1	2	3	4	5	6
Aprender novos métodos de trabalho	5%	5%	14%	25%	37%	15%
Desenvolver trabalho em equipa	3%	3%	10%	19%	47%	18%
Participar em acções de formação	6%	11%	14%	21%	34%	14%
Participar em projectos de mudança na organização	5%	9%	13%	27%	34%	12%
Sugerir melhorias	14%	6%	14%	22%	34%	10%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Neste grupo de questões, 51% dos colaboradores estão motivados ou muito motivados, havendo uma percentagem mais elevada na motivação para desenvolver trabalho em equipa (47%).

No que respeita às sugestões de melhorias não há muito a registar, apenas sendo relevante o facto de os colaboradores se acharem motivados mas o organismo não apresentar propostas para que tal aconteça.

6.1 Satisfação com o estilo de liderança	1	2	3	4	5	6
Direcção Superior						
Lidera através do exemplo	12%	5%	19%	30%	31%	3%
Aceita sugestões de melhoria	12%	5%	18%	32%	29%	4%
Delega competências e responsabilidades	12%	4%	15%	29%	34%	6%
Estimula a iniciativa das pessoas	12%	15%	11%	32%	26%	5%
Encoraja a confiança mútua e o respeito	12%	12%	14%	24%	31%	7%
Promove o enriquecimento profissional	12%	13%	18%	33%	18%	6%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

O grau de satisfação com a direcção superior da DGADR apresenta uma percentagem de satisfeitos de 33% em que 5 % estão muito satisfeitos. Neste grupo verificou-se a percentagem mais elevada (12%) de inquiridos que não responderam, orientação essa que se verificou nas sugestões de melhoria em que grande parte referiam não ter opinião ou desconhecer a actuação da direcção superior.

6.2 Satisfação com o estilo de liderança	1	2	3	4	5	6
Direcção Intermédia						
Lidera através do exemplo	5%	5%	12%	23%	36%	19%
Aceita sugestões de melhoria	5%	7%	10%	18%	42%	18%
Estimula a iniciativa das pessoas	6%	8%	12%	21%	31%	22%
Encoraja a confiança mútua e o respeito	5%	8%	11%	18%	36%	23%
Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança	5%	9%	10%	28%	32%	15%
Promove o enriquecimento profissional	5%	8%	18%	24%	33%	12%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Em relação à satisfação com o estilo de liderança da direcção intermédia, surge a maior percentagem de colaboradores muito satisfeitos (18%), que com os “satisfeitos” (35%) perfaz um total de 53% de satisfação.

Não são expressivas as sugestões de melhoria.

7. Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços	1	2	3	4	5	6
Equipamentos informáticos disponíveis	3%	9%	18%	25%	40%	6%
Software disponível	3%	9%	18%	28%	40%	2%
Equipamentos de comunicação disponíveis	4%	8%	10%	29%	46%	3%
Condições de higiene	2%	8%	15%	28%	41%	6%
Condições de segurança	3%	6%	10%	30%	47%	5%
Serviços sociais	8%	23%	17%	23%	26%	3%

1 = Não responde, 2 = Muito Insatisfeito, 3 = Insatisfeito, 4 = Pouco Satisfeito, 5 = Satisfeito e 6 = Muito Satisfeito

Finalmente, neste último grupo de questões 40% dos inquiridos estão satisfeitos com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços.

Apenas no que respeita aos serviços sociais se demonstrou maior insatisfação (23%), não só no questionário como nas sugestões de melhoria, onde se diz serem inexistentes.

AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS DO QUAR

Na construção do QUAR de 2009, a DGADR deu cumprimento à Deliberação n.º 772/2007, de 27 de Dezembro, do Conselho de Ministros, bem como às linhas orientadoras transmitidas pelo Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços. Trata-se de um quadro referencial sobre os fundamentos da razão da existência dos serviços (missão), dos propósitos de acção (objectivos estratégicos), da aferição da sua concretização e da explicitação dos desvios no fim do ciclo de gestão.

Apresenta-se a seguir a avaliação do grau de cumprimento dos objectivos e a justificação dos desvios:

EFICÁCIA

OBJECTIVO OPERACIONAL 1

Aumentar a área de regadio colectiva pública em 3%

Indicador 1 - N.º de hectares de regadio em obra

Meta: 4300 hectares

Superação: 5500 hectares

Resultado: 4528 hectares

Não atingido	
Atingido	X
Superado	

OBJECTIVO OPERACIONAL 2

Garantir as boas condições técnicas de funcionamento das unidades industriais de tratamento de madeira (UITM)

Indicador 2 - Inspeção e registo das UITM 20 dias após a data de entrada do pedido

Meta: 20 dias

Superação: 10 dias

Resultado: 16 dias

Não atingido	
Atingido	X
Superado	

Indicador 3 - Detecção de não graves conformidades nas UITM registadas

Meta: 10 não conformidades

Superação: < 5 não conformidades

Resultado: 1 não conformidade

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

Justificação do desvio

A detecção de menos não conformidades que o inicialmente previsto deve-se à eficácia dos tratamentos fitossanitários realizados pelos operadores registados e ao acompanhamento contínuo por parte dos serviços oficiais para garantir a boa execução dos mesmos.

EFICIÊNCIA

OBJECTIVO OPERACIONAL 3

Melhorar a gestão em 30% dos Aproveitamentos Hidroagrícolas do Grupo II, no total de 31 através da implementação do novo modelo de exploração/concessão

Indicador 4 - N.º de processos concluídos

Meta: 10 processos

Superação: > de 12 processos

Resultado: 11 processos

Não atingido	
Atingido	X
Superado	

OBJECTIVO OPERACIONAL 4

Aumentar em 1% o peso das receitas próprias no orçamento de funcionamento do Organismo

Indicador 5 - $[(\text{Receita própria em 2009}/\text{Orçamento de funcionamento em 2009}) \times 100] - [(\text{Receita própria em 2008}/\text{Orçamento de funcionamento em 2008}) \times 100]$

Meta: 1%

Superação: $\geq 1,5\%$

Resultado: 2,6%

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

Justificação do desvio

Para o cálculo do indicador - % da receita própria no orçamento de funcionamento da DGADR, e do objectivo previsto no QUAR 2009 - aumento da % de 2008 para 2009 assumiu-se como Receita Própria, verdadeiramente comparável nos dois anos em causa, a proveniente da facturação de bens e serviços não sendo consideradas para o efeito as receitas extraordinárias nem as relativas à transição de saldos.

Na aplicação da fórmula prevista no QUAR resulta para 2008 (15,04%) e, para 2009 (17,64%). Face a estes valores, continuando a aplicação da fórmula, o resultado final é de 2,60 % (17,64-15,04) o que indica um objectivo superado

QUALIDADE

OBJECTIVO OPERACIONAL 5

Dinamizar a melhoria da estrutura fundiária

Indicador 6 - Apresentação de proposta de resolução dos problemas associados ao encerramento dos projectos de emparcelamento iniciados ao abrigo da actual legislação

Meta: 1 documento até 30 de Abril

Superação: 1 documento a 31 de Março

Resultado: 1 documento até 30 de Abril

Não atingido	
Atingido	X
Superado	

Indicador 7 - Apresentação de proposta de diploma legal visando a reorientação da política de emparcelamento rural até 31 de Dezembro

Meta: 1 documento até 31 de Dezembro

Superação: 1 documento a 31 de Outubro

Resultado: 1 documento até 31 de Dezembro

Não atingido	
Atingido	X
Superado	

OBJECTIVO OPERACIONAL 6

Alargar a possibilidade de oferta no mercado de Produtos Fitofarmacêuticos promovendo a sua utilização sustentável

Indicador 8 - Elaboração e implementação de procedimentos de reconhecimento mútuo até 30 de Junho

Meta: 1 documento até 30 de Junho

Superação: 1 documento a 31 de Março

Resultado: 1 documento a 31 de Março

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

Justificação do desvio

O indicador foi superado por ter sido elaborada a sua proposta de forma clara e objectiva o suficiente para não exigir múltiplas reuniões de discussão. A apreciação por terceiros foi também célere e sem questões de fundo a resolver.

Indicador 9 - Criação de um quadro legal relativo ao uso de produtos fitofarmacêuticos por via aérea até 31 de Dezembro

Meta: 1 documento até 31 de Dezembro

Superação: 1 documento a 31 de Outubro

Resultado: 1 documento até 31 de Dezembro

Não atingido	
Atingido	X
Superado	

OBJECTIVO OPERACIONAL 7

Reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores pagos pela fonte de financiamento de receita (FF123) em 15% nas rubricas bens e Serviços corrente e Aquisição de Bens de Capital

Indicador 10 - (Data de pagamento - Data da factura) / Número de facturas pagas

Meta: 68 dias

Superação: ≤ 60 dias

Resultado: 54 dias

Não atingido	
Atingido	
Superado	X

Justificação do desvio

O Objectivo QUAR 2009, prazo médio de pagamento (PMP) foi superado dado que em média se pagou em 54 dias.

Se se levar em consideração que o pedido de integração e utilização do saldo de gerência de 2008, solicitado em 12 de Março de 2009, foi autorizado no dia 12 de Novembro de 2009, e a necessidade de utilização de verbas do orçamento de receita para pagamentos de RCP, conclui-se que este atraso teve grande impacto no planeamento e gestão de tesouraria da DGADR.

Este facto implicou que houvesse necessidade de optar por deixar atrasar o pagamento a grandes fornecedores, a EDP e a PT (o prazo médio de pagamento a estes 2 fornecedores influenciou negativamente o desempenho deste objectivo).

Retirando o efeito negativo do prazo médio de pagamento à EDP e PT, a DGADR pagou aos seus fornecedores em 54 dias.

**ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS, PREVISTAS E NÃO PREVISTAS NO
PLANO, COM INDICAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS**

I - INFORMAÇÃO, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

- Desenvolver as acções necessárias à organização e instrução dos processos relativos aos recursos humanos e respectivo cadastro assim como no que se refere à sua formação e aperfeiçoamento profissional e elaborar o balanço social;
- Assegurar o processamento de vencimentos, remunerações e outros abonos;
- Promover e assegurar a realização de acções referentes à racionalização, simplificação e modernização de circuitos administrativos e suportes de informação;
- Dinamizar a aplicação de normas e procedimentos de modernização técnica e administrativa com recursos a novas tecnologias;
- Organizar e aplicar um sistema de registo, acompanhamento, controlo e arquivo do expediente;
- Assegurar a execução das normas sobre condições ambientais, de higiene e de segurança no trabalho;
- Preparar os projectos de orçamento de funcionamento e de investimento e o acompanhamento e controlo da sua execução;
- Elaborar a conta de gerência e do relatório financeiro anual da gestão efectuada;
- Exercer funções inerentes ao movimento das receitas e despesas, aos respectivos registos contabilísticos obrigatórios, assim como ao arquivo dos documentos justificativos correspondentes;
- Exercer funções de aprovisionamento e economato;
- Assegurar o planeamento, acompanhamento, controlo e avaliação das actividades desenvolvidas;
- Efectuar o tratamento, disponibilização e divulgação de informação;
- Assegurar a gestão dos recursos e meios informáticos e das infra-estruturas das redes de comunicação de dados.

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
OE	Optimizar a gestão financeira					
OO 1	Melhorar o processo de cobrança da dívida			69%	-31%	DGFCO
Indicador 1	% de notificações enviadas para dívidas > 1 ano e > 200€ / cliente	90%	95%	70	-26%	
Indicador 2	(N.º de notificações enviadas / n.º total de processos *100)			60	-36%	
				Resultado da Acção		
Acções	Identificação e organização dos processos de dívida existentes			Realizado		
	Emissão de ofícios aos devedores			Realizado parcialmente		
	Preparação e envio de processos para execução fiscal			Realizado parcialmente		
Justificação do desvio	Foram devidamente identificados e organizados todos os processos. As acções seguintes foram apenas parcialmente realizadas devido a vários obstáculos e constrangimentos de natureza técnica, jurídica, informática e administrativa que por inerência impossibilitaram a tomada de decisão para o efeito e respectiva concretização.					

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
OO 2	Aumentar a cobrança da receita em 2%			425%	325%	DGFCO
Indicador 1	[(Receita 2009 - Receita 2008) / Receita 2008 *100]	2%	2,2%	8,9%	325%	
				Resultado da Acção		
Acções	Contactos com os clientes após o vencimento das facturas			Realizado		
	Emissão de ofícios com prazo limite para pagamento			Realizado		
Justificação do desvio	O objectivo foi superado, tendo por base a receita pura da actividade, a facturação e a respectiva cobrança. Foi efectuado um controlo regular da facturação emitida e respectiva cobrança procedendo-se à análise contínua dos devedores. Efectuou-se o levantamento dos pontos fracos e desenvolveram-se as acções necessárias para a sua melhoria, de forma a aumentar a taxa de cobrança e reduzir o prazo médio de recebimento.					
OO 3	Aumentar as vendas em 3%			266%	166%	DGFCO
Indicador 1	[(Vendas 2009 - Vendas 2008) / (Vendas 2009)*100]	3%	5%	13,1%	166%	
				Resultado da Acção		
Acções	Redução do prazo de facturação			Realizado		
	Redução do prazo de envio à Divisão (DGFCO) dos elementos para facturação			Realizado		
Justificação do desvio	O objectivo foi largamente superado devido a acções encetadas com as áreas técnicas e as divisões de actividade, no sentido de centralizar o processo de facturação e cobrança. Actuou-se para flexibilizar processos e agilizar procedimentos inerentes. Foi efectuado um controlo regular das prestações efectuadas e facturação emitida, permitindo assim a análise da sua evolução e correcção dos procedimentos e circuitos necessários.					
OO 4	Reduzir os encargos com consumíveis de informática			102%	2%	DPDI
Indicador 1	% de redução de encargos com consumíveis ((€2008 - €2009) / 2008)*100	5%	6%	6% (1)	2%	
				Resultado da Acção		
Acções	Promover a utilização de impressoras de rede de tecnologia laser			Realizado		
	Promover áreas comuns de informação			Realizado		
	Gerir adequadamente a aquisição de consumíveis de informática			Realizado		
Justificação do desvio	(1) O valor real seria 45 %. Todavia houve um período de 5 meses em que se teve que aguardar que a UMC terminasse o processo de contratação centralizado. Fazendo a proporção nessa base atinge-se o valor de 6 %.					
OE	Melhorar a qualificação dos RH / Desenvolver novas competências					
OO 1	Promover o desenvolvimento de aplicações em ambiente web			0%	-100%	DPDI
Indicador 1	N.º de acções de formação	2	3	0	-100%	
				Resultado da Acção		
Acções	Iniciar a formação de pessoal de informática afecto ao desenvolvimento aplicacional			Não realizado		
Justificação do desvio	Tendo sido decidido enquadrar as acções de formação nesta área no plano de formação promovido pela DSATAR, e apesar de ter sido expressa essa necessidade em sede de inquérito promovido por aquela DS, não ocorreram quaisquer acções de formação.					

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
OO2	Promover o aumento da percentagem de trabalhadores a desenvolver o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)			161%	61%	DOGRH
Indicador 1	% de trabalhadores em processo de RVCC (n.º trabalhadores em RVCC / n.º total de trabalhadores *100)	9%	≥10%	15,9%	61%	
				Resultado da Acção		
Acções	Celebrar Protocolo com entidade para desenvolver Processo de RVCC			Realizado		
	Divulgar as condições e requisitos aos trabalhadores			Realizado		
	Coordenar o processo de inscrição dos trabalhadores			Realizado		
Justificação do desvio	O Objectivo foi superado, resultado do empenho e motivação crescente para os trabalhadores certificarem competências através do RVCC.					
OE	Incentivar a utilização das TIC					
OO 1	Melhorar as condições de trabalho em TIC/SI			407%	307%	DPDI
Indicador 1	% de redução de computadores com sistemas operativos anteriores ao Windows 2000	10%	15%	96%	586%	
Indicador 2	((N.º computadores em 2008 - n.º computadores em 2009) / n.º computadores em 2008)* 100			18%	29%	
				Resultado da Acção		
Acções	Renovar equipamentos			Realizado		
	Adequar os equipamentos às necessidades e competências			Realizado		
	Consolidar o domínio único			Realizado		
Justificação do desvio	A entrega de equipamentos adquiridos em 2008 em conjugação com a saída de pessoas da DGADR por motivos diversos e o acréscimo de memória em alguns equipamentos permitiu a substituição total dos equipamentos com sistema operativo anterior a Windows 2000.					
OE	Melhorar os sistemas de gestão de informação numa óptica integrada					
OO 1	Conceber instrumentos internos para monitorização do QUAR			101%	1%	DPDI
Indicador 1	Data de conclusão	2ª quinzena de Julho	1ª quinzena de Julho	1ª quinzena de Julho	1%	
				Resultado da Acção		
Acções	Elaborar os instrumentos para monitorizar o QUAR			Realizado		
	Actualizar esses instrumentos com a execução dos objectivos do QUAR			Realizado		
Justificação do desvio	Foram elaborados instrumentos que permitem o <i>follow-up</i> dos objectivos do QUAR por trimestre.					
OE	Reduzir circuitos processuais					
OO 1	Elaborar procedimentos internos da DGFCO			300%	200%	DGFCO
Indicador 1	N.º de procedimentos apresentados	1	2	3	200%	

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
				Resultado da Acção		
Acções	Identificação dos processos a melhorar			Realizado		
	Reengenharia do circuito processual e documental			Realizado		
Justificação do desvio	Os processos a melhorar foram devidamente identificados. Em virtude das áreas consideradas como prioritárias foram elaborados três procedimentos. Na área da facturação/Receita/Dívida, Tesouraria/Fundo de Maneio e Regulamento Interno de Viaturas.					
OO 2	Analisar e definir processos relevantes			133%	33%	DPDI
Indicador 1	Número de processos analisados	2	4	4	33%	
				Resultado da Acção		
Acções	Analisar e definir o processo de controlo de procedimentos por ajuste directo			Realizado		
	Analisar o novo modelo operativo do Benefício Fiscal ao Gasóleo e implementá-lo ao nível aplicacional			Realizado		
Justificação do desvio	Além dos previstos foram ainda analisados e definidos os processos de registo de utilizadores externos no site da DGADR e o processo de acreditação de técnicos ao abrigo do Decreto-Lei nº 173/2005.					
OO 3	Promover a elaboração de um Manual de Procedimentos da Actividade Editorial da DPDI			103%	3%	DPDI
Indicador 1	Data de apresentação do Manual	2ª quinzena de Outubro	Antes de 15-Out	6-Out	3%	
				Resultado da Acção		
Acções	Elaboração dos procedimentos			Realizado		
	Divulgação pelas U.O.			Realizado		
Justificação do desvio	Foi elaborada proposta relativa aos procedimentos da Actividade Editorial e após aprovação foi divulgada pelas Direcções de Serviço e disponibilização na Intranet.					
OE	Aumentar o grau de satisfação do Cliente					
OO 1	Reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores pagos f.f.123 em 15% das rubricas de bens e serviços correntes e aquisição bens capital			111%	11%	DGFCO
Indicador 1	(Data de pagamento - data da factura) / n.º de facturas pagas	68	60	54	11%	
				Resultado da Acção		
Acções	Promover a validação e pagamento da factura dentro do prazo de pagamento			Realizado		
	Promover um planeamento de tesouraria adequado às necessidades			Realizado		
Justificação do desvio	As acções mencionadas foram realizadas e o objectivo superado devido às mesmas e à monitorização regular do prazo médio de pagamento, uma gestão adequada e eficaz da selecção de facturas a incluir nos PLC' s (Pedido de Libertação de Crédito's) com base na antiguidade das mesmas, e uma gestão extremamente rigorosa na utilização dos escassos recursos financeiros existentes.					
OO 2	Dinamizar a reformulação de conteúdos no espaço Web			101%	1%	DPDI
Indicador 1	Data da reestruturação da Intranet	Dez	15-Nov	13-Nov	1%	
				Resultado da Acção		

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Ações	Elaboração da proposta de disponibilização de conteúdos na Intranet com vista à sua reestruturação			Realizado		
	Definição de papéis e designação de um revisor de conteúdos			Realizado		
	Definição dos circuitos de informação para a provação de conteúdos			Realizado		
Justificação do desvio	Foi elaborada e disponibilizada uma nova Intranet da DGADR com novo layout e organização de conteúdos.					
OE	Melhorar a Competitividade e Sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais					
OO 1	Garantir a disponibilização de informação científica e técnica pertinente e actualizada			106%	6%	DPDI
Indicador 1	% de publicações editadas (n.º de publicações editadas / n.º de solicitações por parte das U.O. * 100)	90%	≥95%	100%	6%	
Indicador 2	% de documentos técnicos editados (n.º de folhetos e brochuras técnicos editados / n.º de solicitações das U.O. *100)	90%	≥95%	100%	6%	
Indicador 3	% de participação em iniciativas externas (n.º de participações / n.º de solicitações * 100)	90%	≥95%	100%	6%	
				Resultado da Acção		
Ações	Editar e distribuir publicações técnicas no âmbito das actividades desenvolvidas			Realizado		
	Conceber, preparar, editar e distribuir folhetos e brochuras técnicas			Realizado		
	Produzir filmes sobre temas relacionados com o âmbito de actividade do organismo			Realizado parcialmente		
	Preparar, disponibilizar e actualizar informação no sítio da DGADR			Realizado		
	Participar em iniciativas nacionais e internacionais			Realizado		
Justificação do desvio	Foram editadas as publicações solicitadas em CD. A participação em iniciativas externas foi realizada sempre que solicitada. A produção de filmes não foi completamente realizada devido à saída do funcionário da área audiovisual da divisão.					

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Assegurar a gestão adequada dos Recursos Humanos						
OS 1	Processamento de vencimentos e outros abonos aos funcionários da DGADR			100%	0%	DOGRH
Indicador	% de vencimentos e outros abonos processados	100%	100% processados antes do dia 5 de cada mês	Processados em média a dia 7 de cada mês	0%	
Justificação do desvio	Realizado, não tendo sido possível o seu processamento antes do dia 5 de cada mês por motivos que se prendem com a necessidade de proceder a alterações no processamento de vencimentos até à sua entrega à contabilidade.					

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
OS 2	Actualização do cadastro dos funcionários da DGADR			100%	0%	DOGRH
Indicador	% de funcionários com cadastro actualizado	100%	Actualização em 5 dias úteis após cada alteração	100%	0%	
Justificação do desvio	Procedeu-se à actualização do cadastro do pessoal dentro do prazo previsto.					
OS 3	Divulgação de acções de formação e proceder à inscrição de funcionários			62%	-38%	DOGRH
Indicador	% de acções de formação	14%	≥15%	9%	-38%	
Justificação do desvio	Não foi possível atingir o nível pretendido relativamente à participação em acções de formação. Esse desvio deve-se principalmente ao facto da responsabilidade pela divulgação e realização de acções de formação não estar directamente dependente da DOGRH.					
OS 4	Elaboração do Balanço Social relativo ao ano de 2008			45%	-55%	DOGRH
Indicador	Prazo de elaboração do Balanço Social	15-Mar	28-Fev	3-Abr	-55%	
Justificação do desvio	Não foi possível concluir a elaboração do Balanço Social no prazo previsto devido a dificuldades decorrentes da fusão entre o Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica e a Direcção-Geral de Protecção das Culturas.					
OS 5	Organização dos processos de contagem de tempo de serviço, de aposentação e de recuperação de vencimento de exercício perdido			120%	20%	DOGRH
Indicador	Prazo para informar os pedidos de recuperação de vencimento	5 dias	<5 dias	Em média <5 dias	20%	
Justificação do desvio	Os prazos foram em média inferiores a 5 dias contribuindo para a eficiência do processo.					
OS 6	Organização e coordenação dos processos de avaliação de desempenho na DGADR			100%	0%	DOGRH
Indicador	Data de conclusão dos processos de avaliação de desempenho	2ª quinzena de Junho	1ª quinzena de Junho	2ª quinzena de Junho (*)	0%	
Justificação do desvio	(*) realizado excepto relativamente às avaliações das quais foi interposto recurso.					
OS 7	Instrução dos processos relativos ao abono de família e outras prestações familiares, bem como o envio do expediente necessário à ADSE e aos Serviços Sociais, nomeadamente inscrições, alterações, cartões, recibos			120%	20%	DOGRH
Indicador	Prazo para a instrução dos processos	5 dias	<5 dias	Em média <5 dias	20%	
Justificação do desvio	Os prazos foram em média inferiores a 5 dias contribuindo para a eficiência do processo.					
OS 8	Registo e Controle da assiduidade			100%	0%	DOGRH
Indicador	Data de envio às Direcções de serviço as folhas de controlo de assiduidade	Dia 15 do mês seguinte	Antes de dia 15 do mês seguinte	Dia 15 do mês seguinte	0%	
Justificação do desvio	Realizado, sendo que o dia 15 foi o último dia a ser enviado às Direcções de Serviço muito embora frequentemente tenha sido em data anterior.					

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
OS 9	Verificação e conferência, registo e encaminhamento dos processos relativos a serviço externo (no país e no estrangeiro)			100%	0%	DOGRH
Indicador	Prazo de processamento das ajudas de custo (dependendo da disponibilidade financeira)	1 mês após recepção do boletim	Antes de 1 mês após recepção do boletim	1 mês após recepção do boletim (*)	0%	
Justificação do desvio	Realizado sempre que a disponibilidade financeira o permitiu.					
OS 10	Registo e tratamento da documentação de suporte à actividade da divisão. Compilação e actualização de ficheiros de legislação e de outras temáticas de interesse para a organização dos serviços e para a gestão e administração dos recursos humanos			103%	3%	DOGRH
Indicador	Prazo para actualizar o ficheiro de legislação nas diferentes áreas de interesse para a organização, gestão e administração dos recursos humanos	Mensal	<1 mês	<1 mês	3%	
Justificação do desvio	Ficheiro actualizado à medida que a legislação vai sendo publicada. Em média cerca de 29 dias					
OS 11	Organização e aplicação de um sistema de registo, acompanhamento, controlo e arquivo do expediente			> 100%	> 0%	DOGRH
Indicador	% de expediente processado	Circulação de 100% do expediente da DGADR	Circulação de 100% do expediente da no próprio dia, na sede e no dia seguinte na Tapada da Ajuda e em Oeiras	Circulação de 100% do expediente no próprio dia, na sede e no dia seguinte na Tapada da Ajuda e em Oeiras	> 0%	
Justificação do desvio	Realizado sempre que foi possível assegurar a entrega na Tapada da Ajuda e em Oeiras.					
Conceber, estruturar e organizar a informação da Internet						
OS 1	Conceber, estruturar e organizar a informação da Internet			109%	9%	DPDI
Indicador	Data de disponibilização do novo sítio da DGADR	Dez	Antes de Dez	Novembro	9%	
Justificação do desvio	Foi disponibilizado um novo sítio da DGADR, com novo layout, a 2 de Novembro de 2009.					
Garantir a segurança das aplicações informáticas e das infra-estruturas e comunicações de dados						
OS 1	Apresentar plano de backup's e data recovery seguro			101%	1%	DPDI
Indicador	Data de apresentação do plano	Nov	Antes de Nov	30-Out	1%	
Justificação do desvio	Foi apresentado um plano de backup's e data recovery.					
Implementar um sistema de acompanhamento e controlo da execução das actividades da DGADR						
OS 1	Manutenção de um sistema de planeamento, acompanhamento e controlo das actividades desenvolvidas pela DGADR			100%	0%	DPDI

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Indicador	Datas de monitorização do QUAR	Reporte até 30-Set solicitado na 2ª semana de Out	1ª semana de Out	1.ª Semana de Out (8-10-09)	1%	
		Reporte até 30-Dez solicitado na 2ª semana de Jan	1ª semana de Jan	2.ª Semana de Jan (11-01-10)	0%	
	Elaboração do Plano de actividades de 2010	1ª quinzena Dez	Antes de Dez	1ª quinzena Dez	0%	
Justificação do desvio						

ACTIVIDADES RELEVANTES NÃO PLANEADAS

DESCRIÇÃO

RESULTADO ALCANÇADO

<ul style="list-style-type: none"> Implementação da validação da situação contributiva de candidatos ao benefício fiscal ao gasóleo perante a Segurança Social através de “web services” 	<ul style="list-style-type: none"> No final do ano a implementação estava concluída.
<ul style="list-style-type: none"> Substituição de todos os cartões de autorização de utilização de gasóleo com benefício fiscal com chip por cartões com banda magnética 	<ul style="list-style-type: none"> Entre 12 de Maio e 5 de Junho foram dadas ordens de emissão, através de 89 ficheiros, para um total de 145552 cartões que seguiram para os respectivos gestores de actividade com 0 % de erros
<ul style="list-style-type: none"> Reformulação de toda a forma de troca de informação com a SIBS no âmbito do benefício fiscal ao gasóleo 	<ul style="list-style-type: none"> No ultimo trimestre estava implementado e já em actividade.
<ul style="list-style-type: none"> Coordenação do Grupo de Trabalho para o Plano de Contingência para a Gripe A (H1N1) 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração do plano de contingência e folhetos informativos
<ul style="list-style-type: none"> Participação no grupo de trabalho com elementos das várias Direcções de Serviço para a elaboração do PGRIC 	<ul style="list-style-type: none"> O Grupo de trabalho elaborou o PGRIC. Foi enviado ao Conselho de Prevenção da Corrupção bem aos órgãos de superintendência, tutela e controlo de acordo com o ponto 1.1 da recomendação n.º 1/2009, de 1 de Julho do Conselho de Prevenção da Corrupção.

II - AGRICULTURA, DOS TERRITÓRIOS E AGENTES RURAIS

DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

- Valorização do espaço rural através da organização e integração dos seus territórios, actividades e agentes;
- Preparação de medidas legislativas no âmbito da estruturação fundiária e promoção de operações de emparcelamento e de redimensionamento da propriedade rústica ou das explorações agrícolas;
- Promoção da aplicação de boas práticas agrícolas e ambientais e operacionalização do Serviço de Aconselhamento Agrícola;
- Promoção, e colaboração na concepção e desenvolvimento, de acções de revitalização do tecido económico rural, de diversificação de actividades produtivas e consolidação de serviços essenciais à população rural;
- Promoção e acompanhamento de medidas de política para a formação profissional e para o associativismo agrícola e rural.

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
OE	Melhorar a qualificação dos RH/Desenvolver novas competências					
OO 1	Promover a aquisição de novas competências			126%	26%	DAEA DFA EPDTR
Indicador 1	Levantar necessidades de formação internas no âmbito da DGADR	30-Set	15-Set	21-Set	0%	
Indicador 2	Apresentar Plano de Formação interna para 2010 e 2011	30-Nov	15-Nov	15-Out	10%	
Indicador 3	Apresentação de necessidades de formação de cada Divisão da DSATAR	31-Jul	15-Jul	15-Jul	1%	
Indicador 4	N.º de técnicos que participaram em acções de formação	10	12	15	36%	
Indicador 5	N.º de técnicos que participaram em parcerias	10	12	20	82%	
				Resultado da Acção		
Acções	Identificação das necessidades de formação internas da DGADR			Realizado		
	Preparação do plano de formação interna para 2010 e 2011			Realizado		
	Identificação das necessidades de formação ao nível das Divisões da DSATAR			Realizado		
	Promoção da participação dos técnicos em acções de formação			Realizado		
	Integração de técnicos em parcerias			Realizado		
Justificação do desvio	<p>Indicador 2-Adequar o prazo ao período de submissão do Plano a financiamento no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (POPH).</p> <p>Indicador 4- O número de colaboradores a participar em formação foi maior do que previsto, tal resultou da necessidade de obter formação promovida pela ANQ indispensável para dar resposta a um projecto comum, de participação em acções promovidas pela DGADR, numa conferencia em França, num Seminário da FAO, e ainda da possibilidade de participação em acções de interesse para as áreas estratégicas da DSATAR, com custos reduzidos ou mesmo nulos, em Lisboa.</p>					

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
	Indicador-5 – Elaboração em parceria com a ANQ do Perfil e Referencial de Operador/a Agrícola, participação no Projecto FACTS, na rede Farland (com realização do workshop internacional em Lisboa), no Projecto Viajando por Besanas e no projecto Promover os Recursos Micológicos.					
OE	Assegurar a Formação dos clientes, criando Competências					
OO 1	Organizar fóruns de discussão para os agentes em áreas estratégicas da sua intervenção			250%	150%	DAEA EPDTR
Indicador 1	N.º de temáticas propostas	2	3	5	150%	
Indicador 2	N.º de fóruns propostos	2	3	5	150%	
				Resultado da Acção		
Acções	Identificação das temáticas de interesse para o desenvolvimento rural			Realizado		
	Promoção da organização de fóruns de discussão			Realizado		
Justificação do desvio	Cogumelos Silvestres, Inovar em Meio Rural, três workshop's do SAA (Sistema de Aconselhamento Agrícola) com os temas nitratos, produtos fitofarmacêuticos, segurança alimentar. O número de fóruns coincide com o número de temáticas. Inicialmente estavam propostos só sobre cogumelos e inovação e acabaram por se realizar mais 3, dado o sistema de aconselhamento agrícola ter entrado em funcionamento.					
OO 2	Assegurar a realização de acções de Formação aos clientes da DGADR			104%	4%	DFA
Indicador 1	Levantar necessidades de formação externas no âmbito da DGADR	30-Set	15-Set	21-Set	0%	
Indicador 2	Apresentar Plano de Formação externa para 2010 e 2011	30-Nov	15-Nov	15-Out	10%	
Indicador 3	N.º de acções realizadas em 2009	5	7	6	0%	
				Resultado da Acção		
Acções	Levantar necessidades de formação externa no âmbito da DGADR			Realizado		
	Conceber Plano de Formação Externa para 2010 e 2011			Realizado		
	Execução das acções de formação no ano de 2009			Realizado		
Justificação do desvio	Indicador 2-Adequar o prazo ao período de submissão do Plano a financiamento no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano.					
OE	Melhorar os sistemas de gestão de informação numa óptica integrada					
OO 1	Assegurar a actualização das bases de dados centralizadas na DSATAR			131%	31%	DAEA EPDTR
Indicador 1	Prazo de actualização da Base de Dados do Artesanato	10 dias úteis	8 dias úteis	6 dias	33%	
Indicador 2	Prazo de actualização d a base de dados sobre o Turismo Rural	5 dias úteis	4 dias úteis	3 dias	40%	
Indicador 3	Prazo de actualização da Base de Dados do Sistema de Aconselhamento Agrícola	5 dias úteis	4 dias úteis	4 dias	20%	
				Resultado da Acção		
Acções	Actualização da Base de Dados do Artesanato			Realizado		

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
	Dinamização a base de dados sobre o Turismo Rural			Realizado		
	Actualização da Base de Dados do Sistema de Aconselhamento Agrícola			Realizado		
Justificação do desvio	Indicadores 1 e 2 – A diminuição de prazo de actualização, deveu-se à introdução de novos procedimentos.					
OE	Reduzir circuitos processuais					
OO 1	Estabelecer normativo com vista ao encerramento dos projectos de emparcelamento			100%	0%	DAEA
Indicador 1	Apresentação de diagnóstico com proposta de actuação superior	30-Abr	31- Mar	30-Abr	0%	
				Resultado da Acção		
Acções	Elaboração de normativo que enquadre as diversas situações dos projectos de emparcelamento			Realizado		
Justificação do desvio						
OE	Aumentar o grau de satisfação do Cliente					
OO 1	Disponibilizar informação para incentivar o desenvolvimento socioeconómico e ambiental das zonas rurais			413%	313%	DAEA EPDTR
Indicador 1	N.º de consultas efectuadas pelos clientes	250	300	4399	1371%	
Indicador 2	Disponibilização de informação	31-Dez	31-Out	0	-100%	
Indicador 3	Tempo de resposta aos pedidos de reconhecimento	9 dias úteis	7 dias úteis	>10 dias	-22%	
Indicador 4	Apresentação de proposta com os requisitos de reconhecimento	31-Mar	28-Fev	28-Fev	2%	
				Resultado da Acção		
Acções	Actualizar o “Guia de apoio à criação de microempresas”			Realizado		
	Disponibilização de informação sistemática relativa aos diversos normativos de produção agrícola sustentável			Não realizado		
	Assegurar junto do agricultor a existência de uma assistência técnica com competência reconhecida que promova a prática de uma actividade sustentável			Realizado		
	Adequar os requisitos de reconhecimento à novas Estratégia de Desenvolvimento Rural			Realizado		
Justificação do desvio	Indicador 1 – Verificou-se um aumento acentuado das consultas, na sequência de se ter produzido um folheto informativo que foi distribuído em workshop e seminários realizados. Indicador 2- A publicação do Decreto-lei relativo ao enquadramento da Protecção Integrada, Produção Integrada e Modo de Produção Biológico em 24/9 não permitiu a concretização desta acção. Indicador 3 – O Decreto-Lei foi publicado em 24/9 e a na fase seguinte à publicação os procedimentos não estavam devidamente agilizados.					
OE	Melhorar a Competitividade e Sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais					
OO 1	Incentivar o empreendedorismo, a dinamização e diversificação de actividades para a revitalização económica das zonas rurais			153%	53%	EPDTR

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Indicador 1	Prazo de resposta	15 dias úteis	10 dias úteis	5 dias	55%	
Indicador 2	Prazo de resposta	15 dias úteis	10 dias úteis	5 dias	55%	
Indicador 3	N.º propostas apresentadas	2	3	3	50%	
				Resultado da Acção		
Acções	Análise das candidaturas a empreendimentos de TER e emissão de pareceres		Realizado			
	Análise de candidaturas ao estatuto de artesão e de unidade produtiva artesanal e emissão de pareceres		Realizado			
	Integrar/ promover grupos de trabalho temáticos / projectos com vista ao desenvolvimento sustentado dos territórios rurais		Realizado			
Justificação do desvio	Indicador 1 e 2 – A diminuição de prazo de resposta resulta de novos procedimentos definidos no âmbito da Equipa. Indicador 3 – Projecto “Promoção dos recursos micológicos”, Projecto “Rural Inov”, projecto “Boas práticas no âmbito do TER”					
OO 2	Observar os territórios rurais			106%	6%	EPDTR
Indicador 1	N.º de boas práticas / projectos	3	4	4	14%	
Indicador 2	Lançar um Estudo	Dez	Out	0	-100%	
Indicador 3	N.º de boletins informativos / publicações	2	3	3	50%	
Indicador 4	Edição do Guia	Dez	Out	Jun	41%	
				Resultado da Acção		
Acções	Identificar, sistematizar e proceder à difusão de boas práticas e de projectos inovadores		Realizado			
	Promover estudo sobre boas práticas no turismo rural/actividades turísticas no âmbito do desenvolvimento dos territórios e da sustentabilidade das actividades turísticas em meio rural		Não realizado			
	Produzir meio informativo / publicações cujos conteúdos temáticos abrangem os diversos domínios de intervenção da DGADR		Realizado			
	Promover a revisão final e propor a edição do “Guia de Observação do Património Rural” e respectivas “Fichas de Identificação e Caracterização”		Realizado			
Justificação do desvio	Indicador 1 – foram identificadas 4 boas práticas, apresentadas no 1.º Workshop “Inovar na Região do Douro”, promovido pela DGADR em Moimenta da Beira. Indicador 2 – falta de resposta atempada do programa financiador Indicador 3 – Foram produzidos 3 boletins: em Julho, Outubro e Dezembro. Indicador 4 – Dado o Guia ter sido financiado no âmbito do LEADER+, foram realizados todos os procedimentos, para ser editado até final de Junho.					
OO 3	Reorientar a política e assegurar a gestão e acompanhamento dos projectos de emparcelamento			50%	-50%	DAEA
Indicador 1	Apresentação de proposta de revisão da lei de emparcelamento	31-Dez	31-Out	29-Dez	0%	
Indicador 2	% de actos de execução realizados face ao diagnóstico	20%	25%	0	-100%	

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
				Resultado da Acção		
Acções	Reorientar os instrumentos de concentração parcelária e Dinamização do Mercado das Terras			Realizado parcialmente		
	Resposta às questões colocadas pelos beneficiários de perímetros de emparcelamento			Não realizado		
Justificação do desvio	A apresentação de proposta de Lei centrava-se na revisão e actualização do Decreto-Lei n.º 384/88, de 25 de Outubro e do Decreto-lei n.º 103/90, de 22 de Março, que aprovaram o regime de emparcelamento e fraccionamento dos prédios rústicos. Constatou-se posteriormente a necessidade de reunir num mesmo diploma a regulamentação relativa a todas as vertentes da estruturação fundiária tal como esta se encontra inscrita na Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário de forma a que permitiram fundamentar o ante-projecto de Decreto-Lei relativo ao regime jurídico de estruturação fundiária concluído, em 29/12/2009.					
OO 4	Integrar parcerias em projectos de cooperação transnacionais			202%	102%	DAEA EPDTR
Indicador 1	N.º de projectos	1	2	3	200%	
Indicador 2	Tarefas realizadas face às projectadas	100%	Desenvolvimento de outras tarefas	Desenvolvidas outras tarefas	3%	
				Resultado da Acção		
Acções	Elaboração de proposta de projectos de cooperação, desenvolvidos em parcerias, tendo em vista acções promotoras de desenvolvimento em espaço rural			Realizado		
	Execução de acordo com calendário previsto no projecto			Realizado		
Justificação do desvio	Realização do workshop internacional da rede Farland e participação no seminário internacional promovido pela FAO.					
OO 5	Promover a qualificação Profissional do Sector Agrícola			50%	-50%	DFA
Indicador 1	Proceder à reformulação do Perfil Profissional e do Referencial de Formação do Operador Agrícola	15-Set	31-Ago	27-Ago	0,4%	
Indicador 2	Proceder à reformulação do Perfil Profissional e do Referencial de Formação do Operador Pecuário	30-Nov	15-Nov	0	-100%	
				Resultado da Acção		
Acções	Reformular perfil e referencial de formação do Operador Agrícola em articulação com ANQ, para integrar no CNQ			Realizado		
	Reformular perfil e referencial de formação do Operador Pecuário em articulação com ANQ, para integrar no CNQ			Não realizado		
Justificação do desvio	Indicador 1- Em 27 de Agosto foi apresentado o perfil profissional e as unidades de formação de curta duração, do tronco comum e da bolsa, à ANQ para 1.ª validação. Posteriormente foram efectuadas outras correcções/validações, inclusivamente após a ANQ promover a audição dos membros do conselho sectorial para o Agro-Alimentar, e em 30 de Dezembro foi enviado à ANQ o documento final a integrar o Catálogo Nacional de Qualificações. Este referencial é constituído por 109 UFCD, sendo 68 de 25 horas e 41 de 50 horas, cada. Destas, 25 integram o Tronco comum e 84 a bolsa de UFCD. Indicador 2- A prestação de serviços à ANQ, no âmbito do perfil e referencial de formação do Operador Pecuário, foi adiada a seu pedido para execução apenas no ano de 2010.					

ACTIVIDADES RELEVANTES NÃO PLANEADAS

DESCRIÇÃO	RESULTADO ALCANÇADO
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de propostas de iniciativas à Rede Rural Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • 14 propostas
<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia para a Formação Profissional 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do documento “Linhas orientadoras para a formação profissional
<ul style="list-style-type: none"> • Formação em e-learning 	<ul style="list-style-type: none"> • 1 Projecto de operacionalização da formação em e-learning 2010/2011.
<ul style="list-style-type: none"> • Homologação de acções de Formação no âmbito do MADRP 	<ul style="list-style-type: none"> • Colaboração com o IMTT na elaboração de Portaria regulamentadora das provas de avaliação para efeito de atribuição das licenças de condução de veículos agrícolas da categoria I, II, III. <p>Elaboração de 6 Normas Orientadoras, dirigidas às DRAP's e entidades formadoras privadas, que harmonizam e operacionalizam os procedimentos de homologação (compatibilizando os programas das áreas regulamentadas do MADRP com as UFCD do CNQ, permitindo o recurso a financiamento para execução de acções dirigidas a agricultores), certificação, emissão de certificados e outros procedimentos no âmbito da Formação profissional.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Medida 7 do Programa Operacional Agro 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise técnico-pedagógica, contabilística e financeira de pedidos de saldo (5 em 2009). • Execução de 13 restituições. • Acompanhamento de auditorias e execução de contraditórios de 4 candidaturas. • Verificação dos pareceres e cabimentação no SIIFSE das 13 candidaturas, ocorridas no período excepcional. • 1 relatório de execução física e financeira dos anos de 2008/2009, sobre projectos de 2000 a 2004 das acções 7.1 e 7.2, da base de dados de Gestão de candidaturas, e de 2000 a 2006 da Acção 7.3 • Encerramento de 101 candidaturas na Base de Dados de Gestão Simplificada - sistema informático do IFAP.

III - HIDRÁULICA E ENGENHARIA AGRO-RURAL

DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

- Promover ou acompanhar estudos e projectos de estruturas hidráulicas primárias de aproveitamentos hidroagrícolas, de barragens e de outras obras associadas à distribuição da água e à defesa e correcção torrencial de áreas agrícolas, quer da iniciativa das associações de beneficiários quer de outras entidades ou em parceria;
- Definir normas técnicas orientadoras para os privados e demais instituições promotoras de projectos de regadio;
- Promover ou acompanhar estudos e projectos relativos à construção, reabilitação/modernização de redes de rega, drenagem e caminhos;
- Promover e assegurar o cumprimento das normas e medidas de controlo de segurança das barragens integradas nos aproveitamentos hidroagrícolas;
- Coordenar os trabalhos das empreitadas da responsabilidade da Direcção-Geral e assegurar a respectiva fiscalização assim como dirigir as obras a realizar em regime de administração directa e preparar a recepção e quitação das obras;
- Promover os trabalhos topográficos e a recolha e preparação dos elementos cartográficos e cadastrais necessários aos estudos e à execução dos projectos;
- Promover a execução das acções de expropriação e indemnização decorrentes das obras da responsabilidade da Direcção-Geral e instruir o processo de declaração de utilidade pública;
- Gerir o parque de máquinas e assegurar a sua disponibilização em situações de emergência ou de interesse nacional;
- Assegurar a coordenação nacional do gasóleo colorido e marcado destinado aos sectores agrícola e florestal e a gestão do sistema de cartões destinados ao controlo dos abastecimentos;
- Executar estudos e experimentação das máquinas agrícolas e florestais com vista a uma melhor adaptação técnica das mesmas às condições do País, bem como os procedimentos técnicos conducentes à homologação de tractores e a certificação de máquinas agrícolas e florestais.

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
OE	Melhorar a qualificação dos RH/Desenvolver novas competências					
OO 1	Assegurar a formação de trabalhadores da Direcção de Serviços			200%	100%	DSHEAR
Indicador 1	N.º de trabalhadores	4	5	8	100%	
Indicador 2	N.º de trabalhadores	1	2	2	100%	
				Resultado da Acção		
Acções	Participar em curso sobre o "Código dos Contratos Públicos" (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro)			Realizado		
	Participar em curso sobre "Segurança de barragens"			Realizado		
Justificação do desvio	O número de vagas e o orçamento disponível permitiram a superação dos objectivos.					
OE	Reduzir circuitos processuais					
OO 1	Melhorar a Competitividade e Sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais			77%	-23%	DSHEAR

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Indicador 1	% de utilizadores / n.º de trabalhadores	50%	60%	64%	8,5%	
Indicador 2	N.º de dias após conhecimento da informação	5 dias	2 dias	5	0%	
Indicador 3	N.º de respostas positivas, no âmbito técnico	5	7	0	-100%	
Indicador 4	N.º de novos materiais constantes do Plano Anual	2	4	2	0%	
				Resultado da Acção		
Acções	Criar, desenvolver e implementar um sistema interno de acompanhamento dos circuitos dos documentos, em suporte informático			Realizado		
	Assegurar a actualização da informação referente aos concursos públicos, no sítio da DGADR			Realizado		
	Efectuar um inquérito aos stakeholders na Direcção de Serviços			Não realizado		
	Disponibilizar informação via Internet no Portal ForMaAgri			Realizado		
Justificação do desvio	1) O sistema revelou ser de grande clareza facilitando a implementação e consequente superação do objectivo. 2) O inquérito aos stakeholders foi efectuado pela Direcção Geral e não pela Direcção de Serviços.					
OE	Melhorar a Competitividade e Sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais					
OO 1	Aumentar a área de regadio colectivo público			100%	0%	DSHEAR
Indicador 1	Área abrangida pelas obras com autos de consignação	4300	5500	4528	0%	
				Resultado da Acção		
Acções	Abertura de procedimentos pré-contratuais, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos			Realizado		
	Integrar júris de procedimentos para a formação de contratos			Realizado		
	Realizar as adjudicações das empreitadas			Realizado		
	Elaborar os contratos			Realizado		
	Assegurar o início da obra, através da sua consignação			Realizado		
Justificação do desvio						

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Acompanhar os projectos do EFMA, promovidos pela EDIA						
OS 1	Analisar os estudos prévios e projectos de execução já concluídos			0%	-100%	DIH
Indicador	N.º de dias para elaboração de parecer técnico	33 dias úteis	22 dias úteis	0	-100%	

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Justificação do desvio	Durante o corrente ano não foram enviados para apreciação da DGADR projectos já concluídos.					
OS 2	Acompanhamento técnico dos Projectos de execução em desenvolvimento ou a serem lançados			104%	4%	DIH
Indicador	N.º de dias para elaboração de parecer técnico	33 dias úteis	22 dias úteis	22	4%	
Justificação do desvio	A dinâmica desenvolvida no ano anterior e a aplicação de critérios que foram desenvolvidos nos projectos de execução tornou mais expedita a sua análise.					
OS 3	Avaliar o EIA, na vertente do regadio			100%	0%	DIH
Indicador	N.º de dias para elaboração de parecer técnico	33 dias úteis	22 dias úteis	30	0%	
Justificação do desvio	Foram concluídos 2 processos de DIA. Circuito Hidráulico de Pedrógão e Circuito Hidráulico de Odivelas - Vale de Gaio.					
OS 4	Assegurar o suporte à aprovação dos perímetros hidroagrícolas por parte do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, no âmbito do estabelecido na legislação de fomento hidroagrícola			100%	0%	DIH
Indicador	N.º de dias para elaboração de parecer técnico	22 dias úteis	15 dias úteis	20	0%	
Justificação do desvio						
Elaboração de procedimentos pré-contratuais						
OS 1	Elaborar diferentes procedimentos adaptados ao lançamento de prestações de serviço, empreitadas e ajustes directos			200%	100%	DSHEAR
Indicador	N.º de processos	2	4	6	100%	
Justificação do desvio	A superação deveu-se ao surgimento de situações não previstas e relativamente às quais houve capacidade de dar resposta.					
Garantir a segurança das barragens						
OS 1	Supervisionar e controlar o cumprimento das normas de segurança das barragens hidroagrícolas ou de fins múltiplos			150%	50%	DIH
Indicador	N.º de relatórios do LNEC	2	1	1	50%	
	N.º de dias para análise de notas técnicas/estudos					
	N.º de dias para elaboração de relatórios técnicos					
Justificação do desvio	Os relatórios de LNEC foram entregues nesta Direcção-Geral, tendo sido analisados, não se verificando situações de necessidade extrema de intervenção. A urgência de algumas intervenções foi definida pelo INAG e foi objecto de candidaturas ProDeR no âmbito da Segurança de Barragens.					
OS 2	Observação das Barragens (Topometria) de Óbidos, Minutos e Sabugal, através de leituras			0%	-100%	DEAR
Indicador	N.º de relatórios para o LNEC	1	2	0	-100%	
Justificação do desvio	Dificuldades de logística operacional					
Supervisionar e controlar o bom funcionamento das Centrais Hidroeléctricas e Estações Elevatórias						
OS 1	Assegurar o cumprimento dos planos de manutenção das CH e EE tuteladas pela DGADR			33%	-67%	DIH

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Indicador	N.º de vistorias regulamentares	Até 3 / instalação	Até 4 / instalação	1	-67%	
Justificação do desvio	Dada a dificuldade em dispor de meios apropriados, quer humanos quer materiais não foi possível efectuar as vistorias com a frequência prevista.					
OS 2	Promover acções de manutenção correctiva			100%	0%	DIH
Indicador	Nº de dias para proposta de medidas correctivas	10 dias úteis	5 dias úteis	10	0%	
Justificação do desvio						
Assegurar a localização correcta das infra-estruturas de regadio						
OS 1	Realizar o apoio topográfico à elaboração de projectos, às obras em curso e às equipas de Cadastro e Expropriações			366%	266%	DEAR
Indicador	Levantamentos topográficos por área (ha) e/ou extensão (km)	15 ha	20 ha	120 ha	532%	
		40 km	50 km	40 km	0%	
Justificação do desvio	Situações não previstas a que foi possível dar resposta.					
Assegurar a disponibilidade dos terrenos onde serão efectuadas as diversas obras						
OS 1	Celebrar acordos com os proprietários ou rendeiros			101%	1%	DEAR
Indicador	N.º de acordos	130	140	141	1%	
Justificação do desvio	Actividade cuja previsão vai evoluindo à medida que se vai desenvolvendo, tendo sido possível ir dando resposta.					
OS 2	Desenvolver o processo de indemnizações aos proprietários ou rendeiros			101%	1%	DEAR DSIGA
Indicador	N.º de indemnizações	220	250	251	1%	
Justificação do desvio	Actividade cuja previsão vai evoluindo à medida que se vai desenvolvendo, tendo sido possível ir dando resposta.					
OS 3	Realizar expropriações			53%	-47%	DEAR DSIGA
Indicador	N.º de processos instruídos e N.º de expropriações	30	40	16	-47%	
Justificação do desvio	Dificuldades na tramitação processual.					
Assegurar a coordenação e a execução das empreitadas, ajustes directos e prestações de serviços						
OS 1	Abertura de procedimentos pré-contratuais, ao abrigo do CCP, de prestações de serviços, empreitadas e ajustes directos			25%	-75%	DIH DEAR
Indicador	N.º de procedimentos lançados em Diário da República e Portal do Governo	8	12	2	-75%	
Justificação do desvio	Não houve aprovações no ProDeR para suportar financeiramente os procedimentos.					
OS 2	Integrar júris de procedimentos para a formação de contratos			100%	0%	DSHEAR
Indicador	N.º de procedimentos	8	12	9	0%	

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Justificação do desvio						
OS 3	Adjudicar e contratar prestações de serviços, empreitadas e ajustes directos			109%	9%	DEAR DSHEAR
Indicador	N.º de Informações de adjudicação, minutas de contrato e contratos	8	12	12	9%	
Justificação do desvio	Trata-se de uma actividade com algum carácter de imprevisibilidade e que evolui ao longo do ano.					
OS 4	Fiscalizar e acompanhar			129%	29%	DEAR DSHEAR
Indicador	N.º de Autos de Medição de Trabalhos	20	25	31	29%	
Justificação do desvio	Actividade fortemente dependente de outras actividades.					
OS 5	Controlar a facturação			154%	54%	DEAR
Indicador	N.º de obras controladas	25	30	17	-41%	
	N.º de Quadros resumo de todas as prestações de serviço, empreitadas e ajustes directos	2	3	5	150%	
Justificação do desvio	Não houve aprovações no ProDeR para suportar financeiramente os procedimentos.					
OS 6	Recepcionar empreitadas e ajustes directos			110%	10%	DEAR DSHEAR
Indicador	N.º de Autos de Recepção Provisória das Obras	9	11	11	10%	
Justificação do desvio	Dependente da evolução das empreitadas a decorrer ou de trabalhos não previstos.					
Assegurar o funcionamento de toda a actividade de Mecanização Agrária						
OS 1	Aprovar novos modelos de tractores agrícolas e florestais de rodas tendo em vista a sua homologação no âmbito do protocolo com o IMTT			234%	134%	EMAP
Indicador	N.º de aprovações	500	750	1755	134%	
Justificação do desvio	Estimativa baseada em valores de anos anteriores, sujeitos a regras de mercado, logo, com grande imprevisibilidade.					
OS 2	Proceder à inspecção/ensaio de tractores agrícolas usados importados para atribuição de matrícula			159%	59%	EMAP
Indicador	N.º de tractores inspeccionados/ ensaiados	50	75	118	59%	
Justificação do desvio	Estimativa baseada em valores de anos anteriores, sujeitos a regras de mercado, logo, com grande imprevisibilidade.					
OS 3	Assegurar o cumprimento do normativo europeu, elaborando as versões nacionais de normas europeias			101%	1%	EMAP
Indicador	% de normas inscritas no Plano Anual	80%	100%	100%	1%	
Justificação do desvio	Previo-se não haver capacidade, no entanto, graças à afectação de meios humanos suplementares e trabalho em período suplementar foi possível superar o objectivo.					

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS			META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
OS 4	Apoiar e emitir pareceres à regulamentação no âmbito das máquinas de aplicação de pesticidas agrícolas				100%	0%	EMAP
Indicador	N.º de pareceres		5	10	6	0%	
Justificação do desvio	O objectivo foi apenas cumprido, com a emissão de 6 pareceres, e não superado, embora se tenha ainda elaborado uma proposta de especificação técnica.						
OS 5	Elaborar/actualizar as "Tabelas de encargos com a utilização de máquinas agrícolas"				0%	-100%	EMAP
Indicador	Frequência de actualizações da Tabela		Anual	—	0	-100%	
Justificação do desvio	Não foi cumprido este objectivo, dado que o técnico incumbido de realizar esta tarefa, foi integrado na Brigada fitossanitária de controlo do nemátodo da madeira do pinheiro.						
Assegurar a Coordenação Nacional do Gasóleo colorido e marcado, no continente, e gasóleo com benefício fiscal, nos Açores							
OS 1	Assegurar a gestão do sistema de cartões nos abastecimentos de gasóleo, incluindo a substituição dos cartões CHIP pelos de banda magnética HI-CO				105%	5%	EMAP
Indicador	N.º de cartões de banda magnética HI-CO emitidos (substituídos)		140.000	150.000	145.552	0%	
	N.º de cartões emitidos		18.000	20.000	24.245	21%	
	N.º de cartas “pin” emitidas		40	50	0	-100%	
	N.º de relações discriminadas	Das transacções registadas em terminais (POS)	250	300	400	34%	
		De abastecimentos efectuados por cartão	80	100	170	72%	
Justificação do desvio	A diminuição verificada no número de beneficiários do gasóleo colorido e marcado no continente e com benefício fiscal na região autónoma dos Açores, levou a que o n.º de cartões HI-CO substituídos não tivesse podido ser superado, dado que o valor indicado representa a totalidade dos cartões existentes. Por sua vez, com a introdução do novo modelo operativo as cartas “pin” deixaram de ser emitidas, dado já não se justificarem.						
OS 2	Controlar os consumos registados nos sectores agrícola e florestal em colaboração com as DRAP's				0%	-100%	EMAP
Indicador	N.º de relatórios de controlos de consumos anómalos		250	300	0	-100%	
Justificação do desvio	O número de acções de controlo de consumos anómalos é sempre difícil de prever, dependendo das situações de facto ocorridas que justifiquem tal medida, sendo que os casos conhecidos até ao final do ano foram 193, os quais, note-se, foram todos objecto de relatório. Contudo, refira-se que no presente momento (início de 2010) ainda decorre um número significativo de acções de controlo de consumos anómalos registados em 2009, pelo que o número de acções se enquadraria, seguramente nos valores previstos se este relatório fosse elaborado mais tarde.						
OS 3	Proceder ao tratamento de dados estatísticos relativos aos consumos de gasóleo				148%	48%	EMAP
Indicador	Prazo de disponibilização das estatísticas no sítio da DGADR:	-Açores	30 dias	20 dias	10	52%	
		-Continente	60 dias	35 dias	20	44%	
Justificação do desvio	Optimização de procedimentos internos a nível informático.						
OS 4	Fornecer ao INE os volumes gastos no continente				100%	0%	EMAP

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Indicador	N.º de mapas elaborados e enviados	4	—	4	0%	
Justificação do desvio						
OS 5	Fornecer à Alfândega de Ponta Delgada a relação dos abastecimentos de gasóleo, discriminados por ilha, por companhia distribuidora e por actividade			100%	0%	EMAP
Indicador	N.º de mapas elaborados e enviados	12	—	12	0%	
Justificação do desvio						
OS 6	Assegurar a implementação do novo modelo operativo do benefício fiscal, em colaboração com a SIBS			113%	13%	EMAP
Indicador	N.º de Contratos respeitantes ao novo modelo operativo com as companhias distribuidoras	7	9	9	13%	
Justificação do desvio	Melhoramento do processo organizativo que permitiu obter maior rapidez na elaboração de contratos com consequente aumento do seu número					
Participação em Comissões Técnicas e de Acompanhamento nacionais, europeias e internacionais						
OS 1	Participar na Comissão de Ambiente, promovida pela Agência de Ambiente para avaliar EIA's de projectos na vertente do regadio			—	—	DIH
Indicador	N.º de dias para elaboração de pareceres a serem incorporados nas DIA's	22 dias úteis	15 dias úteis	—	—	
Justificação do desvio	A participação na Comissão de Ambiente remete para o objectivo OS3 do Acompanhamento dos projectos do EFMA, promovidos pela EDIA.					
OS 2	Participar nas Comissões no âmbito da "Segurança de Barragens"			100%	0%	DIH DEAR
Indicador	% de Participações em reuniões	80%	100%	80%	0%	
Justificação do desvio						
OS 3	Participar nas Comissões de Revisão de PDM's			101%	1%	DSHEAR
Indicador	% de Participações em reuniões	80%	100%	100%	1%	
Justificação do desvio	A calendarização adequada permitiu assistir a todas as reuniões.					
OS 4	Participar nos Conselhos de Região Hidrográfica, Conselho Nacional de Água e Convenção de Albufeira (rios internacionais)			101%	1%	DSHEAR
Indicador	% de Participações em reuniões	80%	100%	100%	1%	
Justificação do desvio	A calendarização adequada permitiu assistir a todas as reuniões.					
OS 5	Participar em reuniões internacionais no âmbito dos códigos de ensaios normalizados dos tractores agrícolas e das estruturas de segurança dos mesmos			100%	0%	EMAP
Indicador	% de Participações em reuniões da OCDE e UE	80%	100%	80%	0%	
Justificação do desvio						

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
OS 6	Acompanhar a actividade de normalização europeia e internacional de tractores e máquinas agrícolas			175%	75%	EMAP
Indicador	N.º de dias para apresentação do relatório anual	5 dias úteis	3 dias úteis	1 dia	75%	
Justificação do desvio	Menor complexidade da informação produzida permitiu agilizar a produção do relatório.					
OS 7	Apoiar a Comissão Consultiva de Mecanização Agrária			101%	1%	EMAP
Indicador	% de actas de reunião	80%	100%	100%	1%	
Justificação do desvio	Redução do número de reuniões.					
OS 8	Manter o estatuto de Organismo de Normalização Sectorial (ONS) para a área dos tractores agrícolas, através do protocolo de cooperação com o Instituto Português de Qualidade (IPQ)			100%	0%	EMAP
Indicador	Resultado da auditoria anual feita pelo IPQ (manutenção do estatuto)	Favorável	-	Favorável	0%	
Justificação do desvio	O resultado da auditoria anual apenas tem duas possibilidades: Favorável ou não Favorável.					
Acompanhar as medidas AGRO, AGRIS e PRODER						
OS 1	Apoiar a preparação das candidaturas ao PRODER			1800%	1700%	DSHEAR
Indicador	N.º de candidaturas	2	3	36	1700%	
Justificação do desvio	Inicialmente previu-se que as candidaturas fossem agrupadas de acordo com as tipologias. Tendo havido segregação o indicador foi equivalente ao número de candidaturas efectuadas.					
OS 2	Assegurar o acompanhamento e execução dos projectos AGRO - medida 4			100%	0%	DSHEAR
Indicador	N.º de projectos	3	4	3	0%	
Justificação do desvio						

IV - REGADIO E RECURSOS NATURAIS

DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

- Promover os estudos de diagnóstico e caracterização na área do planeamento do regadio e coordenação da promoção do Plano Nacional de Regadios;
- Elaborar e acompanhar os estudos agro-sócio-económicos integrados em projectos de âmbito hidroagrícola;
- Acompanhar as candidaturas da iniciativa da DGADR, no âmbito dos fundos comunitários;
- Avaliar e emitir pareceres sobre projectos de entidades públicas e privadas em sede de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e acompanhar e promover medidas de minimização e compensação dos EIA's e de programas de gestão ambiental;
- Acompanhar a elaboração de Planos de Ordenamento do Território;
- Dar apoio técnico-administrativo e participar nos órgãos da Reserva Agrícola Nacional (RAN) – Conselho Nacional da Reserva Agrícola (CNRA) e Comissões Regionais;
- Promover e acompanhar a elaboração das cartas de solos e estudos de classificação das terras nas áreas envolvidas nos projectos hidroagrícolas;
- Gerir o património rústico a cargo da DGADR e regularizar a situação cadastral e patrimonial;
- Planear e acompanhar a execução das medidas de política de desenvolvimento rural e ambiente;
- Coordenar o processo de gestão da água nos AH's, assegurando a sua articulação com a gestão dos recursos hídricos nacionais, e propor medidas que conduzam a uma maior eficiência na utilização da água e das áreas beneficiadas;
- Promover a transferência e apoiar a gestão dos AH's para as entidades concessionárias, elaborando as propostas dos contratos de concessão, bem como promover a entrega de obras às DRAP's para proceder à sua transferência para as entidades gestoras;
- Promover a articulação e o apoio às pessoas colectivas públicas e privadas concessionárias das obras de AH e assegurar as ligações com outras entidades intervenientes nos aproveitamentos de fins múltiplos com componente hidroagrícola;
- Promover, em colaboração com as entidades competentes, a realização de estudos de caracterização dos recursos hídricos de superfície e subterrâneos susceptíveis de utilização na agricultura;
- Assegurar a recolha das variáveis meteorológicas da rede do MADRP tendo em vista o estudo e a avaliação das necessidades hídricas das diferentes culturas e implementação de um sistema de avisos de rega;
- Promover, em colaboração com as direcções regionais de agricultura e pescas, a correcta utilização dos correctivos orgânicos na agricultura e coordenar a implementação da directiva «Nitratos de origem agrícola»;
- Promover a monitorização e o controlo da qualidade da água destinada a fins agrícolas, propondo as necessárias medidas preventivas e de correcção;
- Colaborar com as entidades tutelares de cartografia, nacionais e internacionais, no desenvolvimento de cartografia temática, de ortofotografia e da estrutura de metadados, na implementação e desenvolvimento de métodos e sistemas;
- Assegurar a elaboração e divulgação das cartas temáticas da responsabilidade da DGADR e participar no Conselho Coordenador de Cartografia;

- Colaborar com a entidade que tutela as operações de cadastro geométrico da propriedade na elaboração das cartas cadastrais das zonas de emparcelamento e de beneficiação hidroagrícola.

OBJECTIVOS			META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
OE	Aumentar o grau de satisfação do Cliente						
OO 1	Aferir o nível de satisfação dos interlocutores da DPRS				0%	-100%	DPRS
Indicador 1	Prazo de apresentação dos resultados do inquérito	31-Dez	15-Out	0	-100%	Resultado da Acção	
Acções	Criar e lançar inquéritos de satisfação aos principais interlocutores da Divisão			Não Realizado			
Justificação do desvio	Foi preparado o inquérito mas não foi lançado, dada a grande sobreposição de iniciativas semelhantes que ocorreram neste período.						
OE	Melhorar a Competitividade e Sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais						
OO 1	Assegurar o Planeamento do Regadio e a Promoção do Plano Nacional de Regadios				50%	-50%	DPRS
Indicador 1	Prazo de conclusão da base de dados	31-Dez	30-Nov	0	-100%	Resultado da Acção	
Indicador 2	Prazo de apresentação do relatório preliminar do SIR (Sistema de Informação do Regadio)	31-Dez	30-Nov	31-Dez	0%		
Acções	Conclusão da consolidação da base de dados dos regadios tradicionais			Realizado Parcialmente			
	Continuação dos estudos de caracterização e preparação da base metodológica, no âmbito do Plano Nacional de Regadios			Realizado			
	Promoção de base de dados SIR e consolidação da informação sobre os regadios em exploração e os regadios potenciais de iniciativa estatal, no âmbito do Plano Nacional de Regadios			Realizado			
Justificação do desvio	A base de dados não foi concluída, apesar de terem sido introduzidos 600 registos. Os técnicos afectos a esta actividade foram desviados para outras tarefas prioritárias (candidaturas PRODER).						
OO 2	Assegurar a análise da componente agro-sócio-económica dos projectos de regadio				30%	-70%	DPRS
Indicador 1	N.º de estudos acompanhados	5	8	0	-100%	Resultado da Acção	
Indicador 2	N.º de EIA's analisados	5	8	3	-40%		
Acções	Acompanhamento de estudos de viabilidade agro-económica e ambiental, associados a novos projectos de rega no âmbito do EFMA			Não Realizado			
	Avaliação dos descritores da sócio-economia e agrossistemas no âmbito dos procedimentos de AIA do EFMA			Realizado			
Justificação do desvio	Os EIA's analisados corresponderam às solicitações apresentadas. Não foram acompanhados estudos de viabilidade agro-económica e ambiental no âmbito do EFMA porque não houve solicitações, apesar de terem sido previstos no Plano de Actividades da EDIA.						
OO 3	Acompanhamento da Sustentabilidade das Entidades Gestoras do Regadio				110%	10%	DPRS

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Indicador 1	Prazo de apresentação do projecto de modelo	31-Dez	30-Nov	30-Out	10%	
				Resultado da Acção		
Acções	Apresentação de um modelo de análise simplificada da situação económico-financeira das entidades gestoras			Realizado		
Justificação do desvio	Foi concluído o modelo de análise da situação económico-financeira das entidades gestoras.					
OO 4	Coordenação das Candidaturas aos Fundos Comunitários na área do Regadio			656%	556%	DPRS
Indicador 1	N.º de relatórios finais de execução elaborados	2	>2	2	0%	
Indicador 2	N.º de candidaturas instruídas	2	3	42	2000%	
Indicador 3	N.º de pontos de situação elaborados	4	6	16	220%	
Indicador 4	% de documentos de despesa certificados	4%	5%	5%	2%	
				Resultado da Acção		
Acções	Assegurar o encerramento do AGRO/AGRIS na área do regadio			Realizado		
	Assegurar a coordenação da instrução das candidaturas da responsabilidade da DGADR no âmbito do PRODER			Realizado		
	Assegurar o apoio à execução das candidaturas aos fundos comunitários do PRODER			Realizado		
	Certificação/validação da despesa do Programa LEADER+ de 2008			Realizado		
Justificação do desvio	As metas previstas foram largamente superadas na generalidade das acções desenvolvidas. Em particular, no que respeita ao enorme volume de candidaturas PRODER da responsabilidade da DGADR.					
OO 5	Compatibilizar os interesses do sector agrícola com outros interesses sectoriais em processos de AIA de infra-estruturas de interesse público e privado e obras hidroagrícolas			324%	224%	DPRS
Indicador 1	N.º de EIA's ou RECAPE acompanhados	9 EIA's	11 EIA's	11 EIA's	10%	
Indicador 2	N.º de pareceres emitidos	30	35	183	438%	
				Resultado da Acção		
Acções	Acompanhamento dos EIA's ou RECAPE dos projectos do EFMA			Realizado		
	Acompanhamento de EIA's de projectos de regadio ou outros da responsabilidade da DGADR			Realizado		
	Apoio no acompanhamento de EIA's de projectos na área do regadio da responsabilidade das DRAP's			Realizado		
	Análise e emissão de pareceres de outros EIA's, em sede de infra-estruturas de utilidade pública			Realizado		
Justificação do desvio	As metas previstas foram largamente ultrapassadas, atendendo ao elevado número de pareceres emitidos no âmbito da análise de EIA's em sede de infra-estruturas de utilidade pública.					
OO 6	Assegurar a representação da DGADR e/ou do MADRP em Grupos de Trabalho e Comissões na área do regadio e dos recursos naturais			232%	132%	DPRS

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Indicador 1	N.º de processos apreciados pela CNREN (por solicitação)	30	>30	17	-43%	
Indicador 2	N.º de reuniões ordinárias da CNREN com participação da DGADR (por solicitação)	10	>10	5	-50%	
Indicador 3	N.º de pareceres emitidos	2	3	10	400%	
				Resultado da Acção		
Acções	Representação do MADRP na Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional			Realizado		
	Assegurar a participação da DGADR na elaboração dos balanços anuais sobre o estado do ambiente e dos recursos naturais em Portugal			Realizado		
Justificação do desvio	As metas alcançadas (nº reuniões e de processos apreciados) não corresponderam ao previsto porque entre Maio e Agosto a representação da DGADR na CNREN foi interrompida. Tendo sido nomeado novamente, a partir de Agosto, um representante da DGADR como vogal suplente da CNREN. Na sequência da entrada em vigor do novo decreto, foi aprovado o regimento da CNREN, constituída uma plataforma informática que permite aos membros da Comissão trabalhar com mais facilidade e fornecer ao público em geral a informação de forma mais rápida e actualizada e foi ainda decidido contratuallizar externamente as orientações estratégicas nacionais e regionais através de protocolos celebrados com Universidades.					
OO 7	Acompanhar a elaboração de Planos de Ordenamento do Território			79%	-21%	DPRS
Indicador 1	N.º de planos analisados	60	66	60	0%	
Indicador 2	N.º de pareceres emitidos	80	88	80	0%	
Indicador 3	Prazo de conclusão do manual	31-Dez	30-Nov	31-Dez	0%	
Indicador 4	N.º de projectos de diplomas analisados	20	23	3	-85%	
				Resultado da Acção		
Acções	Acompanhamento da elaboração e/ou alteração de planos de ordenamento (PEOT, PMOT e PROT), pela integração nas Comissões de Acompanhamento (CA)			Realizado		
	Análise e emissão de parecer nas diversas fases de elaboração e na aprovação/ratificação de planos de ordenamento do território			Realizado		
	Representação da DGADR na CA da revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudeste Alentejano e Costa Vicentina, garantindo a integração do Programa Sectorial Agrícola do A.H. do Mira			Realizado		
	Conclusão do manual do Grupo de Trabalho dos PDM's com a Integração da Autoridade Florestal Nacional e da Direcção Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA) no Grupo de Trabalho com a produção de fichas técnicas			Realizado		
	Análise de projectos de diplomas legais por solicitação de S. Ex.ª o MADRP/SEDRF (Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas) na área do ordenamento do território			Realizado		
	Análise de Planos de Pormenor, Planos de Urbanizações e construções em espaço rural, no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)			Realizado		

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Justificação do desvio	O número de planos analisados e pareceres emitidos foi condicionado devido: 1) Ao atraso da entrada em vigor dos PROT, uma vez que os PDM's estão condicionados a estes Planos, pois têm de obedecer às orientações neles emanadas; 2) Ao facto de 2009 ter sido ano de eleições autárquicas e as solicitações apresentadas à DGADR serem provenientes das autarquias. Foram analisados todos os projectos de diplomas legais que foram solicitados superiormente.					
OO 8	Assegurar a cobertura da cartografia de solos no continente			153%	53%	DPRS DGRQA
Indicador 1	N.º de conversões para digital revistas	6	8	14	100%	
Indicador 2	N.º de cartas de capacidade de uso revistas	15	20	29	53%	
Indicador 3	N.º de ligações entre cartas revistas	10	15	15	7%	
				Resultado da Acção		
Acções	Acompanhamento e revisão da conversão em digital de cartas de capacidade de uso			Realizado		
	Promover e acompanhar a execução das cartas de capacidade de uso a sul do rio Douro (escala 1:25.000)			Realizado		
	Revisão final das ligações entre as cartas de solos 1:25.000 de Entre Tejo e Douro			Realizado		
Justificação do desvio	As actividades foram desenvolvidas de acordo com o previsto e até mesmo largamente superadas.					
OO 9	Promover a elaboração de estudos de solos			58%	-42%	DPRS
Indicador 1	N.º de EIA's analisados	5	8	6	0%	
Indicador 2	N.º de pareceres emitidos	12	15	7	-42%	
Indicador 3	N.º de relatórios produzidos	20	25	3	-85%	
				Resultado da Acção		
Acções	Análise do descritor solo, no âmbito dos EIA's dos Blocos de Rega do EFMA			Realizado		
	Emissão de pareceres na área dos solos, no âmbito de infra-estruturas em espaço rural			Realizado		
	Levantamento das principais classes de solos nos regadios em exploração e potenciais			Parcialmente realizado		
Justificação do desvio	Os pareceres emitidos (indicador 2) corresponderam às solicitações apresentadas. O número de relatórios produzidos (indicador 3) associado ao levantamento das principais classes de solos nos regadios em exploração e potenciais não pôde ser concluído devido à indisponibilidade de cartografia digitalizada.					
OO 10	Colaborar no planeamento e execução de Políticas			150%	50%	DPRS
Indicador 1	N.º de pareceres emitidos	7	10	7	0%	
Indicador 2	N.º de diplomas apreciados	1	2	2	100%	
Indicador 3	N.º de estudos acompanhados / realizados	2	3	4	100%	
Indicador 4	N.º de memorandos e relatórios técnicos elaborados	4	6	4	0%	

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
				Resultado da Acção		
Acções	Acompanhamento da Elaboração dos Planos de Gestão das Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH)			Realizado		
	Acompanhamento da elaboração dos Diplomas complementares à Lei da Água			Realizado		
	Participação na realização e/ou acompanhamento de estudos estratégicos na área do consumo da água e regadio			Realizado		
	Representação da DGADR na Comissão de Planeamento de Emergência da Agricultura (CPEA)			Não Realizado		
	Representação da DGADR na Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação			Realizado		
	Participação da DGADR na área da Directiva Quadro para a protecção do solo			Realizado		
	Projecto Solo e Sedimentos – Programa Nacional de Acção de Ambiente e Saúde			Realizado		
	Representação da DGADR no Grupo de Trabalho do Olival			Realizado		
	Representação na Comissão Nacional para as Zonas Húmidas (CNZH)			Realizado		
Justificação do desvio	No âmbito da representação na Comissão de Planeamento de Emergência da Agricultura (CPEA) não foi desenvolvida actividade, sendo que esta matéria não é da responsabilidade da DGADR.					
OO 11	Apoio à Gestão dos Aproveitamentos Hidroagrícolas			758%	658%	DGRQA
Indicador 1	Prazo de apresentação dos dados estatísticos de 2008	31-Dez	31-Out	20-Out	4%	
Indicador 2	N.º de processos de exclusão instruídos	5	7	22	267%	
Indicador 3	N.º de processos de inutilização de solos instruídos	5	8	171	2343%	
Indicador 4	N.º de dias para apresentação dos boletins mensais das reservas hídricas das albufeiras	7	5	5	17%	
				Resultado da Acção		
Acções	Análise da evolução da área regada, nos AH's do Grupo II e de outros dados estatísticos da gestão dos AH's			Realizado		
	Acompanhamento e elaboração semanal dos boletins das reservas hídricas das albufeiras de fins hidroagrícolas e sua divulgação no sítio da DGADR			Realizado		
	Actualização do custo das obras de AH para efeitos de cálculo dos montantes compensatórios devidos pela exclusão de áreas de beneficiadas de prédios rústicos			Realizado		
	Análise dos processos de exclusão e inclusão de prédios nos aproveitamentos hidroagrícolas do grupo II			Realizado		
	Análise dos processos de inutilização de solos de prédios beneficiados por aproveitamentos hidroagrícolas do grupo II			Realizado		
	Análise de elementos relacionados com a exploração das centrais hidroeléctricas de AH's			Realizado		

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Justificação do desvio	O número de processos de exclusão e de inutilização de solos instruídos foi largamente ultrapassado devido ao acréscimo do número de pedidos.					
OO 12	Promover a recepção das infra-estruturas de AH's e efectuar a transferência da sua gestão às respectivas entidades gestoras			59%	-41%	DGRQA
Indicador 1	N.º de minutas dos contratos de concessão elaboradas	10	12	13	18%	
Indicador 2	N.º de minutas dos regulamentos elaborados	6	7	0	-100%	
				Resultado da Acção		
Acções	Promover a recepção das infra-estruturas de AH's e efectuar a sua transferência para entidades gestoras			Realizado		
	Elaborar as minutas dos contratos de concessão dos AH's			Realizado		
	Elaborar os processos para aprovação das minutas dos regulamentos dos AH's			Não realizado		
Justificação do desvio	Não se elaboraram minutas de regulamento nem os respectivos processos para a aprovação, dado que a proposta de regulamento ainda não foi aprovada superiormente.					
OO 13	Controlo dos encerramentos dos projectos de reabilitação dos aproveitamentos hidroagrícolas			450%	350%	DGRQA
Indicador 1	N.º de processos encerrados	2	3	9	350%	
				Resultado da Acção		
Acções	Elaboração dos processos de encerramento dos projectos financiados, ao abrigo do programa AGRIS			Realizado		
Justificação do desvio	O nº de processos foi ultrapassado devido à falta de verbas para pagamentos em 2008, tendo-se efectuado o seu encerramento em 2009.					
OO 14	Implementação dos procedimentos no quadro da directiva INSPIRE			125%	25%	DGRQA
Indicador 1	N.º de fichas de metadados elaboradas	30	50	30	0%	
Indicador 2	N.º de temas abordados	2	3	3	50%	
				Resultado da Acção		
Acções	Estruturação da organização da informação relacionada com os procedimentos da iniciativa INSPIRE no âmbito do Anexo III			Realizado		
	Implementação da infra-estrutura de metadados, de acordo com a directiva INSPIRE			Realizado		
Justificação do desvio	As actividades foram desenvolvidas de acordo com o previsto.					
OO 15	Assegurar a elaboração e venda das cartas temáticas de base topográfica da responsabilidade da DGADR, em formato digital			350%	250%	DGRQA
Indicador 1	N.º de cartas de Solos e Capacidade de Uso digitalizadas	5	7	8	33%	
Indicador 2	N.º de cartas de Solos e de Capacidade de Uso vendidas	200	250	168	-33%	
Indicador 3	N.º de cartas cedidas	50	60	428	625%	

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
				Resultado da Acção		
Acções	Conversão analógico-digital de cartas temáticas			Realizado		
	Comercialização de Cartas de Solos e da Capacidade de Uso à escala 1:25.000 em formato digital			Realizado		
	Comercialização de informação cartográfica em formato digital			Realizado		
	Cedência de informação cartográfica em formato digital			Realizado		
Justificação do desvio	O n.º de cartas de solos e de capacidade de uso vendidas foi inferior ao esperado, devido aos protocolos estabelecidos com várias entidades resultantes da exigência de cedência de informação na legislação publicada, aumentando assim o n.º de cartas cedidas.					
OO 16	Assegurar a elaboração e venda das cartas de solos e de capacidade de uso da responsabilidade da DGADR, em formato analógico			74%	-26%	DGRQA
Indicador 1	N.º de cartas foto restituídas	10	20	2	-80%	
Indicador 2	N.º de cartas comercializadas	600	750	300	-50%	
Indicador 3	N.º de cartas elaboradas em papel vegetal	5	10	12	33%	
				Resultado da Acção		
Acções	Foto restituição de cartas de solos em pantógrafo óptico			Realizado parcialmente		
	Desenho manual das cartas de solos foto restituídas e introdução de siglas			Realizado parcialmente		
	Comercialização de Cartas de Solos e de Capacidade de Uso à escala 1:25.000			Realizado		
	Cedência de informação cartográfica para instrução de processos da CRRAN			Realizado		
	Elaboração de cartas em papel vegetal de capacidade de uso de solos à escala 1:100.000			Não realizado		
Justificação do desvio	Os desvios observados resultam dos pedidos apresentados.					
OO 17	PLEIADES- Melhorar e otimizar os sistemas de rega e drenagem, recorrendo a novas tecnologias de forma a possibilitar uma utilização eficiente do recurso água, em zonas semi-áridas, de forma a melhorar o desempenho ambiental e económico dos sistemas de rega			215%	115%	DGRQA
Indicador 1	N.º de agricultores abrangidos	5	6	10	100%	
Indicador 2	N.º de hectares abrangidos	100	200	400	101%	
Indicador 3	N.º de reuniões nacionais e internacionais	2	3	5	150%	
				Resultado da Acção		
Acções	Continuação da implementação de um sistema integrado de informação e apoio à tomada de decisões no domínio agrícola, envolvendo conhecimentos específicos na gestão da água de rega e das bacias hidrográficas e sua adaptação ao perímetro de rega do Caia			Realizado		
	Colaboração na organização de um estudo base sobre a área piloto do Caia			Realizado		

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
	Apoio à definição da estrutura para a avaliação dos desempenhos ambientais dos sistemas de rega e do potencial de melhoria do desempenho ambiental do sistema de rega seleccionado			Realizado		
Justificação do desvio	As metas dos diferentes indicadores foram superadas devido ter sido feita a divulgação do projecto em 2009.					
OO 18	Promover em colaboração com as DRAP e outras entidades a correcta utilização dos correctivos orgânicos na agricultura			76%	-24%	DGRQA
Indicador 1	N.º de acções de aconselhamento relativo às lamas	5	10	6	0%	
Indicador 2	N.º de acções de aconselhamento relativo aos subprodutos	5	10	2	-60%	
Indicador 3	N.º de acções de aconselhamento relativos aos efluentes pecuários	5	10	6	0%	
				Resultado da Acção		
Acções	Apoiar e agilizar os procedimentos relativos à aplicação de lamas em solos agrícolas			Realizado		
	Apoiar e agilizar os procedimentos relativos à aplicação de subprodutos de origem animal em solos agrícolas			Realizado		
	Apoiar e agilizar os procedimentos relativos à aplicação de efluentes pecuários em solos agrícolas			Realizado		
Justificação do desvio	As acções de aconselhamento (Indicador 2) corresponderam às solicitações apresentadas.					
OO 19	Coordenar a nível do MADRP a Implementação da directiva "Nitratos"			100%	0%	DGRQA
Indicador 1	N.º de áreas avaliadas	3	4	6	100%	
Indicador 2	Publicação do programa de acção	31-Dez	31-Out	0	-100%	
				Resultado da Acção		
Acções	Proceder à avaliação de áreas poluídas por nitratos de origem agrícola de acordo com o DL n.º 235/97, de 3 de Setembro			Realizado		
	Submeter à participação do público a nova proposta de Programas de Acção			Realizado		
	Articulação com a Comissão Europeia e entidades Nacionais			Realizado		
Justificação do desvio	2) O Programa de Acção só foi publicado em Fevereiro de 2010, apesar da proposta do referido programa ter sido enviado para a SEDRF em 22 de Setembro de 2009.					
OO 20	Avaliação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos			101%	1%	DGRQA
Indicador 1	% de Projectos analisados	90%	100%	100%	1%	
Indicador 2	% de Captações avaliadas	90%	100%	100%	1%	
				Resultado da Acção		
Acções	Emissão de pareceres no âmbito dos recursos hídricos			Realizado		
	Apoiar o acompanhamento de estudos de viabilidade e projectos de execução			Realizado		
	Projectos de captação de águas subterrâneas			Realizado		

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
	Avaliação do estado de conservação de captações			Realizado		
Justificação do desvio	As actividades foram desenvolvidas de acordo com o previsto.					
OO 21	Avaliação das necessidades de água para rega			111%	11%	DGRQA
Indicador 1	N.º de dias após a recepção dos dados meteorológicos	7	5	5	17%	
Indicador 2	Prazo de apresentação do projecto de modelo de divulgação	31-Dez	30-Nov	15-Nov	5%	
				Resultado da Acção		
	Acompanhamento decendial das necessidades hídricas de algumas culturas para divulgação na Internet			Realizado		
	Colaborar na divulgação das necessidades hídricas das culturas tendo em vista a implantação de um sistema de avisos de rega			Realizado		
Justificação do desvio	As actividades foram desenvolvidas de acordo com o previsto.					

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Presidir e organizar acções relativas ao Conselho Nacional da Reserva Agrícola (CNRA), secretariar as reuniões e dar apoio técnico e administrativo						
OS 1	Proposta ou emissão de parecer sobre propostas de medidas legislativas e promoção de medidas de defesa da RAN e acompanhamento da revisão do regime jurídico e sua operacionalização			100%	0%	DPRS
Indicadores	% de propostas de medidas legislativas analisadas / propostas de medidas legislativas solicitadas	100%	-	100%	0%	
	% de pareceres emitidos / pareceres solicitados			100%	0%	
Justificação do desvio	Foi publicado o novo regime jurídico da RAN, operacionalizada a Entidade Nacional da RAN, preparada a Portaria dos limiares físicos para as autorizações de uso não agrícola e coordenada a harmonização com as Entidades Regionais.					
OS 2	Deliberação sobre recursos relativos aos actos administrativos das Comissões Regionais			126%	26%	DPRS
Indicador	N.º de processos instruídos e deliberados	200	220	276	26%	
Justificação do desvio	As metas previstas foram largamente superadas.					
OS 3	Apoio técnico, administrativo e jurídico ao CNRA e assegurar a uniformidade de critérios de actuação nas Comissões Regionais			100%	0%	DPRS
Indicador	N.º de processos instruídos	240	280	276	0%	
Justificação do desvio	As metas previstas foram atingidas.					

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Assegurar a representação da DGADR nas Comissões Regionais da RAN						
OS 1	Emissão de pareceres sobre licenças, concessões, aprovações e autorizações administrativas relativas a utilizações não agrícolas de solos da RAN, planos de ordenamento e áreas de desenvolvimento urbano e à aplicação das coimas previstas na lei			154%	54%	DPRS
Indicadores	N.º de processos analisados ou decisões participadas	1800	2000	3088	54%	
	N.º de pareceres emitidos	1800	2000	3088	54%	
Justificação do desvio	Esta actividade só foi desenvolvida até Junho porque de acordo com o novo regime jurídico da RAN (Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março) deixou de haver representação da DGADR nas Entidades Regionais.					
OS 2	Participação nas reuniões das Comissões Regionais da RAN			120%	20%	DPRS
Indicadores	N.º de representações (por convocatória)	4	>4	5	25%	
	N.º de reuniões (por convocatória)	112	>112	128	14%	
Justificação do desvio	Esta actividade só foi desenvolvida até Junho porque de acordo com o novo regime jurídico da RAN (D.L. nº 73/2009 de 31 de Março) deixou de haver representação da DGADR nas Entidades Regionais.					
Assegurar a manutenção do Património Rústico em boas condições agronómicas e a sua correcta titularização						
OS 1	Gestão da Herdade da Ribeira Abaixo			0%	-100%	DPRS
Indicadores	Hectares de área limpa e desmatada	20	22	0	-100%	
	Arrobas de cortiça extraídas	10000	-	0	-100%	
Justificação do desvio	Dado o excesso de cortiça no mercado e os baixos preços praticados, não foi feita qualquer intervenção na Herdade da Ribeira Abaixo, segundo recomendação da Autoridade Florestal.					
OS 2	Regularização do património afecto à colonização interna e baldios reservados			176%	76%	DPRS
Indicadores	N.º de alvarás de propriedade definitiva e segundas vias emitidos	8	10	25	178%	
	N.º de declarações de cancelamento de ónus emitidas	4	6	3	-25%	
Justificação do desvio	Os alvarás de propriedade definitiva, segundas vias e declarações de cancelamento de ónus são emitidos por solicitação dos interessados. Foram ainda emitidas 7 rectificações de alvarás de propriedade definitiva.					
OS 3	Emissão de pareceres sobre o património cuja gestão é da responsabilidade da DGADR, no âmbito de processos de alienação, por solicitação superior			0%	-100%	DPRS
Indicador	% de pareceres emitidos / pareceres solicitados	100%	-	0	-100%	
Justificação do desvio	Não foram emitidos pareceres neste âmbito porque não houve solicitações.					
OS 4	Acompanhamento e apreciação do Plano de Pormenor da Colónia Agrícola da Gafanha			0%	-100%	DPRS
Indicador	% de pareceres emitidos / pareceres solicitados	100%	-	0	-100%	
Justificação do desvio	Não foi solicitado qualquer parecer.					

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Colaborar com as entidades tutelares de cartografia, no desenvolvimento de cartografia temática de metadados, na implementação e desenvolvimento de métodos e sistemas						
OS 1	Responder às solicitações do Conselho Coordenador de Cartografia			200%	100%	DGRQA
Indicador	N.º de reuniões convocadas	1	2	2	100%	
Justificação do desvio	Superou-se o número de reuniões.					
OS 2	Participar nas reuniões no Conselho Coordenador de Cartografia			200%	100%	DGRQA
Indicador	N.º de relatórios de reuniões convocadas	1	2	2	100%	
Justificação do desvio	Foram realizados os relatórios respectivos às reuniões.					
OS 3	Acompanhamento dos trabalhos em curso para a construção de Sistemas de Informação Geográfica nos aproveitamentos hidroagrícolas			100%	0%	DGRQA
Indicador	N.º de solicitações de apoio técnico	1	2	1	0%	
Justificação do desvio						
Representar o MADRP e/ou da DGADR em Comissões e em Grupos de Trabalho na área da gestão do regadio e do Ordenamento do Território						
OS 1	Acompanhar as Associações de Beneficiários do Vale do Lis, Macedo de Cavaleiros, Vale do Sorraia e outros representantes das DRAP's em cinco associações de beneficiários			100%	0%	DGRQA
Indicador	% do n.º de solicitações efectivadas	100%	-	100%	0%	
Justificação do desvio	As metas previstas foram atingidas.					
OS 2	Participação na Comissão Sectorial para a Água (CS/04) do Conselho Nacional de Qualidade			30%	-70%	DGRQA
Indicador	N.º de reuniões (por convocatória)	10	> 10	3	-70%	
Justificação do desvio	O desvio deve-se a terem sido apresentadas apenas 3 convocatórias.					
OS 3	Participação na Comissão Nacional Portuguesa de Irrigação e Drenagem			0%	-100%	DGRQA
Indicador	N.º de participações nas actividades da CNPID (Comissão Nacional Portuguesa de Rega e Drenagem)	1	3	0	-100%	
Justificação do desvio	Por decisão superior as actividades da CNPID foram transferidas para a DSHEAR; A DGRQA faz circular toda a informação proveniente da ICID pelos membros da Comissão Executiva.					
OS 4	Participar na CTA da revisão dos PDM's			100%	0%	DGRQA
Indicador	% de participação	100%	-	100%	0%	
Justificação do desvio	A meta prevista foi atingida.					
OS 5	Colaborar na emissão de pareceres a Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), nomeadamente PDM, PP e PU			100%	0%	DGRQA

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Indicador	% de pareceres emitidos / pareceres solicitados	100%	-	100%	0%	
Justificação do desvio	As metas previstas foram atingidas.					

ACTIVIDADES RELEVANTES NÃO PLANEADAS

DESCRIÇÃO

RESULTADO ALCANÇADO

<ul style="list-style-type: none"> Nomeação da DGADR como entidade certificadora dos investimentos relacionados com a poupança de água ao abrigo da Estratégia Nacional (EN) para programas operacionais de organizações de produtores de frutas e produtos hortícolas. 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação da proposta da participação da DGADR como entidade certificadora das candidaturas
<ul style="list-style-type: none"> Representação da DGADR em 3 reuniões no Conselho da Região Hidrográfica do Alentejo, por convocatória, em 26 de Fevereiro, 8 de Outubro e 9 de Dezembro. 	<ul style="list-style-type: none"> Debate sobre a aplicação das taxas dos recursos hídricos (RH); Debate sobre a emissão dos títulos de RH; Apresentação das Questões Significativas da Gestão da Água na RH do Alentejo; Elaboração do Plano de Gestão da RH do Alentejo
<ul style="list-style-type: none"> A DGADR como Autoridade Nacional de Gestão do SAA, colaborou no esclarecimento das áreas temáticas tuteladas pela DGRQA, no âmbito da condicionalidade, promovido pela CAP em 11 de Fevereiro. 	<ul style="list-style-type: none"> Utilização agrícola de lamas de depuração (Acto 2 do Aviso n.º 9089/2008, IIª Série; Zonas Vulneráveis (Acto 3 do Aviso n.º 9089, IIª Série)
<ul style="list-style-type: none"> Participação no II Encontro de Regantes do Baixo Mondego subordinado ao tema “Riscos de Poluição do Baixo Mondego”, organizado pela Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego, em 26 de Maio. 	<ul style="list-style-type: none"> “Monitorização da Qualidade da Água do Bloco de Alfaias”
<ul style="list-style-type: none"> Reunião sobre “A situação actual da implementação da Directiva Nitratos” realizada em Lisboa nos dias 2 e 3 de Junho, com a presença do Director e do representante da DG Ambiente em Bruxelas e dos representantes das DRAP, INAG, DGADR, GPP, ARH, CCDR e Região Autónoma dos Açores (Ambiente e Agricultura). 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação da situação da implementação da directiva Nitratos e do Programa de Acção em Portugal continental e nos Açores; Visita técnica de campo
<ul style="list-style-type: none"> Participação no Seminário “Presente e Futuro das Zonas Vulneráveis – Impacto nos Sistemas Agrários da Região Centro” organizado pela DRAP Centro, com a presença do representante da DG Ambiente em Bruxelas, na Gafanha da Nazaré, em 2 de Outubro. 	<ul style="list-style-type: none"> “Presente e Futuro das Zonas Vulneráveis em Portugal” – DGADR; “A Directiva Nitratos no contexto Europeu” – Mr. Jeroen Casaer; Monitorização do Plano de Acção da ZV1-DRAPNorte; Plano de Acção das ZV Aveiro e Mira - DRAPCentro
<ul style="list-style-type: none"> Reunião do Grupo de Trabalho “Caudais, Secas e Situações de Emergência” 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de metodologia

<ul style="list-style-type: none"> Preparação da candidatura à Acção 4.2.2 “Redes Temáticas de Informação e Divulgação” do PRODER - Projecto “FitoRega”. 	<ul style="list-style-type: none"> Participação no âmbito da rega
<ul style="list-style-type: none"> Acreditação de Técnicos em Valorização Agrícola de Lamas 	<ul style="list-style-type: none"> 3 Técnicos acreditados
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração dos processos para homologação de Juntas de Agricultores (JA) 	<ul style="list-style-type: none"> 8 JA homologadas dos Regadios de: Fonte das Barrosas, Castro Avelãs, Cova da Lua, Pego, Levada de Alvaredo, Levada da Ponte, Vilar de Osso e Mofreita
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração dos processos para constituição de Associações de Beneficiários (AB) 	<ul style="list-style-type: none"> 5 AB constituídas dos AH de: Vale Madeiro, Veiros, Vale da Vilarça, Temilobos e Rego do Milho.
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração dos processos para Classificação de Obras dos AH nos Grupos II e III 	<ul style="list-style-type: none"> 6 Obras classificadas: Armamar, Mondego, Veiros, Cova da Beira, Rego do Milho e Vale Madeiro.
<ul style="list-style-type: none"> Constituição do GT “Limites do AH Sotavento Algarvio” 	<ul style="list-style-type: none"> Proposta de metodologia Levantamento de campo
<ul style="list-style-type: none"> Análise de projectos de execução de equipamentos e infra-estruturas viárias em áreas de AH para salvaguarda da condicionante 	<ul style="list-style-type: none"> 8 projectos analisados
<ul style="list-style-type: none"> Análise a projectos legislativos colocados em apreciação e documentos remetidos pela SEDRF 	<ul style="list-style-type: none"> 6 documentos analisados
<ul style="list-style-type: none"> Apoio à AFN na implantação da zona de restrição do PROLUMP 	<ul style="list-style-type: none"> Produção de cartas em formato digital
<ul style="list-style-type: none"> Apoio à elaboração de cartografia da distribuição da Flavescência Dourada (<i>Scaphoideus titanus</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> Produção de cartas em formato digital
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de cartas de aptidão agrícola para diversos AH 	<ul style="list-style-type: none"> Produção de cartas em formato digital
<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de cartografia de apoio à implementação das ARH 	<ul style="list-style-type: none"> Produção de diversas cartas em formato digital
<ul style="list-style-type: none"> Integração da informação relacionada com a adaptação da cartografia da CAOP 2009, à cartografia produzida pela DGADR 	<ul style="list-style-type: none"> Produção de cartas em formato digital
<ul style="list-style-type: none"> Rasterização de dados de cartografia diversa para vários AH e outros 	<ul style="list-style-type: none"> Produção de cartas em formato digital
<ul style="list-style-type: none"> Apoio ao GPP na elaboração de cartografia sobre as ZDI's 	<ul style="list-style-type: none"> Produção de cartas em formato digital

V - PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS E DE SANIDADE VEGETAL

DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

- Homologação dos produtos fitofarmacêuticos e de produtos biocidas preservadores de madeira no território nacional, tendo por base a avaliação comunitária das substâncias activas e a avaliação do comportamento biológico, da exposição do aplicador, técnicas de aplicação e impacte nos ecossistemas agrícolas a nível nacional para definição das boas práticas agrícolas dos produtos e garantir a segurança para o consumidor, aplicador e ambiente.
- Contribuir para a redução do risco dos produtos fitofarmacêuticos através de implementação de medidas no âmbito de um uso sustentado em todas as actividades, incluindo a distribuição, armazenamento, venda e sua aplicação e favorecer a implementação de modos de produção agrícolas com menor dependência do uso de produtos fitofarmacêuticos, nomeadamente agricultura biológica e produção integrada e assegurar a generalização no País do aconselhamento técnico relativo à aplicação dos produtos fitofarmacêuticos através do Serviço Nacional de Avisos Agrícolas.

OBJECTIVOS			META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
OE	Melhorar a qualificação dos RH/Desenvolver novas competências						
OO 1	Promover a aquisição de novas competências				0%	-100%	DSPFSV DABSV DHATEAIPF
Indicador 1	Data de apresentação de diagnóstico com as necessidades de formação	16-Mar	2-Mar	0	-100%		
Indicador 2	Taxa de participação em acções de formação	80%	>80%	0	-100%		
Indicador 3	Taxa de participação em parcerias	80%	>80%	0	-100%		
				Resultado da Acção			
Acções	Identificação das necessidades de formação			Não realizado			
	Promoção da participação dos técnicos em acções de formação			Não realizado			
	Promoção de participação dos técnicos em parcerias			Não realizado			
Justificação do desvio	A identificação das necessidades de formação foi realizada pela DSATAR/DFA, em colaboração com as DS's. A participação dos técnicos em acções de formação foi muito baixa e, quase sempre, por iniciativa própria, pelo que este objectivo não teve nível de relevância que permita apresentar resultados.						
OE	Assegurar a Formação dos clientes, criando Competências						
OO 1	Organizar fóruns de discussão para os vários stakeholders em áreas estratégicas de intervenção da DSPFSV				156%	56%	DSPFSV DABSV DHATEAIPF
Indicador 1	N.º de temáticas propostas	2	>2	2	0%		
Indicador 2	N.º de fóruns propostos	2	>2	2	0%		
Indicador 3	N.º de reuniões técnicas com os utentes	10	>10	24	140%		
				Resultado da Acção			
Acções	Identificação das temáticas de interesse para o uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos			Realizado			

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
	Promoção da organização de fóruns de discussão das temáticas consideradas relevantes			Realizado		
	Identificação de áreas técnicas a enquadrar pela Unidade Orgânica			Realizado		
Justificação do desvio	Temáticas identificadas: OOR e reconhecimento mútuo. Foram identificadas áreas respeitantes à implementação da nova legislação sobre Produtos Fitofarmacêuticos (PF)					
OO 2	Colaborar em acções de formação por solicitações de entidades formadoras externas			150%	50%	DSPFSV DABSV DHATEAIPF
Indicador 1	N.º de solicitações atendidas / n.º de solicitações apresentadas *100	60%	>60%	90%	50%	
				Resultado da Acção		
Acções	Identificação, de entre as acções de formação propostas, daquelas que correspondem a prioridades dentro das necessidades de formação conhecidas			Realizado		
	Preparação e colaboração nas acções de formação identificadas			Realizado		
Justificação do desvio	Foram identificadas acções de formação, com relevância para as enquadradas no uso sustentável de PF					
OO 3	Elaborar e/ou rever os conteúdos programáticos das acções de formação no âmbito dos Produtos Fitofarmacêuticos			134%	34%	DSPFSV DABSV DHATEAIPF
Indicador 1	Data de finalização da revisão de conteúdos programáticos de acções já existentes	31-Jul	30-Jun	17-Jul	0%	
Indicador 2	Data de entrega de proposta de conteúdo programático de novas acções	31-Dez	30-Nov	15-Abr	69%	
				Resultado da Acção		
Acções	Revisão de conteúdos programáticos em acções já em curso			Realizado		
	Elaboração do conteúdo programático da acção de formação para aplicadores especializados			Realizado		
Justificação do desvio	A proposta apresentada em Abril visou fundamentalmente dar resposta à urgência relativa ao tratamento da estilha da madeira, no âmbito do combate ao NMP.					
OE	Melhorar os sistemas de gestão de informação numa óptica integrada					
OO 1	Melhorar o acesso à informação por parte das Estações de Avisos e vários utentes			106%	6%	DABSV DHATEAIPF
Indicador 1	Data da actualização dos conteúdos no novo sítio do SNAA	27-Fev	20-Fev	16-Fev	10%	
Indicador 2	Data de apresentação do novo sítio do SNAA	30-Mar	2-Mar	2-Mar	2%	
				Resultado da Acção		
Acções	Consolidação do novo sistema Web relativo ao Serviço Nacional de Avisos Agrícolas (SNAA)			Realizado		
	Divulgação do SNAA através do novo sítio de Internet			Realizado		

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA	
Justificação do desvio	Objectivo superado. Foi organizada e realizada uma acção de formação no dia 16 de Fevereiro e o site foi tornado público a 02.03.2009.						
OO 2	Desenvolver o Gestor de processos relativos à homologação de produtos fitofarmacêuticos			51%	-49%	DABSV DHATEAIPF	
Indicador 1	N.º de fluxos de informação consolidados / n.º total de fluxos elaborados * 100	90%	100%	100%	1%		
Indicador 2	N.º formulário consolidados	5	>5	0	-100%		
				Resultado da Acção			
Acções	Consolidação dos fluxos de informação já elaborados			Realizado			
	Identificação dos campos de formulários a apresentar pelo gestor			Não realizado			
Justificação do desvio	A Unidade Orgânica teve diversas solicitações não previstas que impediram o total cumprimento deste objectivo.						
OE	Reduzir circuitos processuais						
OO 1	Melhorar o circuito processual de avaliação da eficácia de produtos fitofarmacêuticos			105%	5%	DABSV	
Indicador 1	Redução do tempo médio de avaliação biológica dos processos	15%	20%	20%	5%		
				Resultado da Acção			
Acções	Diminuição do tempo médio de avaliação biológica com recurso a aplicação informática			Realizado			
Justificação do desvio	Redução do tempo em todas as equipas à excepção dos fungicidas devido ter sido necessário investir no projecto-piloto, considerando a importância do worksharing entre os Estados Membros do Sul.						
OE	Aumentar o grau de satisfação do Cliente						
OO 1	Promover a divulgação da informação produzida pelas Unidades Orgânicas			92%	-8%	DSPFSV DABSV DHATEAIPF	
Indicador 1	Data de entrega para publicação do Guia de Produtos Fitofarmacêuticos	30-Mar	27-Fev	17-Abr	-81%		
Indicador 2	Data de carregamento da informação recebida no BackOffice do site	30 dias após recepção	15 dias após recepção	0	-100%		
Indicador 3	Data de actualização após recepção da informação para divulgação em rede	30 dias após recepção	15 dias após recepção	15 dias após recepção	6%		
Indicador 4	Data de entrega para publicação dos Boletins trimestrais	20 dias após fim trimestre	15 dias após fim trimestre	29 dias	-45%		
Indicador 5	N.º de publicações disponibilizadas no âmbito do material e técnicas de aplicação, PI, PRODI e MPB	3	4	7	133%		
Indicador 6	Data de actualização dos documentos técnicos de PF e PM	31-Dez	30-Nov	27-Nov	1%		
				Resultado da Acção			

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Acções	Actualização e entrega para publicação do Guia de Produtos Fitofarmacêuticos - Lista de PF com venda autorizada			Realizado		
	Manutenção e actualização da informação disponibilizada na Internet			Não realizado		
	Manutenção e actualização da informação disponibilizada em rede			Realizado		
	Actualização e entrega para publicação dos Boletins trimestrais			Realizado		
	Elaboração de publicações técnicas no âmbito das actividades desenvolvidas nas áreas de material e técnicas de aplicação, PI, PRODI e MPI			Realizado		
	Revisão de documentos técnicos de apoio à homologação de produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira			Parcialmente realizado		
Justificação do desvio	Objectivo parcialmente cumprido. Os desvios devem-se sobretudo a questões exteriores à UO ou a imputação aos funcionários em causa de tarefas não previstas.					
OO 2	Promover a colocação de produtos fitofarmacêuticos e preservadores da madeira no mercado			118%	18%	DSPFSV DABSV DHATEAIPF
Indicador 1	N.º autorizações de venda concedidas / n.º médio de autorizações concedidas no período 2005-2008	1	> 1	1,2	20%	
Indicador 2	N.º APV (1ª fase avaliadas / n.º APV (1ª fase) a rever x100	90%	100%	100%	1%	
Indicador 3	N.º APV (2ª fase) avaliadas / n.º APV (2ª fase) a rever x100	90%	100%	90%	0%	
Indicador 4	N.º alargamentos de espectro avaliados / n.º alargamentos de espectro recebidos x100	95%	>95%	60%	-37%	
Indicador 5	Tempo médio de resposta a pedidos de experimentação	30 dias	20 dias	10 dias	52%	
Indicador 6	Prazo médio de envio de proposta de LMR à EFSA	15 dias úteis	7 dias úteis	3 dias	63%	
				Resultado da Acção		
Acções	Concessão de autorizações de venda a PF e PM			Realizado		
	Revisão de APV's de P.F. para efeitos de AV em 1ª fase			Realizado		
	Revisão de APV's de P.F. para efeitos de AV em 2ª fase			Parcialmente realizado		
	Concessão de alargamentos de espectro para novas finalidades (usos maiores ou menores)			Parcialmente realizado		
	Avaliação e elaboração de parecer a pedidos de experimentação de produtos fitofarmacêuticos			Realizado		
	Avaliação e elaboração de propostas de LMR comunitários			Realizado		
Justificação do desvio	Objectivo parcialmente cumprido e até superado em algumas acções. Os desvios devem-se à falta de recursos humanos face às solicitações, o que torna necessário estabelecer prioridades que são sempre de acordo com as necessidades mais prementes da agricultura nacional.					

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
OO 3	Garantir a implementação de novos procedimentos para a colocação de PF e PM no mercado			100%	0%	DSPFSV DABSV DHATEAIPF
Indicador 1	Data de implementação dos procedimentos	30-Jun	31-Mar	01-Abr	0%	
				Resultado da Acção		
Acções	Implementação de procedimento de autorização de venda por Reconhecimento Mútuo			Realizado		
Justificação do desvio	Foi elaborado procedimento para a autorização de venda por reconhecimento mútuo e sujeito a discussão com as partes interessadas, tendo sido implementado a 01 de Abril.					
OO 4	Promover a implementação de legislação nacional e comunitária no âmbito dos produtos fitofarmacêuticos			150%	50%	DSPFSV DABSV DHATEAIPF
Indicador 1	Prazo médio de resposta por projecto	5 dias úteis	<5 dias úteis	1 dia	80%	
Indicador 2	Prazo médio de resposta por Directiva, Regulamento ou Decisão	30 dias	20 dias	30 dias	0%	
Indicador 3	Tempo médio de resposta aos pedidos de colaboração técnica	5 dias úteis	<5 dias úteis	2 dias	60%	
				Resultado da Acção		
Acções	Revisão técnico-linguística de projectos de diplomas apresentados			Realizado		
	Transposição de Directivas			Realizado		
	Implementação de Regulamentos e Decisões emanadas das instituições comunitárias			Realizado		
	Colaboração técnica com as instituições nacionais e comunitárias na feitura de textos legislativos			Realizado		
Justificação do desvio	Objectivo superado dado que o prazo médio de resposta ao projecto foi realizado prontamente tendo em conta urgência do procedimento. Também foi assegurada a implementação dos regulamentos e decisões comunitárias através de Circulares e ofícios que, dependendo da natureza dos assuntos em questão foram elaborados dentro dos prazos previstos.					
OE	Melhorar a Competitividade e Sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais					
OO 1	Promover a elaboração de legislação relativa ao uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos			100%	0,3%	DSPFSV DABSV DHATEAIPF
Indicador 1	Data de apresentação de proposta de diploma sobre aplicações aéreas	31-Dez	31-Out	30-Dez	0%	
Indicador 2	Data de apresentação de proposta de diploma sobre inspecção do equipamento de aplicação	31-Dez	31-Out	31-Out	0,3%	
				Resultado da Acção		
Acções	Elaboração de proposta de diploma no âmbito do uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos, aplicações aéreas			Realizado		
	Elaboração de propostas de diplomas no âmbito do uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos, inspecção do equipamento em uso			Realizado		

OBJECTIVOS			META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Justificação do desvio			Considera-se este objectivo cumprido, na medida em que o grupo de trabalho encarregado dessa tarefa apresentou uma proposta de diploma relativo a aplicações aéreas dentro dos prazos previstos para superação, tendo no entanto sido necessário trabalho adicional na DS. O projecto final foi apresentado superiormente a 30 de Dezembro.				
OO 2			Promover a elaboração de códigos de conduta relativos ao uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos		113%	13%	DSPFSV DABSV DHATEAIPF
Indicador 1			Data de entrega da versão final do código de conduta da comercialização para publicação	31-Dez	30-Nov	14-Dez	0%
Indicador 2			Data de apresentação de proposta de estrutura do código de conduta da aplicação de PF	31-Dez	30-Nov	04-Set	26%
					Resultado da Acção		
Acções			Promoção de discussão interna da proposta de código de conduta no circuito de comercialização de produtos fitofarmacêuticos		Realizado		
			Elaboração da versão final para publicação		Realizado		
			Elaboração da proposta de estrutura do código de conduta relativo à aplicação profissional de produtos fitofarmacêuticos		Realizado		
Justificação do desvio			Objectivo cumprido, no seu global e superado no que respeita à Acção 3.				
OO 3			Assegurar a implementação das figuras previstas no Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro, para a "redução do risco nos circuitos comerciais e na aplicação de produtos fitofarmacêuticos", numa óptica do uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos		136%	36%	DSPFSV
Indicador 1			Data de licenciamento dos pedidos entrados até 31 de Outubro	31-Dez	30-Nov	10-Nov	6%
Indicador 2			Tempo médio de concessão da acreditação dos técnicos	30 dias	≤15 dias	5 dias	67%
					Resultado da Acção		
Acções			Licenciamento de estabelecimentos de distribuição e venda de produtos fitofarmacêuticos e de empresas de aplicação terrestre		Realizado		
			Acreditação de técnicos responsáveis nos termos do artigo 6.º do D.L. 173/2005		Realizado		
Justificação do desvio			O objectivo foi superado tendo em consideração que os licenciamentos foram concedidos com celeridade, com prazo, em média, inferior a 1 semana devido a pressões dos estabelecimentos que se encontravam em situação irregular. Foi também dada celeridade à acreditação de técnicos responsáveis devido a solicitações de oportunidade de emprego.				

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Participação nas actividades comunitárias atribuídas a Portugal e nas actividades dos Grupos de trabalho do Conselho e da Comissão relativos a pesticidas						
OS 1	Elaboração de Adendas às Monografias de substâncias activas e relatórios de registo de produtos fitofarmacêuticos			109%	9%	DABSV DHATEAIPF
Indicadores	Data de envio da adenda à monografia da substância activa metalaxil à EFSA/COM	9-Mai	30-Abr	25-Fev	54%	
	Data de envio da adenda à monografia da substância activa dodina à EFSA/COM	5-Dez	20-Nov	14-Ago	30%	
	Data de conclusão do relatório de registo do produto ACRAMITE 480 EC	13-Dez	2-Dez	0	-100%	
	Data de envio do relatório de registo do produto ACRAMITE 480 EC aos Estados Membros do Sul	31-Dez	15-Dez	0	-100%	
	Taxa de execução do relatório de registo dos produtos com base em oxamil	25%	30%	75%	159%	
	Data de envio da adenda à monografia da substância activa benalaxil-M à EFSA/COM	Prazo estabelecido pela COM /EFSA	15 dias antes do prazo	0	-100%	
Ações	Elaboração de adenda à Monografia da substância activa metalaxil até ao prazo previsto na legislação comunitária					
	Elaboração de Adenda à monografia da substância activa dodina no prazo previsto por legislação comunitária (se aplicável)					
	Elaboração do relatório de registo do produto ACRAMITE 480 EC no âmbito do projecto-piloto dos Estados Membros do Sul e envio do mesmo relatório para os Estados Membros do Sul					
	Início da elaboração de relatório de registo dos produtos com base em oxamil, no âmbito do Projecto-piloto dos Estados Membros do Sul					
	Elaboração da adenda da monografia da substância activa benalaxil-M					
Justificação do desvio	Desvios verificados nas acções 1 e 2 resultam de reprogramação comunitária das actividades associadas. Não cumprimento das acções 3 e 4 derivado de questões decorrentes da avaliação do produto, impeditivas da sua conclusão sem esclarecimentos/informações adicionais da empresa Desvio significativo relativo ao previsto face a reajuste das actividades desenvolvidas no âmbito das UO Relatório não concluído por questões não imputáveis à DSPFSV Não aplicável. Actividade não realizada face a não programação comunitária.					
OS 2	Participação nas actividades dos Grupos de Trabalho do Conselho e da Comissão relativas a pesticidas			97%	-3%	DSPFSV DABSV DHATEAIPF
Indicadores	Taxa de execução	3%	5%	3%	0%	
	Taxa de participação em reuniões	100%	NA	93%	-7%	
Ações	Elaboração de pareceres técnicos					
	Participação em reuniões comunitárias nas áreas específicas					

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Justificação do desvio	Foram objecto de execução todas as actividades solicitadas no âmbito dos Grupos de Trabalho do Conselho e da Comissão.					
	Não foi garantida a participação na totalidade de reuniões de Grupos de Trabalho da Comissão Europeia, nas quais a DGADR é convidada a garantir a representação oficial de Portugal por motivos estranhos à UO nomeadamente o estabelecimento de prioridades face à escassez de recursos financeiros.					
Participação nas actividades nacionais na área de intervenção da DGADR						
OS 1	Projecto de erradicação de infestantes em povoamentos florestais e monumentos arqueológicos (Tróia e Miróbriga)			101%	1%	DABSV
Indicador	Data de apresentação de documento orientador	30-Abr	31 -Mar	31-Mar	1%	
Acções	Definição de orientações de utilização dos produtos fitofarmacêuticos com vista a erradicar as infestantes					
Justificação do desvio	Objectivo cumprido, através da elaboração de documento orientador relativo às orientações de utilização dos produtos fitofarmacêuticos com vista a erradicar as infestantes.					
OS 2	Projecto de controlo do insecto vector do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP)			106%	6%	DSPFSV DABSV DHATEAIPF
Indicadores	Data de conclusão do plano de ensaios	15-Mar	3-Mar	01-Mar	5%	
	Data de início dos ensaios de campo	30-Mar	15-Mar	10-Mar	8%	
Acções	Elaboração do plano de ensaios de campo					
	Implementação dos ensaios no campo em parcelas previamente seleccionadas pela AFN					
Justificação do desvio	Objectivo superado - elaboração de plano de ensaios e implementação dos ensaios em parcelas previamente seleccionadas pela AFN a 10 de Março de 2009.					
OS 3	Projecto nacional de controlo da mosca do Mediterrâneo			103%	3%	DSPFSV DABSV
Indicador	Data de conclusão do documento	30-Jun	30-Abr	27-Abr	3%	
Acções	Elaboração do documento com as orientações técnicas relativas ao plano nacional de controlo da mosca					
Justificação do desvio	Objectivo superado – documento elaborado e enviado superiormente a 27 de Abril.					

ACTIVIDADES RELEVANTES NÃO PLANEADAS

DESCRIÇÃO

- Avaliações de Risco para o consumidor decorrentes de infracções aos LMR
- Colaboração na elaboração do Programa Oficial de Controlo de Resíduos para 2010 e preparação e acompanhamento da missão dos inspectores da FVO

RESULTADO ALCANÇADO

- Foram recebidos 17 pedidos de avaliação de risco, os quais foram apreciados prontamente face à importância da matéria
- Actividade solicitada pela DSPFSV, a qual foi executada com prejuízo para a actividade inerente ao plano de actividades elaborado

- Elaboração de fichas descritivas das práticas agrícolas nacionais solicitadas por outros Estados Membros para 34 substâncias

- Actividade não prevista e que foi executada com prejuízo para a actividade inerente ao plano de actividades elaborado

- Revisão da avaliação de risco do biocida preservador da madeira, clorfenapir e preparação para discussão técnica em reunião de peritos da UE

- Actividade não prevista e que foi executada com prejuízo para a actividade inerente ao plano de actividades elaborado

VI - FITOSSANIDADE E DE MATERIAIS DE MULTIPLICAÇÃO DE PLANTAS

DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

- Regularizar, coordenar e implementar medidas de protecção fitossanitárias;
- Evitar a introdução, dispersão e estabelecimento de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais considerados de quarentena no território nacional e comunitário;
- Assegurar a identificação laboratorial de organismos prejudiciais e coordenar a colheita de amostras de material proposto à certificação;
- Assegurar a ligação, no âmbito das suas competências, com as DRAP'S e outras entidades nacionais e internacionais, nomeadamente com as instituições da União Europeia;
- Implementar as actividades técnicas relativas à execução dos esquemas de controlo e certificação de sementes e de outros materiais de multiplicação de plantas;
- Assegurar uma gestão adequada e eficaz do Núcleo de Ensaios e de Controlo do Escaroupim (NECE);
- Melhorar a qualificação dos técnicos e promover a actualização de conhecimentos na área dos sistemas de certificação;
- Assegurar a avaliação de novas variedades vegetais, com interesse potencial para o País, a inscrever no Catálogo Nacional de Variedades (CNV);
- Assegurar a protecção e a valorização dos recursos genéticos vegetais;
- Proceder à atribuição do direito de obtentor de variedades vegetais protegidas;
- Assegurar a ligação, no âmbito das suas competências, com as DRAP'S e outras entidades nacionais e internacionais, nomeadamente com as instituições da União Europeia, OCDE, UPOV e ISTA;
- Assegurar a implementação da legislação nacional relativa ao cultivo de variedades geneticamente modificadas;
- Melhorar a qualificação dos técnicos e disponibilizar informação na área dos OGM.

OBJECTIVOS			META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
OE	Optimizar a gestão financeira						
OO 1	Cobrança das taxas devidas à certificação e ao licenciamento				108%	8%	DIFP DSVRG
Indicador 1	Prazo	31-Mai	30-Abr	26-Fev	53%		
Indicador 2	Prazo	01-Mai	15-Abr	15-Jun	-57%		
Indicador 3	N.º dias	10	8	8	11%		
				Resultado da Acção			
Acções	Taxas devidas à certificação de materiais de propagação vegetativa e renovação de licenças			Realizado			
	Taxas devidas ao licenciamento de produtores, acondicionadores e agricultores multiplicadores de sementes			Realizado			
	Taxas devidas ao licenciamento de fornecedores de materiais de propagação vegetativa (envio ao sector financeiro)			Realizado			

OBJECTIVOS			META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Justificação do desvio	Indicador 1 - Os procedimentos de cálculo destas taxas foram melhorados. Indicador 2 - O prazo proposto não foi cumprido por questões de gestão dos processos de licenciamento.						
OE	Estudar e obter novas fontes de financiamento						
OO 1	Promover a celebração de protocolos para a prestação de serviços			0%	-100%	DSVRG	
Indicador 1	N.º de protocolos	2	3	0	-100%		
				Resultado da Acção			
Acções	Celebrar protocolos com produtores e acondicionadores de semente para realizar ensaios e análises			Não realizado			
Justificação do desvio	Não se registou a entrada de nenhum novo pedido de celebração de protocolo.						
OE	Melhorar a qualificação dos RH/Desenvolver novas competências						
OO 1	Desenvolver acções de formação internas			24%	-76%	DSVRG	
Indicador 1	N.º acções de formação	25	27	6	-76%		
				Resultado da Acção			
Acções	Delinear e realizar o programa anual de seminários da DSVRG			Não realizado			
	Realizar acções de formação internas			Realizado			
Justificação do desvio	Não foi possível delinear o programa de seminários da DSVRG por falta de recursos.						
OE	Incentivar a utilização das TIC						
OO 1	Gestão da aplicação informática INFINET			117%	17%	DIFP	
Indicador 1	N.º de dias	9	8	8	11%		
Indicador 2	Data	28-Jan	25-Jan	20-Jan	23%		
				Resultado da Acção			
Acções	Actualizar e manter a aplicação informática em articulação com as DRAP's e AFN			Realizado			
	Elaboração do relatório de actividades			Realizado			
Justificação do desvio							
OE	Assegurar a Formação dos clientes, criando Competências						
OO 1	Realização de acções de formação/reciclagem nas áreas da inspecção fitossanitária, certificação, da coexistência e do CNV			233%	133%	DIFP DSVRG	
Indicador 1	N.º de acções formação /reciclagem	12	13	28	133%		
				Resultado da Acção			
Acções	Realizar acções de formação e reciclagem na área da inspecção das empresas de tratamento de madeiras			Realizado			
	Realizar acções de formação para técnicos autorizados para inspecção de materiais de propagação de fruteiras e jovens plantas hortícolas			Realizado			

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
	Realizar uma acção de formação/reciclagem para inspectores fitossanitários			Não realizado		
	Realizar acções de reciclagem na área da inspecção de campo e da amostragem de semente			Realizada		
	Realizar acções de formação na área da coexistência entre culturas geneticamente modificadas e outros modos de produção			Não realizado		
	Realizar acções de formação na área da realização de ensaios de Valor Agronómico			Realizada		
Justificação do desvio	Não foi possível realizar a acção de formação/reciclagem para inspectores fitossanitários. Não foi realizada a acção de formação na área da coexistência entre culturas geneticamente modificadas e outros modos de produção por não ter sido registada a sua necessidade.					
OO 2	Elaborar manual sobre legislação aplicável ao registo de variedades e à certificação de sementes			0%	-100%	DIFP DSVRG
Indicador 1	Prazo	15-Dez	30-Set	0	-100%	
				Resultado da Acção		
Acções	Conceber e editar um manual explicativo sobre registo de variedades, produção e certificação de sementes			Não realizado		
	Elaborar e editar um manual explicativo sobre a produção e certificação de fruteiras e videira			Não realizado		
Justificação do desvio	Não foi possível conceber e editar os manuais sobre registo de variedades, produção e certificação de sementes e produção e certificação de fruteiras e videira por falta de tempo.					
OO 3	Realizar encontros de campo no NECE			60%	-40%	DIFP DSVRG
Indicador 1	N.º encontros	5	6	3	-40%	
				Resultado da Acção		
Acções	Organizar encontros de campo no NECE			Realizado parcialmente		
Justificação do desvio	Em virtude de se terem verificado problemas com a rega de alguns ensaios foram cancelados dois dos encontros previstos na área do CNV. Não foi organizado o encontro de campo de videira.					
OE	Melhorar os sistemas de gestão de informação numa óptica integrada					
OO 1	Actualizar a informação disponível na página de Internet			150%	50%	DIFP DSVRG
Indicador 1	N.º de dias	8	5	3	50%	
				Resultado da Acção		
Acções	Assegurar a disponibilização de informação actualizada na página da Internet da DGADR			Realizada		
Justificação do desvio	Foram melhorados os procedimentos.					
OE	Reduzir circuitos processuais					
OO 1	Estabelecimento de protocolos e procedimentos com laboratórios para a detecção e identificação de organismos prejudiciais			101%	1%	DIFP
Indicador 1	N.º de protocolos	1	1	1	0%	
Indicador 2	Taxa de execução	90%	100%	100%	1%	

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
				Resultado da Acção		
Acções	Estabelecimento de protocolos com entidades para detecção de organismos prejudiciais			Realizado		
	Elaborar procedimentos definidos e solicitados para envio de amostras, recepção de resultados e envio de resultados			Realizado		
Justificação do desvio						
OO 2	Estabelecimento de procedimentos de simplificação do licenciamento			76%	-24%	DIFP
Indicador 1	Nº de procedimentos	2	4	1	-50%	
Indicador 2	Taxa de execução	80%	100%	100%	1%	
				Resultado da Acção		
Acções	Estabelecimento de procedimentos com as DRAP's			Parcialmente realizado		
	Utilização dos procedimentos na informação enviada pelas DRAP's			Realizado		
Justificação do desvio		Dado o envolvimento noutras tarefas prioritárias, só houve possibilidade desenvolver um único procedimento				
OE	Aumentar o grau de satisfação do Cliente					
OO 1	Registo e acompanhamento das Unidades Industriais de Tratamento de Madeira (UITM)			104%	4%	DIFP
Indicador 1	N.º de dias	15 dias úteis	12 dias úteis	12	8%	
Indicador 2	Taxa de execução	90%	100%	100%	1%	
				Resultado da Acção		
Acções	Realizar as inspecções das UITM até 15 dias úteis após entrada do pedido			Realizado		
	Auditar as inspecções fitossanitárias efectuadas opor técnicos oficiais nas UITM			Realizado		
Justificação do desvio		Este Objectivo foi superado devido ao seu carácter prioritário.				
OO 2	Definir procedimentos harmonizados de inspecção			100%	0%	DIFP
Indicador 1	Taxa de execução	90%	100%	90%	0%	
				Resultado da Acção		
Acções	Procedimentos de inspecção fitossanitária definidos ou solicitados			Realizado		
Justificação do desvio						
OO 3	Informação aos clientes sobre a legislação fitossanitária e sua aplicação			156%	56%	DIFP
Indicador 1	Nº de dias	8	6	3	57%	
Indicador 2	Prazo	27-Fev	23-Fev	25-Jan	55%	
				Resultado da Acção		

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Acções	Respostas e pareceres sobre a legislação fitossanitária e sua aplicação			Realizado		
	Elaborar FAQ's sobre as exigências para o tratamento de madeiras			Realizado		
Justificação do desvio	Dado o carácter urgente da informação a ser prestada foi possível reduzir o nº de dias de resposta e o prazo de elaboração das FAQ's					
OO 4	Instalação, equipamento e manutenção dos postos de inspecção fitossanitária de fronteira (PIFF) no território nacional			100%	0%	DIFP
Indicador 1	Nº de PIFF's	2	3	2	0%	
Indicador 2	Nº de PIFF's	5	8	7	0%	
				Resultado da Acção		
Acções	Assegurar a operacionalidade de PIFF's			Realizado		
	Assegurar a manutenção de PIFF's			Realizado		
Justificação do desvio						
OO 5	Realizar análises e ensaios de sementes			174%	74%	DSVRG
Indicador 1	N.º médio de dias de resposta	4 dias (pureza)	3 dias (pureza)	4 dias (pureza)	0%	
		16 dias (germinação)	15 dias (germinação)	16 dias (germinação)	0%	
Indicador 2	N.º de ensaios	20	22	52	148%	
				Resultado da Acção		
Acções	Executar análises e ensaios de sementes			Realizado		
	Realizar ensaios de controlo interno de qualidade			Realizado		
Justificação do desvio	Inicialmente não tinha sido previsto incluir os ensaios de controlo aos técnicos de amostragem, mas por se considerar serem ensaios de controlo interno de qualidade foram no final também contabilizados					
OO 6	Renovação dos licenciamentos concedidos e avaliação de novos pedidos de licenciamento de produtores, acondicionadores e agricultores multiplicadores de semente e de produtores e fornecedores de materiais de propagação vegetativa			92%	-8%	DIFP DSVRG
Indicador 1	N.º de dias para a renovação	2	<2	2	0%	
Indicador 2	N.º de dias para novos licenciamentos	10	8	10	0%	
Indicador 3	N.º de dias para novos registos e licenças	10	8	8	11%	
Indicador 4	Prazo	20-Fev	30-Jan	13-Mar	-41%	
				Resultado da Acção		
Acções	Proceder à avaliação dos pedidos de renovação das licenças concedidas			Realizado		
	Proceder à visita técnica e avaliação de pedidos de novos licenciamentos de produtores e acondicionadores de semente			Realizado		

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
	Avaliação de pedidos de novos Registos/licenciamentos de operadores económicos			Realizado		
	Comunicação das listagens dos operadores autorizados			Realizado		
Justificação do desvio	Deu entrada um pedido de licenciamento de produtor de sementes sediado na Madeira, tendo sido solicitado aos serviços regionais da Madeira a realização da visita técnica e elaboração do respectivo relatório, processo que demorou mais tempo que o normalmente esperado.					
OO 7	Avaliar e processar pedidos de importação de: semente, materiais de propagação vegetativa e no âmbito da inspecção fitossanitária			40%	-60%	DIFP DSVRG
Indicador 1	N.º de dias	2	<2	1	-50%	
Indicador 2	Prazo	15-Fev	15-Jan	0	-100%	
Indicador 3	Prazo	20-Mai	15-Mai	15-Mai	1%	
				Resultado da Acção		
Acções	Proceder à avaliação dos pedidos de importação de semente e materiais de propagação vegetativa, e ao respectivo processamento			Realizado		
	Elaborar relatório anual sobre a importação de sementes			Não realizado		
	Elaborar relatório anual das acções de derrogação à legislação nacional e comunitária			Realizado		
Justificação do desvio	Não foi possível elaborar o relatório anual sobre a importação de sementes.					
OE	Melhorar a Competitividade e Sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais					
OO 1	Elaborar propostas de diplomas legislativos relativos à inspecção fitossanitária e à produção, controlo, certificação e comercialização de sementes e de materiais de propagação vegetativa			100%	0%	DIFP DSVRG
Indicador 1	N.º de dias para apresentação de propostas após publicação dos diplomas comunitários	40	35	40	0%	
				Resultado da Acção		
Acções	Proceder à elaboração de propostas de transposição de legislação comunitária			Realizado		
Justificação do desvio						
OO 2	Definir e coordenar os programas de prospecção de organismos prejudiciais			-100%	-200%	DIFP
Indicador 1	Prazo	30-Jan	26-Jan	2-Jul	-587%	
Indicador 2	Taxa	85%	100%	95%	0%	
Indicador 3	N.º de reuniões	4	6	6	20%	
Indicador 4	Prazo	31-Jan	15-Jan	31-Mar	-463%	
				Resultado da Acção		
Acções	Definir o programa nacional de prospecção			Realizado		
	Promover a realização das acções de prospecção			Realizado		

OBJECTIVOS				META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
	Prestar apoio técnico aos inspectores fitossanitários das DRAP's e AFN					Realizado		
	Elaborar o relatório final dos trabalhos desenvolvidos					Parcialmente realizado		
Justificação do desvio	Não foi possível realizar a reunião de definição dos programas de prospecção dentro do prazo. Não foi possível realizar o relatório final dentro do prazo previsto contudo, foram elaborados os relatórios individuais por organismo.							
OO 3	Elaborar planos de contingência para os organismos de quarentena com maior risco de introdução e estabelecimento no território nacional					100%	0%	DIFP
Indicador 1	Prazo			31-Dez	01-Dez	31-Dez	0%	
						Resultado da Acção		
Acções	Proceder à elaboração de dois planos de contingência para organismos prejudiciais					Realizado		
Justificação do desvio								
OO 4	Proceder ao controlo e certificação de batata-semente, de citrinos, hortícolas, morangueiro e videira					124%	24%	DIFP
Indicador 1	N.º de dias			30	20	30	0%	
Indicador 2	N.º de dias de resposta			45	30	30	3%	
Indicador 3	Prazo			30-Nov	01-Nov	01-Dez	-9%	
Indicador 4	Prazo	Batata-semente	Jan	Dez	Out	25%		
		Morangueiro	Nov	Out	Nov	0%		
Indicador 5	Prazo	Videira	Nov	Out	0	-100%		
		Morangueiro	Jun	Mai	Jun	0%		
Indicador 6	Prazo			31-Dez	30-Nov	15-Dez	0%	
						Resultado da Acção		
Acções	Analisar processos de inscrição de plantas-mãe e viveiros					Realizado		
	Analisar os resultados das inspecções					Realizado		
	Autorizar a emissão de etiquetas - videira					Não Realizado		
	Emitir etiquetas de certificação - batata-semente e morangueiro					Parcialmente realizado		
	Realizar ensaios de campo de controlo à posteriori de videira e morangueiro					Parcialmente realizado		
	Elaborar relatório anual dos ensaios de controlo à posteriori					Realizado		
Justificação do desvio	Indicador 3 - Houve atraso na emissão de etiquetas para videira. Indicador 4 - Não foram emitidas etiquetas para batata-semente. Indicador 5 - Não foi realizado o encontro final de avaliação do ensaio de videira.							
OO 5	Proceder ao controlo e certificação de semente					191%	91%	DSVRG
Indicador 1	N.º de dias			5	3	5	0%	
Indicador 2	N.º médio de dias de resposta			5	4	2	60%	
Indicador 3	N.º análises			2500	3000	1786	-29%	

OBJECTIVOS			META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Indicador 4	N.º médio de dias de resposta		2	1	1	50%	
Indicador 5	N.º de dias para actualização		2	1	1	50%	
Indicador 6	N.º ensaios e lotes testados		5 ensaios	>5 ensaios	14 ensaios	180%	
			90 lotes	95 lotes	206 lotes	119%	
Indicador 7	Prazo		31-Dez	30-Nov	31-Dez	0%	
Indicador 8	Prazo	Espécies de Primavera	30-Out	20-Out	12-Out	3%	
		Espécies de Outono	30-Nov	15-Nov	30-Nov	0%	
					Resultado da Acção		
Acções	Avaliar resultados das inspecções de campos e emitir parecer				Realizado		
	Coordenar a amostragem de semente				Realizado		
	Realizar ensaios e análises de sementes para certificação				Realizado		
	Emitir etiquetas de certificação				Realizado		
	Gestão das bases de dados da certificação de semente				Realizado		
	Realizar ensaios de campo e de laboratório de controlo de qualidade de lotes de semente				Realizado		
	Elaboração do relatório anual das actividades de inspecção e amostragem e de supervisão				Realizado		
	Elaboração do relatório anual das actividades de controlo				Realizado		
Justificação do desvio	O número de análises realizadas foi inferior ao inicialmente previsto por terem sido submetidos à certificação um número inferior de lotes. Indicador 6 - Procedeu-se à amostragem de maior n.º de lotes em comércio do que os inicialmente previstos, nomeadamente no que respeita as hortícolas, o que resultou igualmente num maior n.º de ensaios realizados						
OO 6	Elaborar o Catálogo Nacional de Variedades				149%	49%	DSVRG
Indicador 1	N.º de formulários		10	12	1	-90%	
Indicador 2	N.º de ensaios		15	>15	19	27%	
Indicador 3	N.º de ensaios		95	>95	101	6%	
Indicador 4	N.º de ensaios		20	>20	25	25%	
Indicador 5	N.º de variedades		100	>100	171	71%	
Indicador 6	Prazo		08-Jan	05-Jan	23-Dez	4%	
Indicador 7	Prazo		31-Jan (2010)	25-Jan (2010)	28-Jan (2010)	0%	
Indicador 8	N.º de amostras		900	900	5251	483%	
Indicador 9	N.º de dias		3	<3	5	-67%	
Indicador 10	Prazo		30-Out	20-Out	16-Jun	43%	
Indicador 11	Prazo		15-Fev	10-Fev	02-Abr	-119%	
					Resultado da Acção		

OBJECTIVOS			META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Acções	Elaborar e actualizar formulários, regulamentos e protocolos				Parcialmente realizado		
	Executar ensaios de DHE				Realizado		
	Definir e coordenar os ensaios das Redes Nacionais de Ensaio				Realizado		
	Proceder à realização de ensaios de VAU				Realizado		
	Proceder à avaliação de resultados e elaborar as fichas varietais				Realizado		
	Elaborar relatórios de avaliação final de variedades				Realizado		
	Promover a realização de reuniões de avaliação e elaborar notificações para os Catálogos Comuns, OCDE e despacho para Diário da República				Realizado		
	Assegurar a conservação das amostras de referência				Realizado		
	Avaliar e processar pedidos de autorização provisória de venda				Realizado		
	Calcular as taxas a cobrar e verbas a distribuir				Realizado		
	Elaborar o Catálogo Nacional de Variedades				Realizado		
	Justificação do desvio	Não foi possível elaborar todos os formulários, apenas foi possível se proceder à actualização de um dos formulários previstos. Dado o volume de variedades em estudo e respectivos pedidos de APV não foi possível cumprir os prazos estabelecidos de resposta. Por razões de gestão do CNV só foi possível elaborar a versão final do CNV no início de Abril.					
OO 7	Proceder à atribuição de títulos de protecção de variedades vegetais				75%	-25%	DSVRG
Indicador 1	Prazo	31-Mar	01-Mar	0	-100%		
Indicador 2	N.º de ensaios	2	>2	2	0%		
Indicador 3	Prazo	30-Set	<01-Set	15-Set	0%		
Indicador 4	Prazo	30-Set	<01-Set	15-Set	0%		
					Resultado da Acção		
Acções	Elaborar o Boletim de Variedades Protegidas				Não realizado		
	Proceder à realização de ensaios de DHE				Realizado		
	Proceder à avaliação de resultados e elaborar as fichas varietais				Realizado		
	Elaborar relatórios de avaliação final de variedades				Realizado		
Justificação do desvio	Não foi elaborado o boletim dado não se terem verificado alterações ao boletim publicado em 2008						
OO 8	Executar os ensaios de DHE para o CPVO				102%	2%	DIFP DSVRG
Indicador 1	Prazo de envio dos relatórios	1-Nov	1-Out	23-Set	3%		
Indicador 2	Prazo de implementação do SGQ	31 -Dez	30-Nov	18-Dez	0%		
					Resultado da Acção		
Acções	Executar os ensaios de morangueiro				Realizado		

OBJECTIVOS			META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
	Executar os ensaios de Protea e Leucadendro				Realizado parcialmente		
	Implementar um Sistema de Gestão da Qualidade				Realizado parcialmente		
Justificação do desvio	Por ter sido comunicada a desistência da variedade de Leucadendro não foi realizado o respectivo exame. No âmbito do sistema de gestão da qualidade apenas foi possível elaborar a versão final do Manual da Qualidade, embora se tenham elaborado praticamente todos os procedimentos e modelos, contudo estes não foram formalmente enquadrados e aprovados.						
OO 9	Coordenar a implementação da legislação nacional em matéria de cultivo de variedades geneticamente modificadas				111%	11%	DSVRG
Indicador 1	N.º de dias	4	3	2	50%		
Indicador 2	N.º de dias	4	3	1	75%		
Indicador 3	Prazo	30-Jun	20-Jun	15-Jul	-14%		
Indicador 4	N.º de reuniões	8	10	5	-44%		
Indicador 5	Prazo	31-Dez	15-Dez	15-Fev 2010	-12%		
					Resultado da Acção		
Acções	Proceder ao registo das notificações de cultivo				Realizado		
	Preparar e manter actualizada a informação de divulgação publica				Realizado		
	Coordenar e definir as acções de controlo e inspecção e de monitorização				Realizado		
	Prestar apoio técnico aos inspectores das DRAP's				Realizado		
	Elaborar o relatório de acompanhamento				Realizado		
Justificação do desvio	Não foi possível definir as acções de controlo na data prevista dado terem sido entregues notificações de cultivo em Julho. Foram realizadas as reuniões com as DRAP consideradas necessárias. Não foi possível elaborar o relatório na data prevista, dado o grande volume de informação submetida a análise.						
OO 10	Regulamentar, coordenar a protecção e a valorização dos recursos genéticos vegetais				77%	-177%	DSVRG
Indicador 1	Prazo	30-Jun	30-Abr	18-Fev	60%		
Indicador 2	Prazo	30-Jun	30-Abr	09-Out	-56%		
Indicador 3	Taxa de execução	70%	90%	0%	-100%		
					Resultado da Acção		
Acções	Elaborar proposta de legislação relativa a variedades de conservação				Realizado		
	Preparar os formulários e procedimentos para a inscrição de variedades de conservação				Realizado		
	Executar ensaios de caracterização				Não realizado		
Justificação do desvio	Os formulários e procedimentos foram atrasados essencialmente devido ao facto de o Decreto-Lei ter sido publicado apenas em 24 de Setembro. Não foram realizados ensaios de caracterização em virtude de os pedidos de inscrição terem sido apresentados já fora da época de sementeira dos respectivos ensaios.						
OO 11	Elaboração da lista de variedades de trigo duro elegíveis para o prémio à qualidade				75%	-25%	DSVRG

OBJECTIVOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Indicador 1	Prazo	30-Ago	<30-Ago	06-Nov	-28%	
Indicador 2	Prazo	15-Set	<10-Set	09-Nov	-21%	
				Resultado da Acção		
Acções	Realizar os ensaios tecnológicos			Realizado		
	Elaborar relatório de avaliação de variedades			Realizado		
Justificação do desvio	Os prazos não foram cumpridos por se ter aguardado a tomada de decisão relativa à continuação do regime de apoio específico ao trigo duro.					

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS			META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
Assegurar diversas actividades correntes							
OS 1	Preparar e acompanhar duas missões do FVO				100%	0%	DIFP
Indicadores	Nº dias para preparar as informações para as missões do FVO	5 dias antes do início da missão	10 dias antes do início da missão	5	0%		
	Nº dias para elaborar o plano de acção dos relatórios do FVO	25	20	25	0%		
Justificação do desvio							
OS 2	Assegurar a acreditação do Laboratório de Ensaio de Sementes				112%	12%	DSVRG
Indicadores	Classificação obtida nos testes de Proficiência	Mínimo B	90% A	1 B 7 A	0%		
	% de procedimentos actualizados	80% A	100%	100%	1%		
	N.º de auditorias	5 auditorias	8 auditorias	9 auditoras	29%		
Justificação do desvio	O objectivo foi superado tendo-se ultrapassado a percentagem de procedimentos actualizados bem como o número de auditorias.						
OS 3	Gerir o NECE				100%	0%	DSVRG
Indicador	% de ensaios válidos	Mínimo 80%	90%	88%	0%		
Justificação do desvio	Foram perdidos 4 ensaios por problemas no abastecimento de água (1), ataques de pássaros e deficiente emergência (3)						
OS 4	Emitir pareceres sobre OGM				100%	0%	DSVRG
Indicador	N.º dias de pareceres ao abrigo do DL 72/2003	8 dias	4 dias	8 dias	0%		
		30 dias	30 dias	30 dias	0%		
Justificação do desvio							

OBJECTIVOS DE SUPORTE / PROJECTOS		META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
OS 5	Assegurar as ligações com as entidades internacionais e participar nas respectivas reuniões			87%	-13%	DIFP DSVRG
Indicador	% de participação em reuniões	80%	90%	70%	-13%	
Justificação do desvio	Não foi assegurada a participação nas reuniões da UPOV, OCDE, ISTA e COEX-NET. Foi assegurada a participação em todas as reuniões do Comité permanente de sementes e propágulos para a agricultura, horticultura e floresta, do ECoB e do CPVO-TLO. Foi assegurada a participação em todas as reuniões do Comité Fitossanitário Permanente.					

ACTIVIDADES RELEVANTES NÃO PLANEADAS

DESCRIÇÃO

- Colaboração na elaboração da portaria regulamentar da Subacção n.º 2.2.3.1, «Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos - Componente Vegetal» do PRODER.
- Elaboração de candidatura a apresentar no PRODER-Acção 4.2.2 - "Redes Temáticas de Informação e Divulgação-CERTINET, cujos objectivos são a criação de uma rede de tratamento e difusão de informação no âmbito das actividades de registo/licenciamento e certificação dos materiais e a desmaterialização dos procedimentos de registo e certificação.

RESULTADO ALCANÇADO

- Foi publicada a Portaria n.º 1268/2009, de 16 de Outubro, que aprova o Regulamento de Aplicação da Subacção n.º 2.2.3.1, «Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos - Componente Vegetal».
- A candidatura foi apresentada em 29 de Dezembro de 2009 estando-se a aguardar a sua aprovação.

VII – LEADER+

DESCRIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

Assegurar a Gestão do programa de iniciativa comunitária Leader+ através da elaboração e actualização dos normativos de aplicação, da verificação dos circuitos e procedimentos instituídos pelos GAL, da gestão financeira, da implementação da rede Leader+, da verificação da boa aplicação dos dinheiros públicos de acordo com os normativos nacionais e comunitários em vigor, e acompanhamento técnico aos 52 GAL

OBJECTIVOS			META 2009	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO/ TAXA REAL.	DESVIO	UNIDADE ORGÂNICA
OE	Incentivar a utilização das TIC						
OO 1	Facilitar o acesso à informação documental				100%	0%	LEADER+
Indicador 1	Base de dados (período de abrangência)	100%	—		100%	0%	
					Resultado da Acção		
Acções	Digitalizar e organizar documentação				Realizado		
	Operacionalizar base de base de dados documentos internos (Nota Interna, Fax, Ofício e Informações)				Realizado		
Justificação do desvio							
OE	Melhorar a Competitividade e Sustentabilidade do Sector Agrícola e dos Territórios Rurais						
OO 1	Concluir Processo de encerramento da responsabilidade da DGADR				0%	-100%	LEADER+
Indicador 1	Data de Conclusão (relatório e controlo 1º Nível)	Dez-09	Nov-09		0	-100%	
					Resultado da Acção		
Acções	Elaborar relatório final				Não realizado		
	Concluir processo de controlo de 1º Nível				Não realizado		
Justificação do desvio	O período de legibilidade de despesa foi alargado para Junho de 2009 (alteração aprovada pela da CE devido ao período de crise internacional). Desta forma o prazo limite para a conclusão do processo de encerramento foi alterado para Setembro de 2010. Ou seja, todos os prazos foram transferidos para 2010.						

ACTIVIDADES RELEVANTES NÃO PLANEADAS

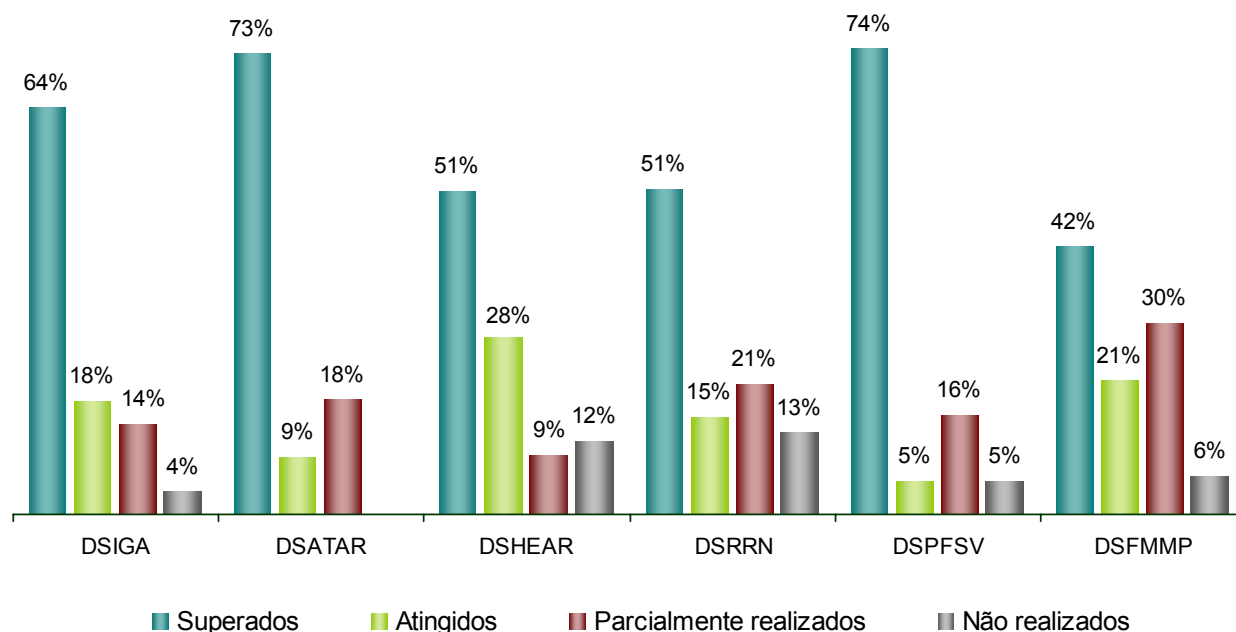
DESCRIÇÃO

- Análise de 1 pedido de pagamento vector 2

RESULTADO ALCANÇADO

- Análise concluída e enviada para certificação

AValiação dos Objectivos

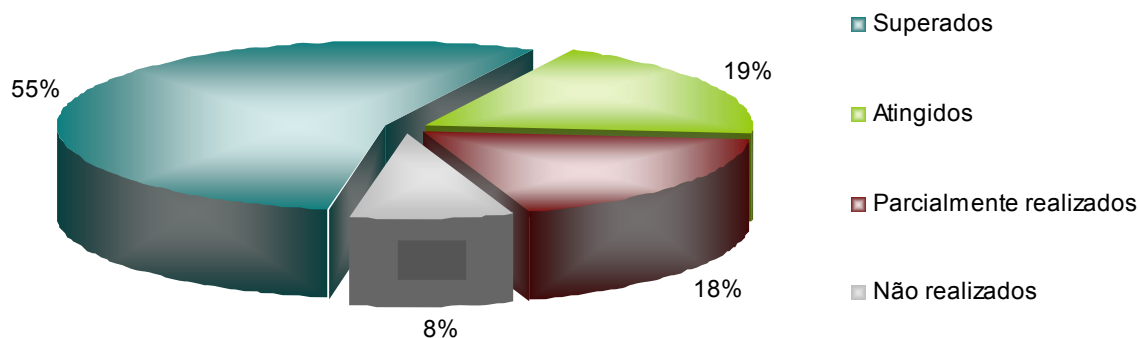


Através deste gráfico pode apurar-se, numa abordagem funcional, que os objectivos que superaram o proposto são maioritários em todas as Direcções de Serviços. Os objectivos aqui considerados são os objectivos operacionais que concorrem para os objectivos estratégicos e os objectivos de suporte às actividades que, embora indirectamente, também convergem para a execução dos objectivos estratégicos.

Foram considerados objectivos não realizados os que por algum motivo não foram alvo de concretização, na sua grande maioria devido a causas externas às unidades orgânicas.

Neste gráfico não foi considerado o LEADER+ porque se trata de um programa que se encontra em fase de finalização. Trata-se de um instrumento que permite experimentar outras abordagens de intervenção no espaço rural, respeitando a dimensão ambiental, económica, social e cultural dos territórios rurais.

O gráfico seguinte mostra a avaliação global dos objectivos:



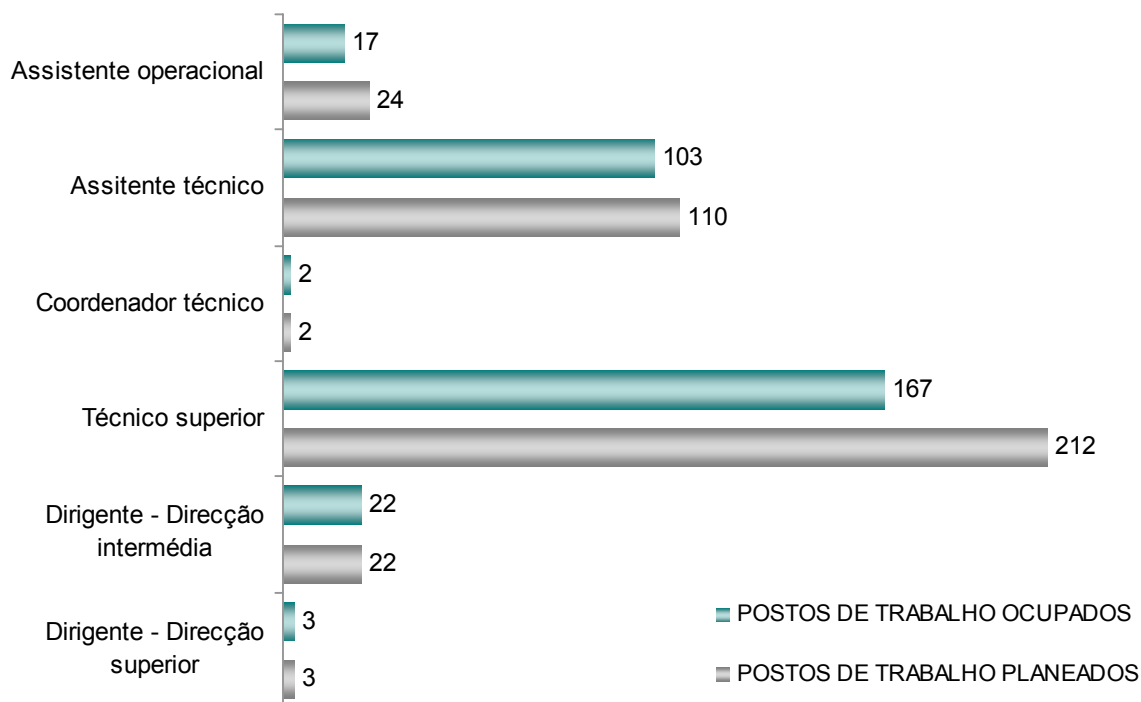
Numa análise global salienta-se que houve uma percentagem significativa de objectivos superados (55%). Embora não apresentado neste gráfico, relativo ao grau de execução dos objectivos planeados e constantes do plano de actividades de 2009, destaca-se, ainda a referência a 39 actividades relevantes não planeadas que não tendo sido delineadas nesse mesmo plano de actividades, foram, no entanto, realizadas com resultados positivos contribuindo também para o bom desempenho das unidades orgânicas.

AFECTAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS

RECURSOS HUMANOS

Nas metas propostas ao nível dos Recursos Humanos pode-se observar a diferença entre o planeado e o executado. A diminuição dos efectivos deveu-se basicamente à saída por aposentação e mobilidade.

POSTOS DE TRABALHO PLANEADOS (2009)		POSTOS DE TRABALHO OCUPADOS (31/12/2009)	
Dirigente – Direcção superior	3	Dirigente – Direcção superior	3
Dirigente - Direcção intermédia	22	Dirigente - Direcção intermédia	22
Técnico superior	212	Técnico superior	167
Coordenador técnico	2	Coordenador técnico	2
Assistente técnico	110	Assistente técnico	103
Assistente operacional	24	Assistente operacional	17
Total	373	Total	314



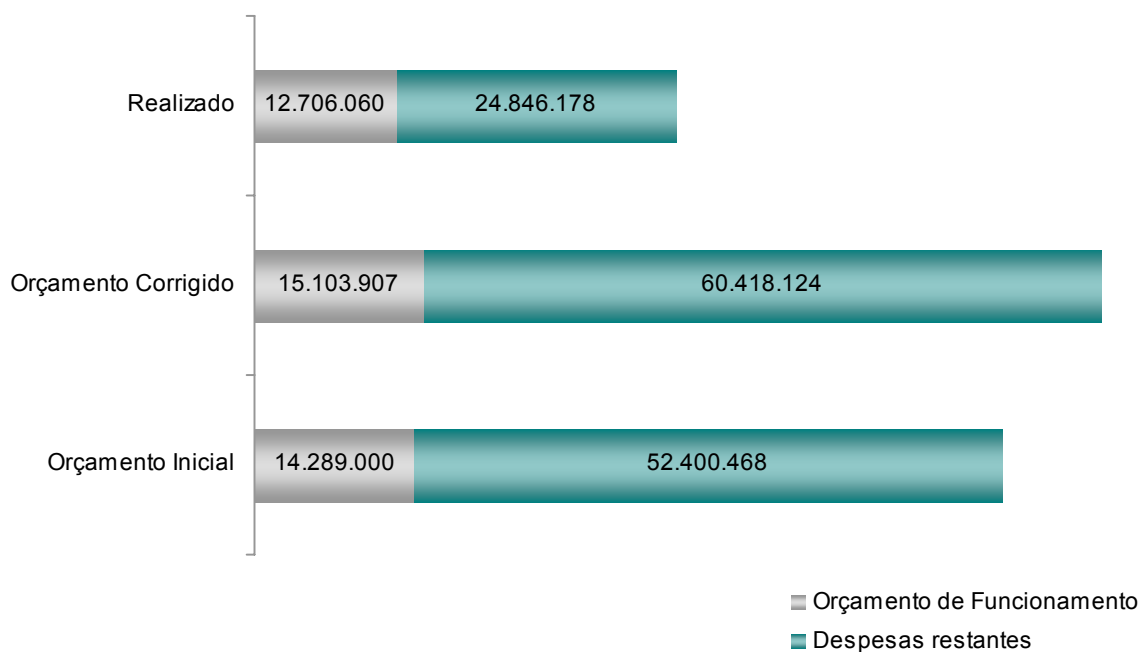
RECURSOS FINANCEIROS

Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Realizado
Orçamento de Funcionamento	14.289.000	15.103.907	12.706.060
Despesas com pessoal *	10.339.649	10.875.831	9.477.285
Aquisição de bens e serviços	3.248.976	3.900.826	3.105.416
Outras despesas correntes	665.375	270.150	112.519
Despesas de Capital	35.000	57.100	10.841
Despesas Restantes	52.400.468	60.418.124	24.846.178
PIDDAC	48.225	1.894.662	1.414.068
Outros (*)	52.352.243	58.523.462	23.432.110
Total	66.689.468	75.522.031	37.522.238

(*) Inclui as verbas dos projectos integradas no Orçamento de funcionamento da DGADR

* No balanço social o valor desta rubrica é de 9.222.827€. A diferença deve-se ao facto de existirem despesas com pessoal, que devido à sua natureza não são processadas pela aplicação SRH – Sistema de Recursos Humanos (valor constante do balanço social) mas são pagas pelo SIC - Sistema de Informação Contabilística. Assim temos:

Processados no R.H. (balanço social)		9.222.827
Processados só pela SIC	Projectos	36.958
	PIDDAC	91.415
	Outras despesas	126.085
Total de despesas com o pessoal		9.477.285



RECURSOS FINANCEIROS A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

	Financiamento Nacional	FEADER	Outras Fontes	TOTAL
Orçamento de Funcionamento	15.103.907		20.475	15.124.382
Receitas Gerais	9.371.882			9.371.882
Receita com Transição de Saldos	5.732.025			5.732.025
Reembolsos Viagens UE			20.475	20.475
Projectos	12.730.591	38.267.221	7.505.175	58.502.987
Orçamento PIDDAC	1.364.637	0	530.025	1.894.662
P002 M005 PLEIADES			48.225	48.225
P022 M001 LEADER +	1.352.137		481.800	1.833.937
P030 M004 SUDOE - BESANAS	12.500			12.500
TOTAL	29.199.135	38.267.221	8.055.675	75.522.031

DISPÊNDIO EM 2009 POR DORAÇÃO DO ORÇAMENTO PIDDAC

Programa	Medida	Projecto	Serviço	Dotação total corrigida	Total executado	Taxa de execução (total executado / dotação total corrigida)
----------	--------	----------	---------	-------------------------	-----------------	--

002 - Investigação Científica e Tecnológica e Inovação	005 - Promover a Produção Científica, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação	5453 - Pleiades	DSRRN / DRQA	48.225	18.273	38%
022 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	001 - Desenvolvimento Agrícola, Rural e Ambiental	1960 - Leader +	DSATAR	1.833.937	1.394.804	76%
030 - Cooperação Transfronteiriça, Transnacional e Inter-Regional	004 - Espaço do Sudoeste Europeu	7030 - Interreg Sudoe: Viajando por Besanas	DSATAR / EPDTR	12.500	991	8%
Total				1.894.662	1.414.068	75%

DISPÊNDIO EM 2009 POR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PROJECTOS

Programa	Medida	Projecto	Serviço	Dotação total corrigida	Total executado	Taxa de execução (total executado / dotação total corrigida)
022 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	001 - Desenvolvimento Agrícola, Rural E Ambiental	PRODER	DSHEAR	46.993.676	11.924.100	25%
		AGRO	DSHEAR	4.196.954	4.196.954	100%
		AGRIS	DSHEAR	7.312.357	7.305.811	100%
Total				58.502.987	23.426.865	40%

RECURSOS MATERIAIS

EQUIPAMENTO INFORMÁTICO		
Designação	Planeados	Existentes
Computadores PC	293	236
Computadores portáteis	21	18
Impressoras laser policromáticas	29	29
Impressoras laser monocromáticas	9	9
Fotocopiadoras	11	11
Servidores	15	15
Digitalizadores	12	12
Unidades de disco óptico	0	0
Impressoras multifunções	9	9
Data Shows	5	5

COMUNICAÇÕES		
Designação	Planeados	Existentes
Modem	8	8
Switch	16	16
UPS	3	3
Centrais telefónicas	3	3
Faxes	2	2

SUPORTES LÓGICOS APLICACIONAIS		
Designação	Sistema Operativo	Software
Contabilidade SIC	Windows	Oracle (Residente na SG MADRP)
Registo de assiduidade	Windows	SQL em Windows
SRH	Windows	Oracle (Residente na SG MADRP)
Homebanking	Windows	Residente no IGCP
Facturação	Windows	Oracle em AIX
Gestão de dívidas a cobrar	Windows	Oracle em AIX
Gestão QCA	Windows	Oracle em AIX
Acompanhamento QCA	Windows	Oracle em AIX
Registo de ajustes directos	(ambiente web)	SQL em Windows
Gestão de contratos	Windows	Oracle em AIX
Gestão de protocolos	(ambiente web)	SQL em Windows
Docbase – Gestão de biblioteca	Windows	
Gestão de candidaturas ao cartão de artesanato	Windows	Oracle em AIX
Acompanhamento de Empreitadas	Windows	Oracle em AIX
Gestão e acompanhamento do Benefício Fiscal ao Gasóleo	Windows	Oracle em AIX
Fiscalização da execução do Benefício Fiscal ao Gasóleo	(ambiente web)	Oracle em AIX
Benefício Fiscal ao Gasóleo - Petrogal	Windows	Residente na Petrogal
Portal de Serviços da SIBS	(ambiente web)	
SIAG - Património	Windows	4D
Gesparque – Gestão do parque informático	Windows	
Registo de Juntas de Agricultores	Windows	Oracle em AIX
Infinet – Controlo fitossanitário	(ambiente web)	
Serviço Nacional de Avisos Agrícolas	(ambiente web)	

BALANÇO SOCIAL

INTRODUÇÃO

O presente Balanço Social constitui uma análise sintética da informação constante no Balanço Social enviado à Secretaria-Geral do MADRP a fim de se dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro, que determina que no âmbito da Gestão dos Recursos Humanos, os serviços e organismos da Administração Pública devem elaborar até 31 de Março de cada ano civil, o seu Balanço Social, com referência a 31 de Dezembro do ano anterior.

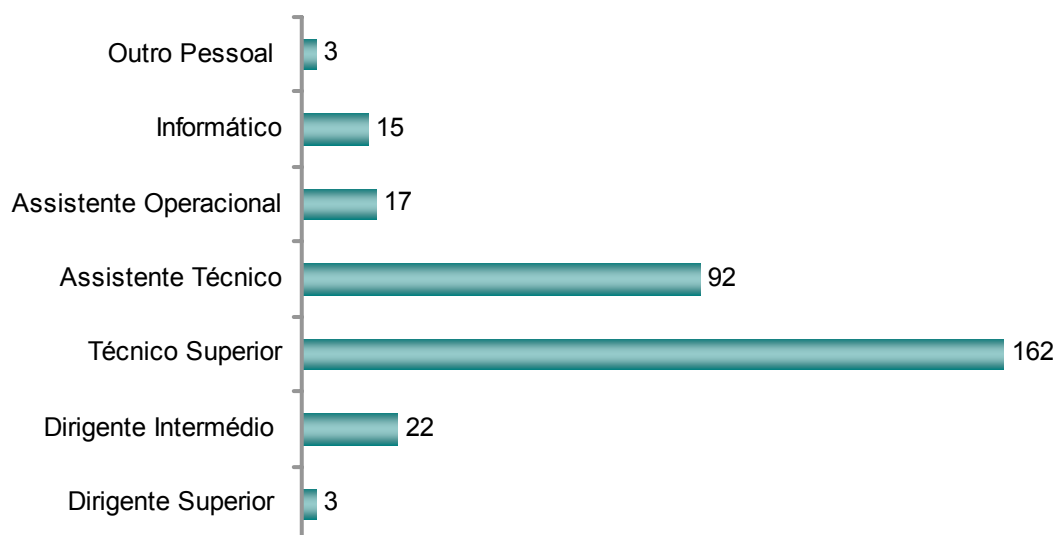
Trata-se de um instrumento que disponibiliza informação sobre a caracterização e evolução dos recursos afectos à DGADR ocorridos durante 2009.

É importante referir que o número global de efectivos da DGADR continua a registar um decréscimo, tendo passado de 346 efectivos reais, no ano de 2008, para 314 efectivos reais no final do ano de 2009.

RECURSOS HUMANOS

DISTRIBUIÇÃO DE EFFECTIVOS

A 31 de Dezembro de 2009, exerciam funções na DGADR um total de 314 efectivos reais, distribuídos pelas seguintes carreiras:

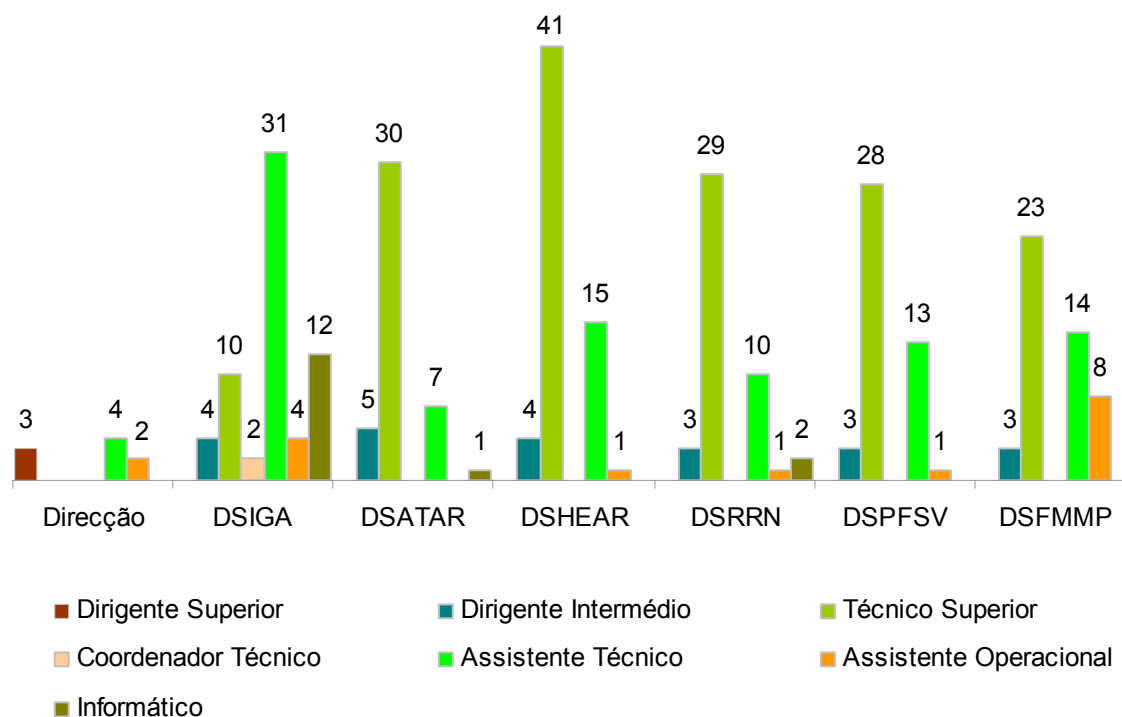


O grupo profissional com maior concentração de pessoal é o técnico superior, que abrange 52% dos trabalhadores, seguindo-se 29% da carreira assistente técnico.

DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR UNIDADE ORGÂNICA

Os 314 efectivos distribuem-se da seguinte maneira pelas diversas unidades orgânicas:

	Direcção	DSIGA	DSATAR	DSHEAR	DSRRN	DSPFSV	DSFMMP
Dirigente Superior	3						
Dirigente Intermédio		4	5	4	3	3	3
Técnico Superior		10	30	41	29	28	23
Coordenador Técnico		2					
Assistente Técnico	4	31	7	15	10	13	14
Assistente Operacional	2	4		1	1	1	8
Informático		12	1		2		
TOTAL	9	63	43	61	45	45	48

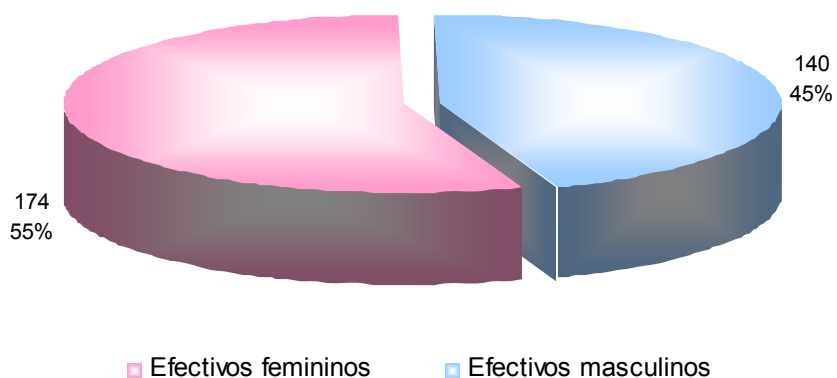


Quanto à relação jurídica, a totalidade dos efectivos exerceu as suas funções em “Funções Públicas por tempo indeterminado”, com excepção dos dirigentes que exerceram as suas funções em “Comissão de Serviço no âmbito da LVCR”.

DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO O SEXO

Na totalidade dos efectivos, a representatividade das mulheres é elevada, apresentando uma taxa de feminização de 55%.

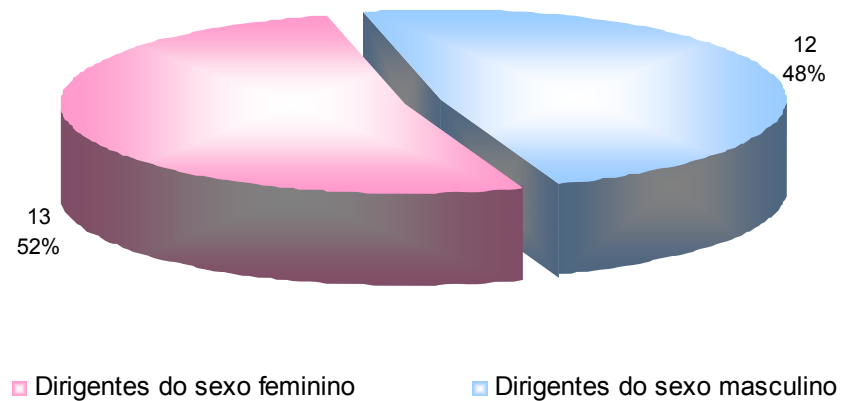
Sexo feminino	174
Sexo masculino	140



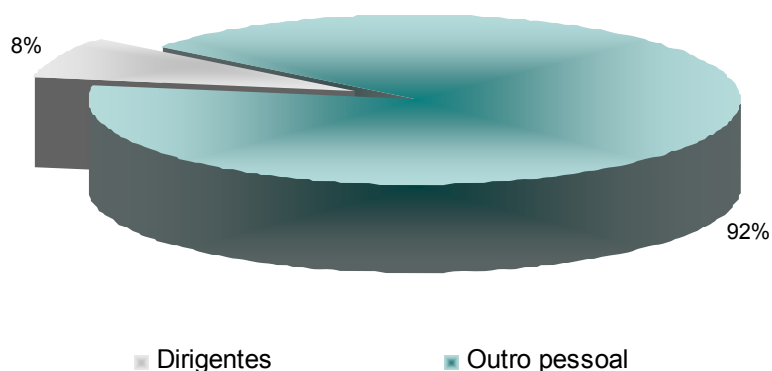
DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DIRIGENTE

O número de dirigentes femininos também é superior, sendo a taxa de dirigentes femininos de 52%.

Dirigentes do sexo feminino	13
Dirigentes do sexo masculino	12

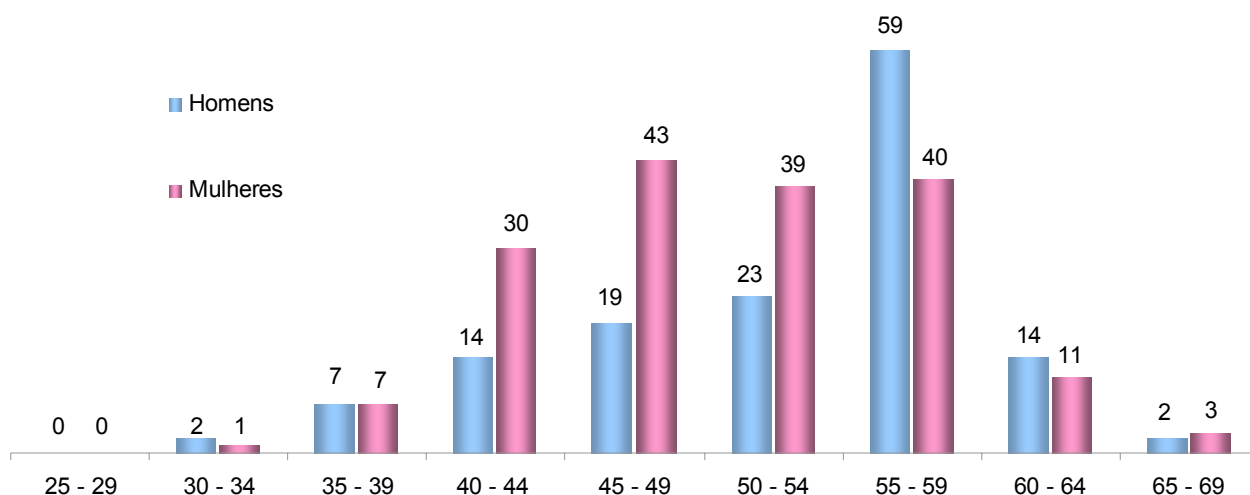


Na proporção existente entre o pessoal dirigente e o restante pessoal verifica-se o seguinte:



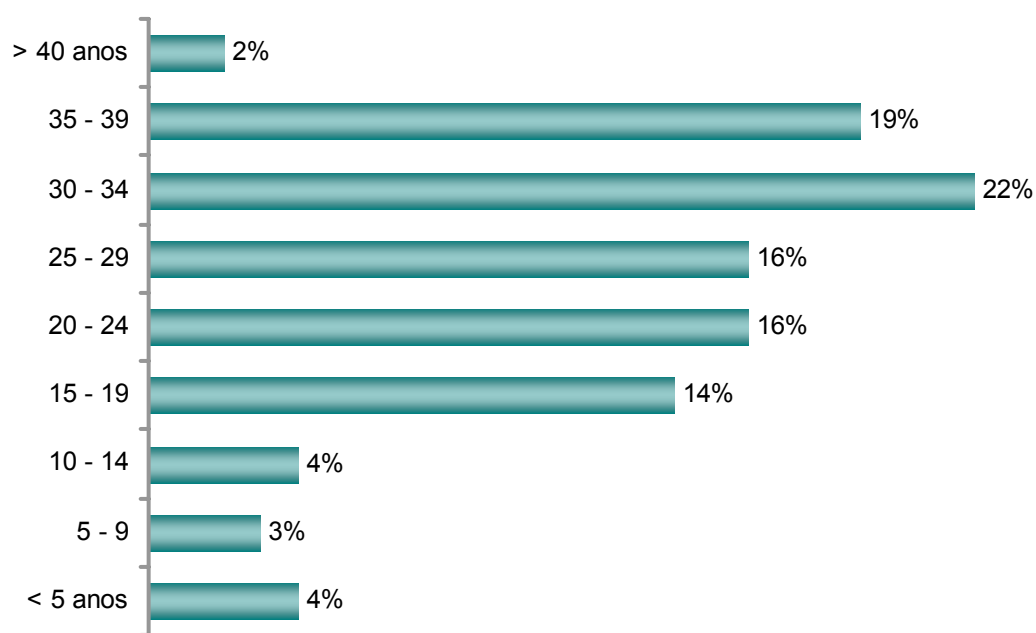
ESTRUTURA ETÁRIA DOS EFECTIVOS

Como se pode observar no quadro que se segue, a maior concentração de trabalhadores encontra-se no grupo etário dos 55-59 anos (99 efectivos). Também neste grupo, ao invés do que se verifica na grande maioria, o número de homens é superior.



ESTRUTURA DA ANTIGUIDADE NA FUNÇÃO PÚBLICA

No tocante à estrutura da antiguidade na função pública do pessoal da DGADR em 2009, regista-se uma predominância na faixa compreendida entre os 30 e 34 anos com 70 funcionários (22% dos efectivos).



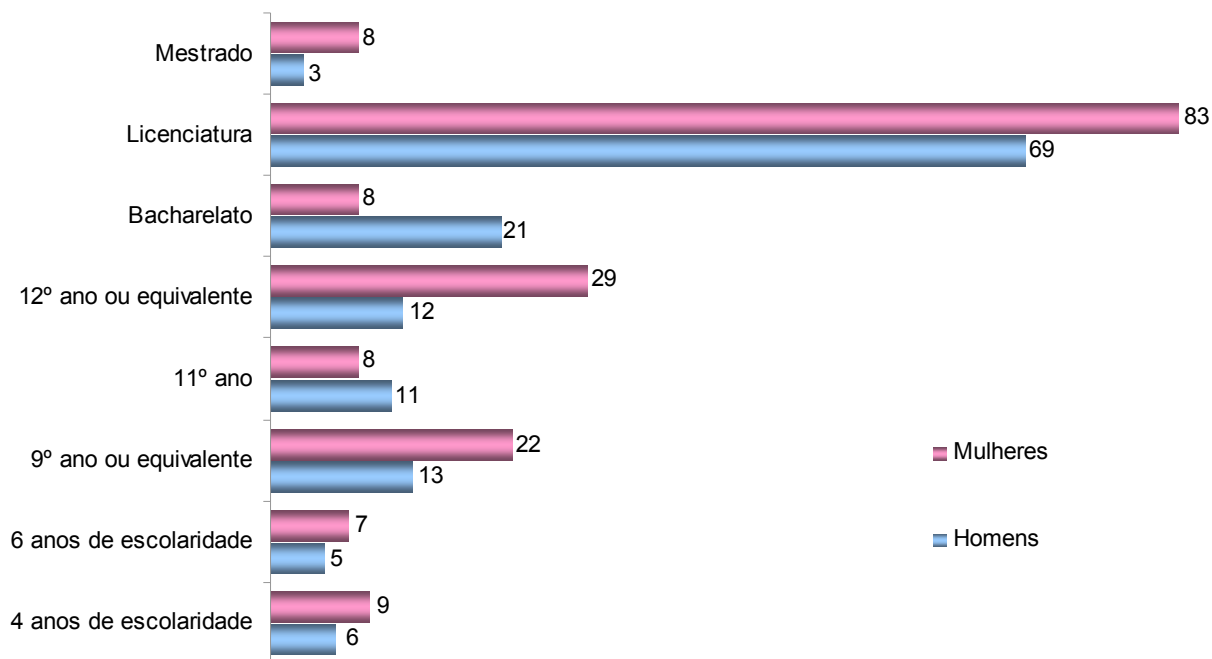
TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

A taxa de efectivos portadores de deficiência é de 3% e encontra-se distribuída da seguinte forma:

Sexo feminino	3
Sexo masculino	7

ESTRUTURA HABILITACIONAL

A licenciatura é o grau predominante com 48 % dos efectivos, sendo o índice de formação superior (bacharelato, licenciatura e mestrado) de 61%.

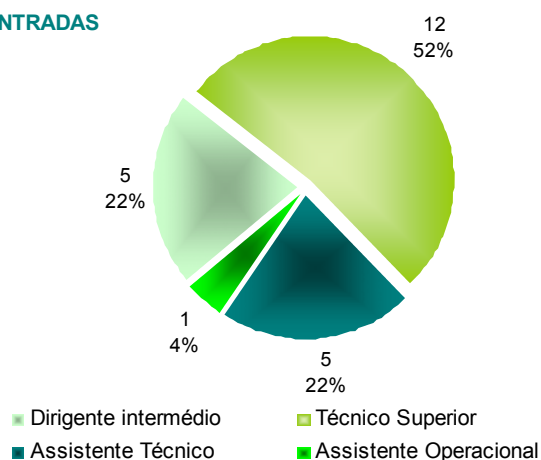


COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

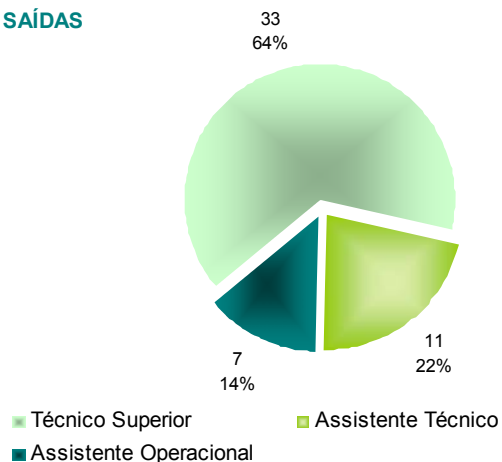
MOBILIDADE – ENTRADAS E SAÍDAS

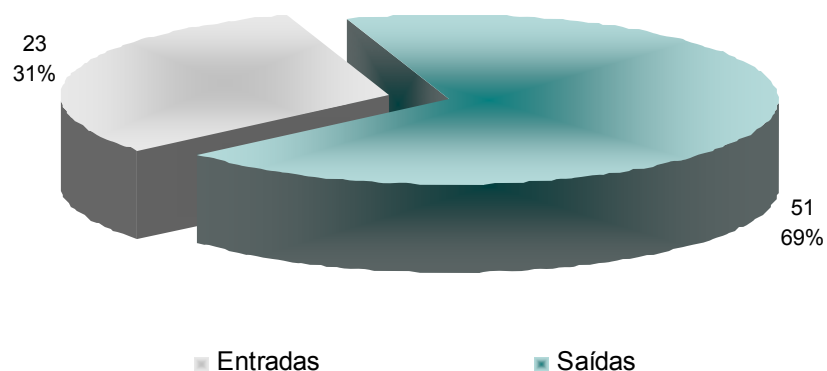
As admissões e/ou regressos registarem-se maioritariamente na carreira de técnico superior (52%), seguindo-se com igual percentagem (22%) os dirigentes intermédios e os assistentes técnicos. Quanto às saídas manteve-se a mesma tendência com 64% nos técnicos superiores e 22% nos assistentes técnicos. O motivo que deu origem a grande parte das saídas foi a aposentação com 51%.

ENTRADAS

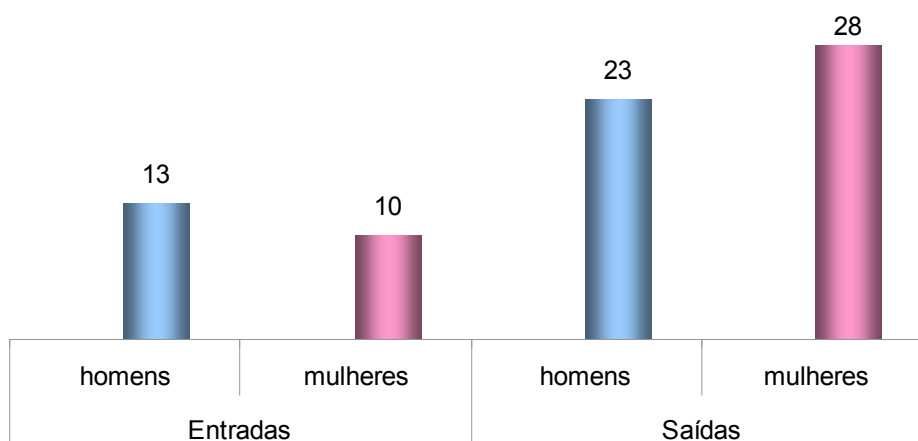


SAÍDAS



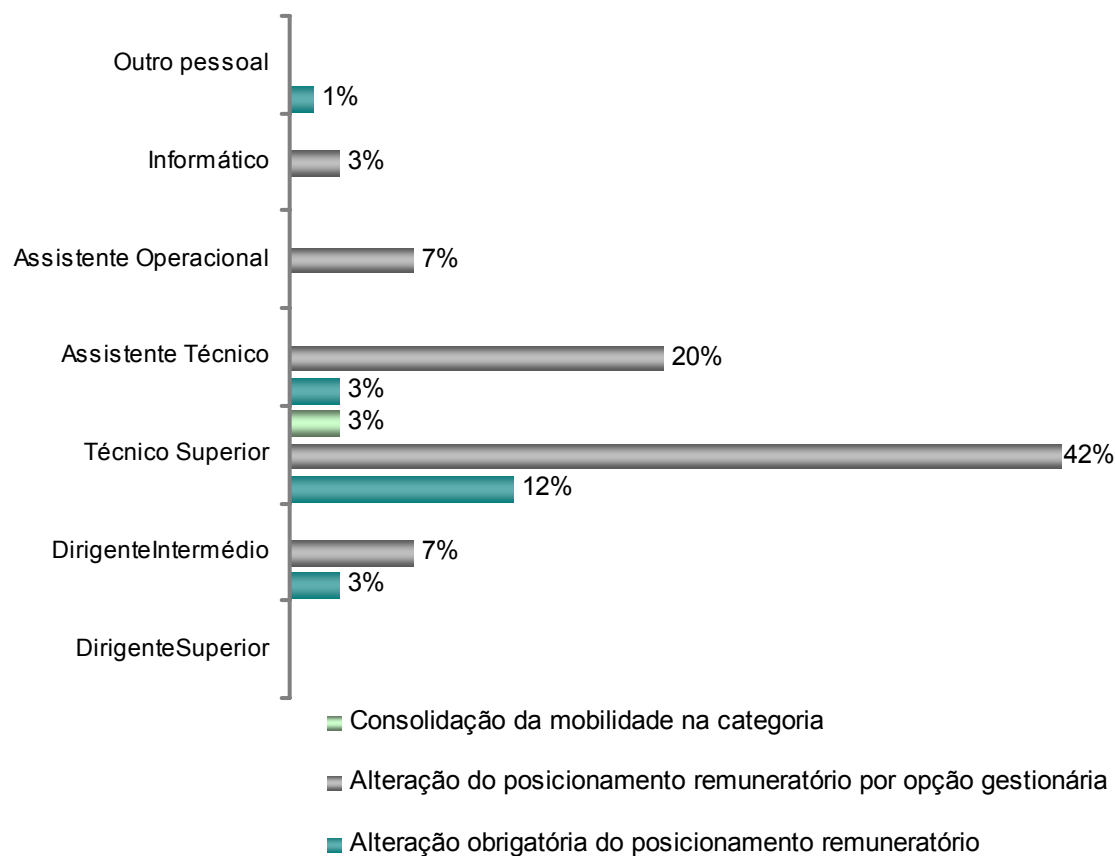


No quadro seguinte encontram-se as entradas e saídas por género:



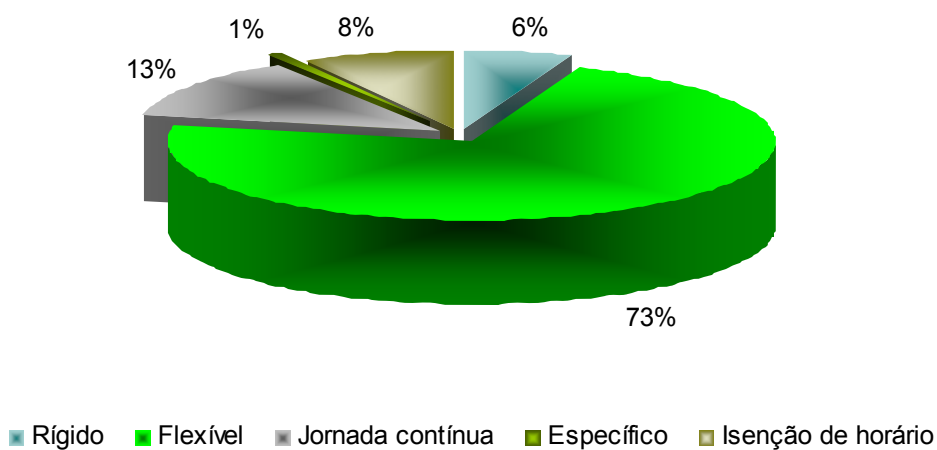
PROMOÇÕES, ALTERAÇÕES DO POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO E RECLASSIFICAÇÕES

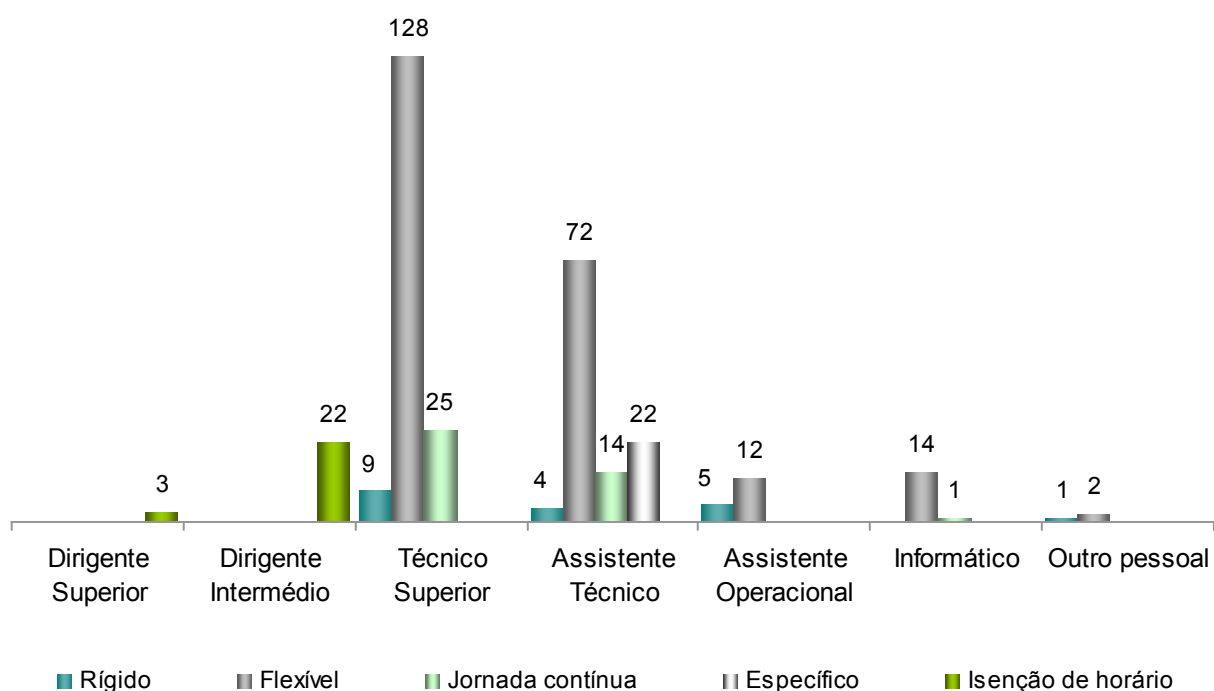
No que concerne às mudanças de situação profissional é de salientar que a alteração de posicionamento remuneratório por opção gestionária foi a que abrangeu maior número de trabalhadores (78%). Neste mesmo grupo, a categoria mais beneficiada foi a de técnico superior com 57%.



MODALIDADE DE HORÁRIO

O horário de trabalho regra da DGADR é o horário flexível, sendo praticado por 73% dos efectivos, seguindo-se a jornada contínua com 13%.

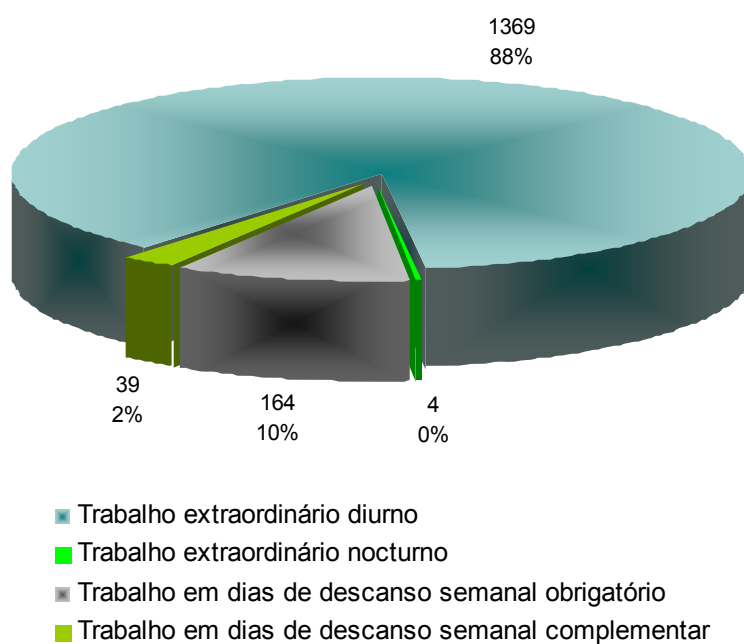




TRABALHO EXTRAORDINÁRIO:

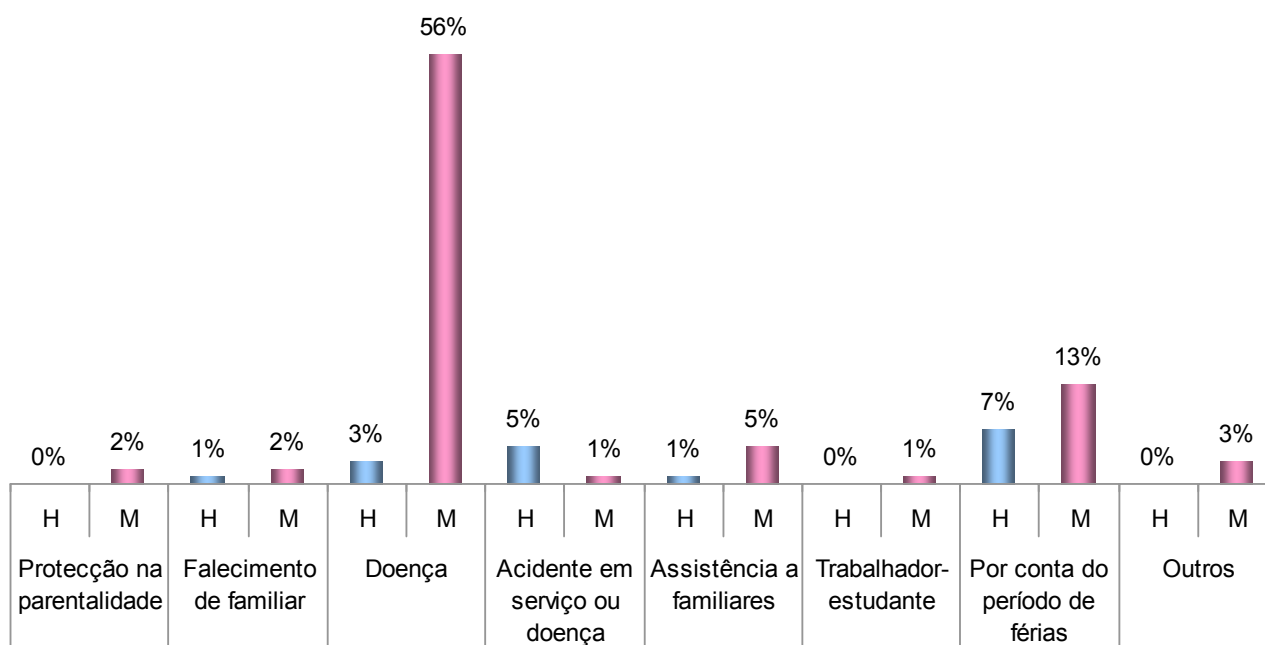
NOCTURNO E EM DIAS DE DESCANSO SEMANAL, COMPLEMENTAR E FERIADOS.

Foram prestadas 1576 horas de trabalho suplementar, distribuídas da seguinte forma:

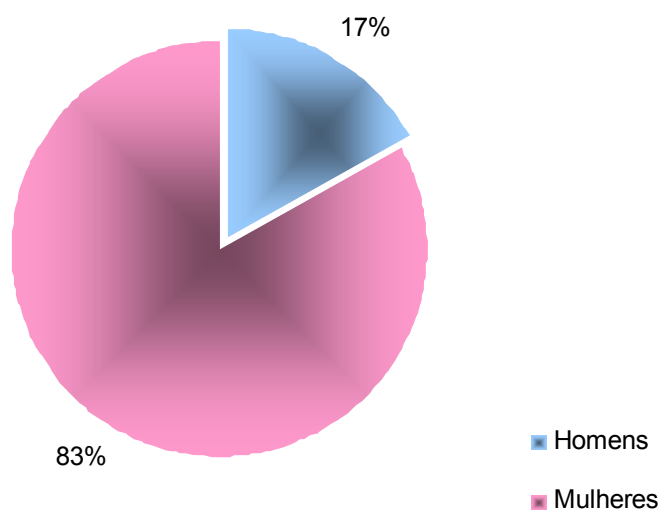


AUSÊNCIA AO TRABALHO

O motivo de ausência ao trabalho com maior percentagem é a doença com 59%. Deste grupo 95% dos ausentes foram mulheres, como se pode constatar no gráfico que se segue.

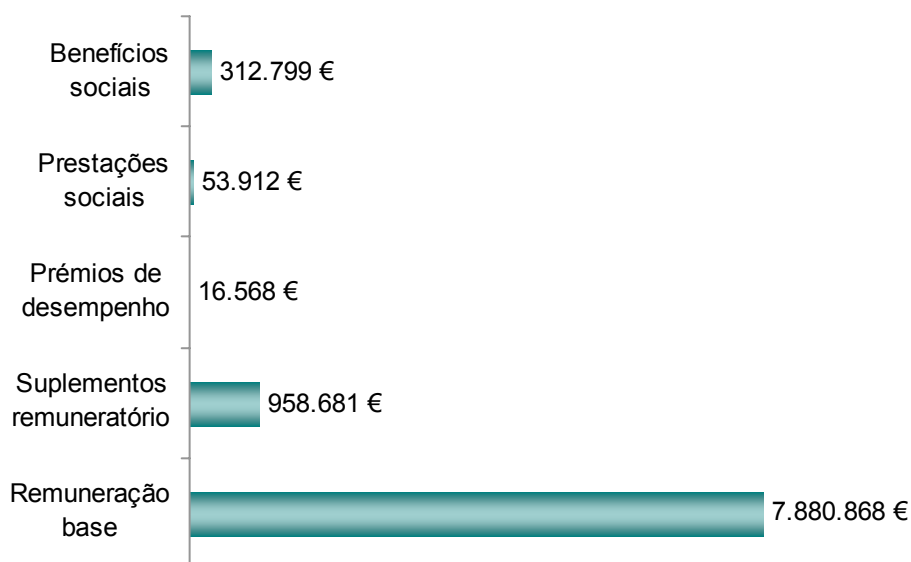


Também se pode constatar que na globalidade da ausência ao trabalho, o sexo feminino foi quem mais esteve ausente.

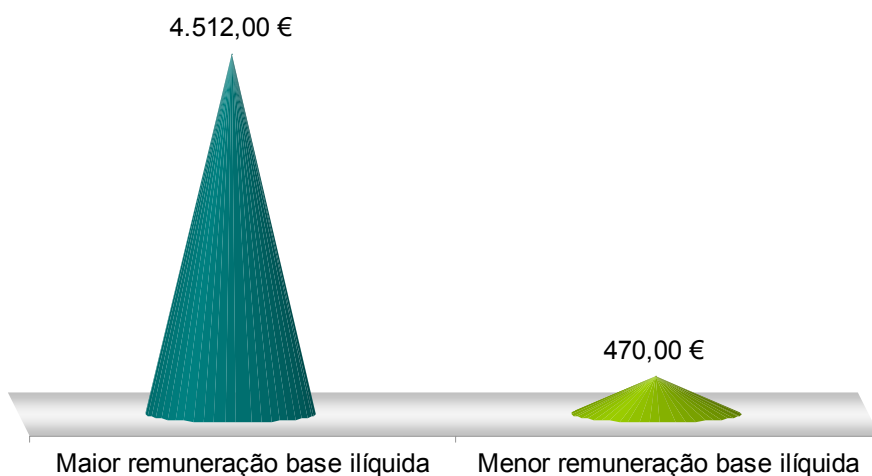


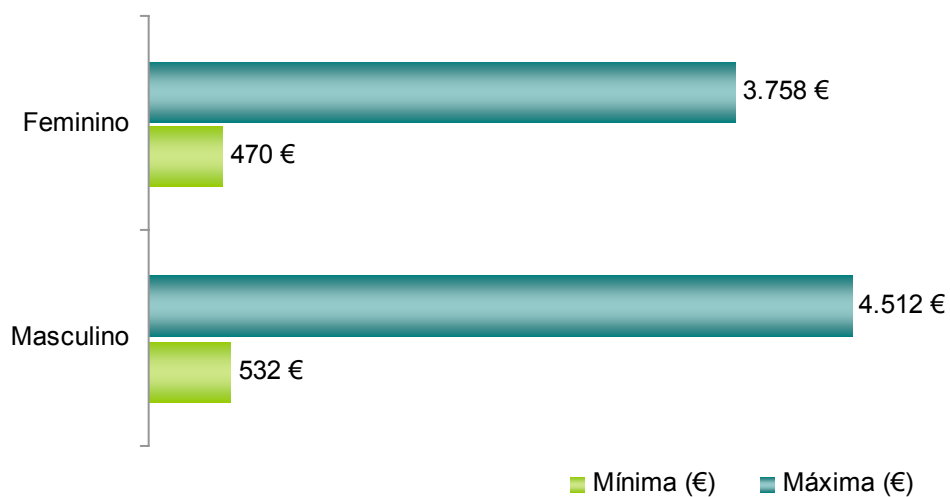
ENCARGOS COM O PESSOAL

O encargo global com a remuneração do trabalho ascendeu, em 2009, a **9.222.827,27** euros, distribuídos da seguinte forma:



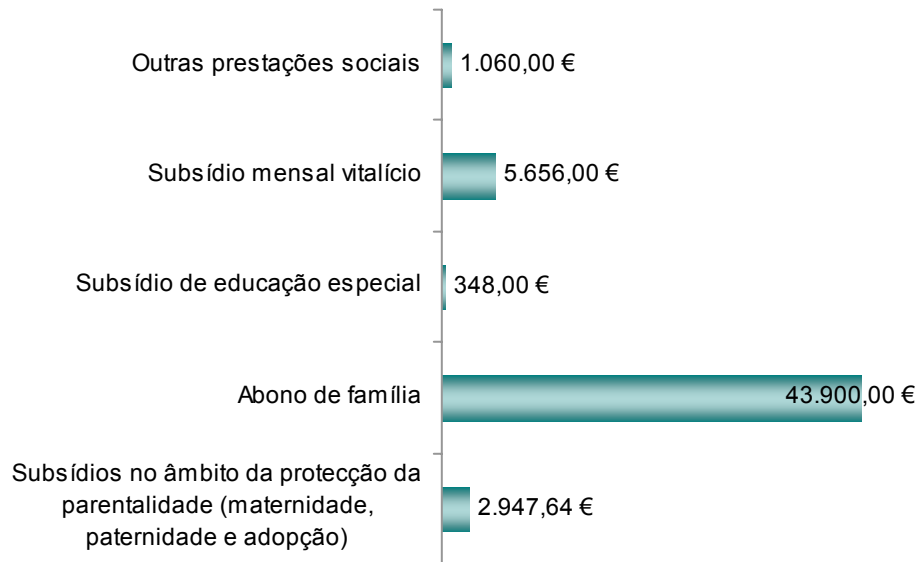
O leque salarial (relação entre a maior e a menor remuneração ilíquida) é de 9,6, sendo a diferença entre a maior e menor remuneração base ilíquida, por género, apresentada a seguir:





PRESTAÇÕES SOCIAIS

Os encargos com as prestações sociais distribuem-se da seguinte forma:



Relativamente aos encargos com os benefícios de apoio social foram gastos 312.799,00 € em subsídios de refeição.

HIGIENE E SEGURANÇA

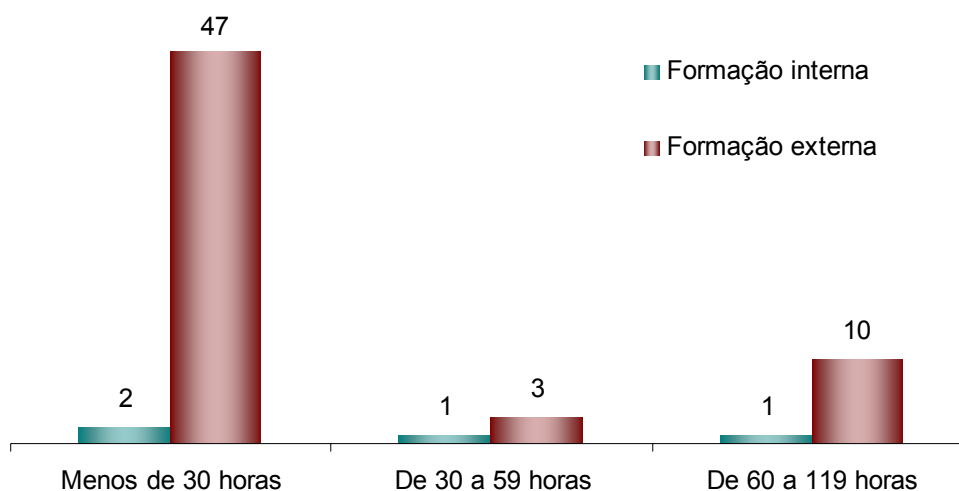
Nesta área apenas há a registar 1 acidente no local de trabalho e 3 acidentes *in itinere*. Como consequência destes acidentes resultaram 2 baixas superiores a 30 dias e 1 entre 4 e 30 dias, o que se traduz num total de 217 dias de trabalho perdidos.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Durante o ano em análise, a DGADR realizou 64 acções de formação, com um total de 115 participações, sendo a taxa de participação em formação de 32%.

FORMAÇÃO INTERNA E EXTERNA

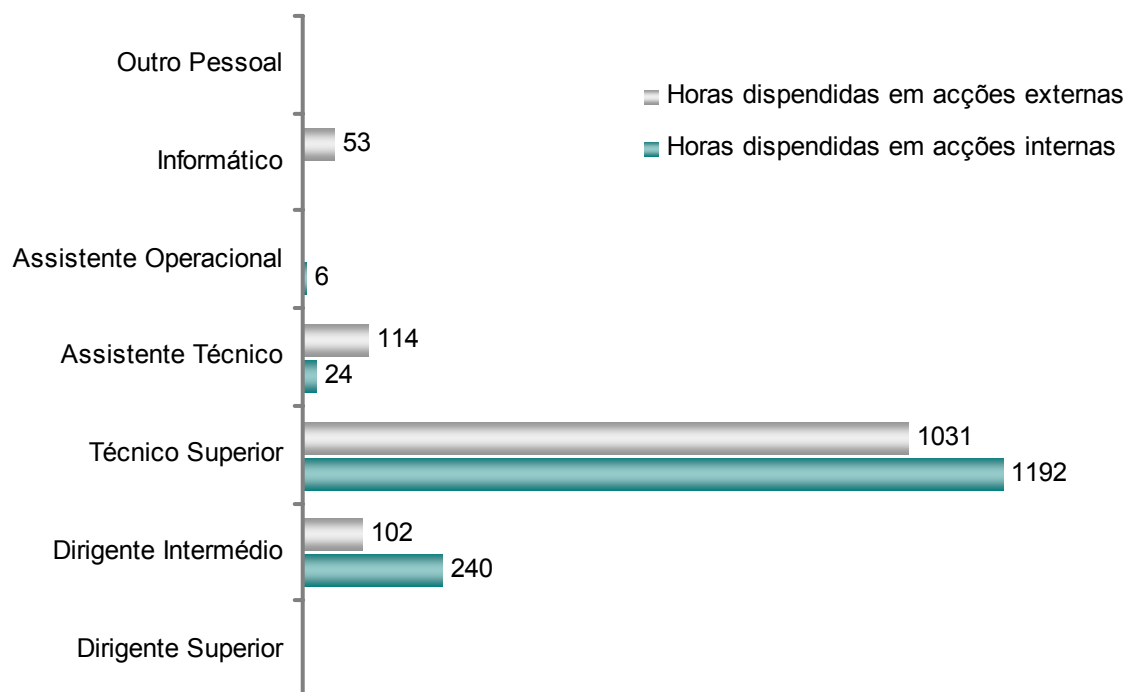
Das 64 acções de formação, 4 forem de formação interna e 60 externa. Estas acções tiveram a participação de 115 formandos, sendo que 55 foram participações em acções internas e 60 em acções externas.



O investimento na formação foi de 14478,70€ no ano em análise, assim distribuído:

Despesa com acções internas	4.768,70 €
Despesa com acções externas	9.710,00 €

Do grupo de pessoal que realizou mais horas de formação foi o de técnico superior como se pode ver no gráfico seguinte:



RELAÇÕES PROFISSIONAIS

Trabalhadores sindicalizados, com desconto no vencimento	43
--	----

QUADRO DE ÍNDICES

Tecnicidade	86%
Enquadramento	8%
Enquadramento feminino	4%
Feminização	55%
Formação superior	61%
Formação superior - mulheres	57%
Formação superior - homens	66%
Entradas	7%
Saídas	16%
Participação em formação interna	18%
Participação em formação externa	19%
Participação global em formação	37%

CONCLUSÃO

O Balanço Social é um instrumento de planeamento e gestão na área de recursos humanos ao qual esta Direcção-Geral dá especial relevância, uma vez que lhe permite obter todos os dados que possibilitam o desenvolvimento de uma política que fomente a eficácia, a economia e a eficiência dos recursos que lhe estão afectos.

A situação reportada evidencia que existem 314 trabalhadores em exercício de funções, o que significa que se tem verificado uma tendência decrescente do número de trabalhadores em exercício de funções nos últimos anos (346 efectivos em 31/12/2008) com um decréscimo de efectivos ao longo do ano de 2009 (373 efectivos planeados, 323 reportados a 30 de Junho de 2009, 318 reportados a 30 de Setembro e 314 a 31 de Dezembro). Continuam a predominar o pessoal técnico superior, um nível etário elevado e um elevado nível de escolaridade.

AVALIAÇÃO FINAL

APRECIÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS E MENÇÃO PROPOSTA

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2009


Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Organismo: Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Missão: Promover a Valorização, a Competitividade e a Sustentabilidade da Agricultura e dos Territórios rurais (BSC)

Objectivos estratégicos (OE):

OE 1 - Melhorar a competitividade e sustentabilidade do sector agrícola e dos territórios rurais;

OE 2 - Aumentar o grau de satisfação dos clientes;

OE 3 - Optimizar a gestão dos recursos humanos e materiais.

Objectivos Operacionais				Meta Ano 2008	Meta Ano 2009	Concretização			Desvios
						Resultado	Classificação		
							Superou	Atingiu	
EFICÁCIA						200,0%			
OB 1	Ponderação	50%	N.º de hectares de regadio em obra Superado: 5500 100%	3000	4300	4528	X	0%	
Aumentar a área de regadio colectiva pública em 3%	Ind 1								
	Peso								
OB 2	Ponderação	50%	Inspeção e registo das UITM 20 dias após a data de entrada do pedido Superado: 10 50%	NA	20	16	X	0%	
Garantir as boas condições técnicas de funcionamento das unidades industriais de tratamento de madeira (UITM)	Ind 2								
	Ind 3								
		Peso	Detecção de não graves conformidades nas UITM registadas Superado: menos de 5 50%	NA	10	1	X	400%	
EFICIÊNCIA						136,7%			
OB 3	Ponderação	50%	N.º de processos concluídos Superado: >12 100%	9	10	11	X	0%	
Melhorar a gestão em 30% dos Aproveitamentos Hidroagrícolas do Grupo II, no total de 31 através da implementação do novo modelo de exploração/concessão	Ind 4								
	Peso								
OB 4	Ponderação	50%	[(Receita própria em 2009/Orçamento de funcionamento em 2009)*100]- [(Receita própria em 2008/Orçamento de funcionamento em 2008)*100] Superado: >=1,5% 100%	NA	1%	2,60%	X	73%	
Aumentar em 1% o peso das receitas próprias no orçamento de funcionamento do Organismo	Ind 5								
	Peso								
QUALIDADE						103,6%			
OB 5	Ponderação	25%	Apresentação de proposta de resolução dos problemas associados ao encerramento dos projectos de emparcelamento iniciados ao abrigo da actual legislação Superado: 31 Março 30%	NA	1 doc	1	X	0%	
Dinamizar a melhoria da estrutura fundiária	Ind 6								
	Peso								
	Ind 7	Peso	Apresentação de proposta de diploma legal visando a reorientação da política de emparcelamento rural até 31 de Dezembro Superado: 31 Outubro 70%	NA	1 doc	1	X	0%	
OB 6	Ponderação	50%	Elaboração e implementação de procedimentos de reconhecimento mútuo até 30 de Junho Superado: 31 Março 70%	NA	1 doc	1 documento a 31 de Março	X	1%	
Alargar a possibilidade de oferta no mercado de Produtos Fitofarmacêuticos promovendo a sua utilização sustentável	Ind 8								
	Peso								
	Ind 9	Peso	Criação de um quadro legal relativo ao uso de produtos fitofarmacêuticos por via aérea até 31 de Dezembro Superado: 31 Outubro 30%	NA	1 doc	1	X	0%	
OB 7	Ponderação	25%	(Data de pagamento-Data da factura)/Numero de facturas pagas Superado: <=60 dias 100%	80 dias	68 dias	54	X	13%	
Reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores pagos pela fonte de financiamento de receita (FF123) em 15% nas rubricas bens e Serviços corrente e Aquisição de Bens de Capital	Ind 10								
	Peso								

Justificação para os desvios:

OB 2 - Ind 3	A detecção de menos não conformidades que o inicialmente previsto deve-se à eficácia dos tratamentos fitossanitários realizados pelos operadores registados e ao acompanhamento contínuo por parte dos serviços oficiais para garantir a boa execução dos mesmos.
OB 4 - Ind 5	Para o cálculo do indicador - % da receita própria no orçamento de funcionamento da DGADR, e do objectivo previsto no QUAR 2009 - aumento da % de 2008 para 2009 assumiu-se como Receita Própria, verdadeiramente comparável nos dois anos em causa, a proveniente da facturação de bens e serviços não sendo consideradas para o efeito as receitas extraordinárias nem as relativas à transição de saldos. Na aplicação da fórmula prevista no QUAR resulta para 2008 – 15,04 % e, para 2009 – 17,64 %. Face a estes valores, continuando a aplicação da fórmula, o resultado final é de 2,60 % (17,64-15,04) o que indica um objectivo superado
OB 6 - Ind 8	O indicador foi superado por ter sido elaborada proposta de forma clara e objectiva o suficiente para não exigir múltiplas reuniões de discussão. A apreciação por terceiros foi também célere e sem questões de fundo a resolver. O Objectivo QUAR 2009, prazo médio de pagamento (PMP) foi superado dado que em média se pagou em 54 dias Se levarmos em consideração que o pedido de integração e utilização do saldo de gerência de 2008, solicitado em 12 de Março de 2009, foi autorizado no dia 12 de Novembro de 2009, e a necessidade de utilização de verbas do orçamento de receita para pagamentos de RCP, concluímos que este atraso teve grande impacto no planeamento e gestão de tesouraria da DGADR.
OB 7 - Ind 10	Este facto implicou que houvesse necessidade de optar por deixar atrasar o pagamento a grandes fornecedores, a EDP e a PT (o prazo médio de pagamento a estes 2 fornecedores influenciou negativamente o desempenho deste objectivo). Retirando o efeito negativo do prazo médio de pagamento à EDP e PT, a DGADR pagou aos seus fornecedores em 54 dias.

Explicitação da fórmula utilizada

O cálculo da classificação obtida em cada indicador é obtido de forma distinta entre os indicadores de incremento positivo e os indicadores de incremento negativo. No caso dos indicadores de incremento positivo a classificação obtida é dada por (Resultado/Meta N). No caso dos indicadores de incremento negativo a classificação obtida é calculada por (Meta N/Resultado).

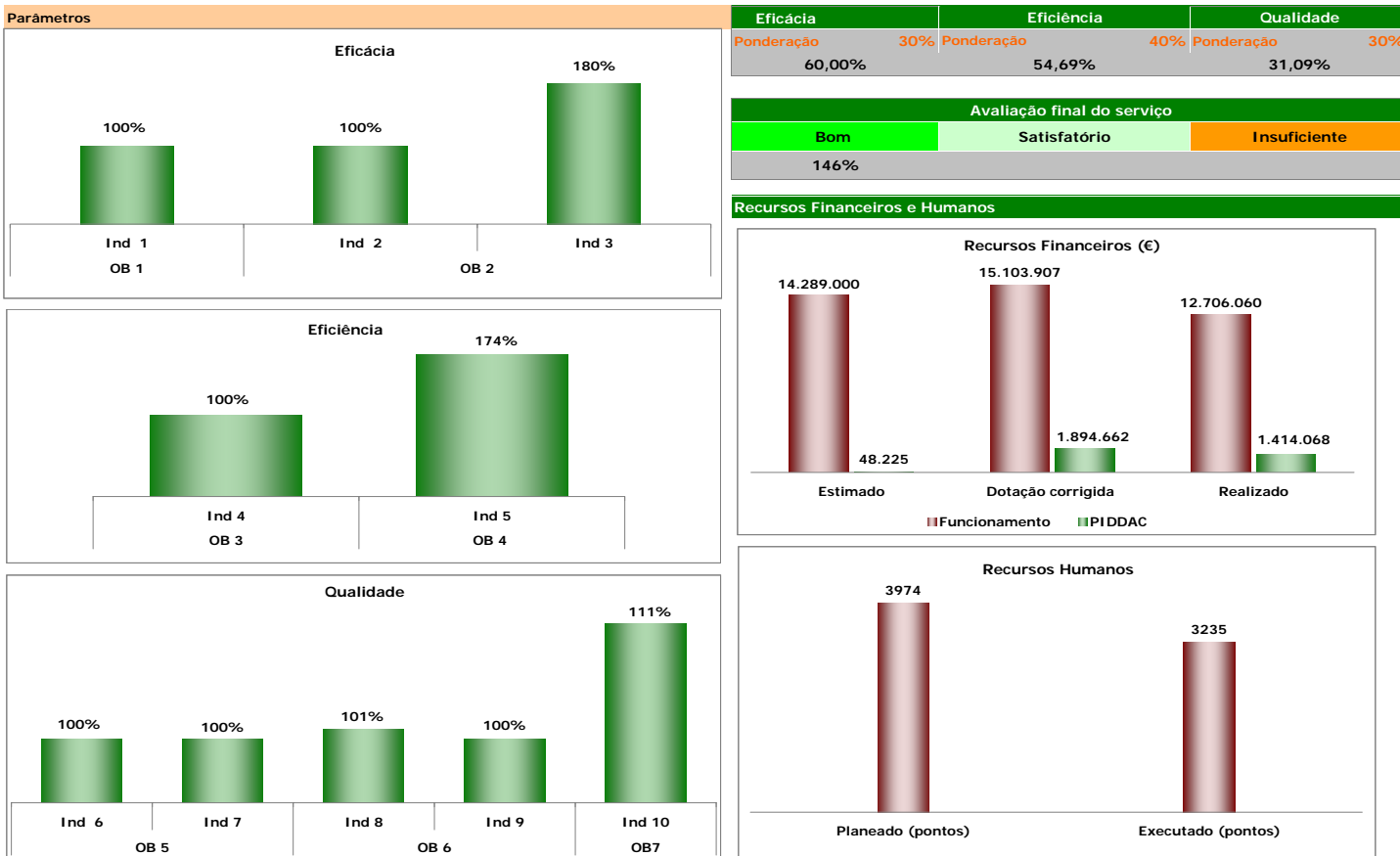
O resultado obtido em cada parâmetro é apurado através da média ponderada da classificação obtida em cada um dos indicadores que concorrem para esse parâmetro, utilizando como ponderadores o peso de cada um dos indicadores conjugado com o peso do objectivo que incorporam.

Recursos Humanos	Nº de funcionários	Pontuação	Planeados *	Executados	Desvio
Direcção superior	3	20	60	63	-3
Direcção intermédia e Chefes de equipa	22	16	352	338	14
Inspector Superior/Técnico Superior	212	12	2544	1929	615
Coordenador Técnico	2	9	18	17	1
Inspector Técnico/Assistente Técnico	110	8	880	791	89
Encarregado geral operacional	0	7	0	0	0
Encarregado operacional	0	6	0	0	0
Assistente Operacional	24	5	120	97	23
TOTAL	373		3974	3235	739

* De acordo com orientações do GPP as Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Planeados (UERHP) assumem em 2009 o valor global de 226 dias

Orçamento (€)	Estimado	Dotação corrigida	Realizado	Desvio
Funcionamento	14.289.000	15.103.907	12.706.060	1.582.940
PIDDAC	48.225	1.894.662	1.414.068	-1.365.843

NOTA: O valor do desvio foi obtido pela subtracção do valor realizado ao estimado: Desvio = (Estimado - Realizado). Tendo em consideração que a 31/12/2009, o valor da dotação corrigida (Orçamentos de funcionamento e PIDDAC) é superior ao valor estimado, resulta neste caso (Dotação corrigida - Realizado) um desvio de 2.397.847,24 para o Orçamento de funcionamento e no caso do orçamento de PIDDAC um desvio (Dotação Corrigida - Realizado) de 480.593,98.



Listagem das Fontes de verificação

Objectivo 1	Autos de consignação de trabalhos
Objectivo 2	Ficheiro dos pedidos de inspecção e registo
Objectivo 3	Relatórios das inspecções efectuadas às UITM
Objectivo 4	Data de conclusão do processo
Objectivo 5	Sistema interno de registo da receita
Objectivo 6	Data de apresentação superior da proposta
Objectivo 7	Data de envio à tutela de proposta de diploma
Objectivo 8	Data de divulgação do procedimento, incluindo os formulários, no sítio DGADR
Objectivo 9	Data de apresentação superior da proposta
Objectivo 10	Sistema interno de registo de facturas/pagamentos

O quadro do QUAR apresenta os resultados obtidos relativamente aos objectivos operacionais que enquadrados nas várias dimensões, nomeadamente, Eficácia, Eficiência e Qualidade, contribuem para os objectivos estratégicos, tendo em conta os meios humanos e financeiros disponíveis.

A dimensão Eficácia (e não considerando a respectiva ponderação) foi a que apresentou um resultado maior (200%), tendo o objectivo 2, indicador 3 registado o desvio mais alto (400%). Este bom resultado foi consequência do bom desempenho nas Unidades Industriais de Tratamento de Madeira, deveu-se à eficácia dos tratamentos fitossanitários realizados pelos operadores registados e ao acompanhamento contínuo por parte dos serviços oficiais para garantir a boa execução dos mesmos.

Na dimensão Eficiência, o resultado alcançado foi de 136,7%. O desvio do objectivo 4 foi de 73%. Assim, através da aplicação da fórmula prevista no QUAR resulta para 2008 (15,04%) e, para 2009 (17,64%). Face a estes valores, o resultado final é de 2,60 %, o que indica um objectivo superado (superação $\geq 1,5\%$).

Finalmente, para a dimensão Qualidade, verificou-se um desvio de 1% no indicador 8 do objectivo 6 e um desvio de 13% no objectivo 7 (indicador 10), sendo o resultado desta dimensão 103,6%. Estes desvios foram consequência de, respectivamente:

- Ter sido elaborada a proposta de criação de um quadro legal de forma clara e objectiva o suficiente para não exigir múltiplas reuniões de discussão e a apreciação por terceiros ter sido célere.
- O prazo médio de pagamento (PMP) foi superado dado que em média se pagou em 54 dias. Isto resulta se se levar em consideração que o pedido de integração e utilização do saldo de gerência de 2008, solicitado em 12 de Março de 2009, foi autorizado no dia 12 de Novembro de 2009, e a necessidade de utilização de verbas do orçamento de receita para pagamentos de RCP, conclui-se que este atraso teve grande impacto no planeamento e gestão de tesouraria da DGADR.

Este facto implicou que houvesse necessidade de optar por deixar atrasar o pagamento a grandes fornecedores, a EDP e a PT (o prazo médio de pagamento a estes 2 fornecedores influenciou negativamente o desempenho deste objectivo). Retirando o efeito negativo do prazo médio de pagamento à EDP e PT, a DGADR pagou aos seus fornecedores em 54 dias.

O desvio obtido ao nível dos Recursos Humanos, e tendo sido considerado (de acordo com orientações do GPP) que as Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Planeados (UERHP) em 2009 assumem o valor global de 226 dias, foi de 739 Unidades Equivalentes de Recursos Humanos (correspondendo à diferença entre as Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Planeados (UERHP) e as Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Executados (UERHE), sendo a maior lacuna da pontuação executada face à planeada ao nível de Técnicos Superiores. Há que ter em atenção que os postos de trabalho planeados (constantes do plano de actividades para 2009) apresentavam o valor de 373, em 1/1/2009 o valor de efectivos reais era de 346 e no final de 2009 o valor não ultrapassava os 314.

O desvio ao nível dos Recursos Financeiros e relativamente ao Orçamento de Funcionamento, é de 1.582.940 €, se se considerar o valor realizado face ao estimado. Porém, considerando que a dotação corrigida a 31/12/089 é superior ao valor estimado, o desvio resultante é de 2.397.847,24 €.

Relativamente ao Orçamento de investimento PIDDAC, o desvio é de -1.365.843 €, tendo em conta o 48.225 € estimado, resultando um desvio de 480.593,98 €, se se tiver em consideração a dotação corrigida (1.894.662 €).

Tendo em consideração todos os factores atrás enunciados, nomeadamente a taxa de realização dos objectivos do QUAR acrescido do facto de os objectivos operacionais e de suporte das Direcções de Serviços terem sido superadas em 55% e terem sido efectuadas actividades relevantes não planeadas propõem-se o seguinte:

MENÇÃO PROPOSTA PELO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO COMO RESULTADO DA AUTO-AVALIAÇÃO

Pela análise dos resultados obtidos em cada um dos objectivos e considerando a ponderação das dimensões, nomeadamente **EFICÁCIA (30%)**, **EFICIÊNCIA (40%)** e **QUALIDADE (30%)** resulta um valor de **60%** no parâmetro **EFICÁCIA**, **54,69%** no parâmetro **EFICIÊNCIA** e **31,09%** no parâmetro **QUALIDADE**.

Considerando estes valores, que correspondem a alguns objectivos superados, alcançou-se um valor de **146%**.

O Dirigente máximo do Serviço face ao desempenho apresentado pelo Serviço propõe a menção de **Desempenho Bom**.

CONCLUSÕES PROSPECTIVAS E PLANO DE MELHORIAS

Tendo em consideração que em resultado do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado – PRACE, a DGADR surge da fusão de dois outros organismos extintos: DGPC (Direcção-Geral de Protecção das Culturas) e IDRHa (Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica) ambos já resultado também de diversas reestruturações com missões e atribuições específicas, alguns desafios lhe têm sido colocados nomeadamente ao nível cultura organizacional também fortemente influenciada pelas diferentes localizações físicas dos edifícios da DGADR: Areeiro, Tapada da Ajuda, Oeiras e Escaroupim (Salvaterra de Magos).

Neste contexto foram perspectivadas algumas actividades numa lógica de orientação para resultados e numa perspectiva de melhoria contínua.

Esta linha de orientação traduziu-se na apresentação de projectos ao PIDDAC, que não tendo sido aprovados, ou com aprovação parcial, foram posteriormente propostos no âmbito da Modernização Administrativa aos apoios do QREN, nomeadamente:

√ Projecto **Adaptação e renovação da infra-estrutura tecnológica**

Pretende-se adequar a infra-estrutura tecnológica às necessidades funcionais da DGADR.

Os serviços principais da DGADR estendem-se, tal como já foi referido anteriormente, por edifícios em três localizações (Areeiro, Tapada da Ajuda e Oeiras) dos quais apenas os da Tapada não estão dotados de uma infra-estrutura de voz e dados estruturada, e de energia adaptada às crescentes necessidades dos equipamentos aí residentes, tornando-a insegura, e de um *data center* devidamente adaptado à sua função.

Da mesma forma existe um desequilíbrio entre as infra-estruturas de segurança contra intrusão electrónica de Oeiras relativamente aos restantes edifícios. O equipamento que a está a assegurar está obsoleto e sem as devidas actualizações.

A DGADR possuindo a competência da coordenação do Benefício Fiscal ao Gasóleo, assegura a base de dados nacional de controlo, acompanhamento e fiscalização daquele benefício. É pois fundamental a evolução quer ao nível de hardware quer de software quer mesmo do modelo funcional.

A par da preocupação com a estrutura de suporte aos dados é fundamental actualizar e normalizar as estruturas de segurança e preservação dos dados pelo que se pretendia actuar a este nível e assegurar a possibilidade de recuperação de dados em caso de perda accidental ou de outra origem.

√ Projecto **Implementação de uma ferramenta de gestão integrada no âmbito das TIC na DGADR**

Pretende-se Implementar um sistema de gestão integrada que permita uma visão global do parque informático, informação de apoio à decisão actualizada e fiável, controlo permanente da situação do parque, possibilidade de agir preventivamente para evitar situações que afectem a disponibilidade dos serviços informáticos, a locação eficaz dos recursos disponíveis, redução dos custos de operação e uma base sólida para futura implementação **ITIL** (conjunto das melhores práticas que ajudam as instituições a criar uma cultura *IT Service Management*) e certificação **ISO**.

✓ Projecto **Gestão documental e processual**

Devido à DGADR possuir edifícios em três localizações principais distantes entre si, em que cada um deles recebe e envia correspondência, produz documentos, o facto de não possuir nenhuma gestão documental não permite uma rapidez óptima de circulação de documentos. Os documentos circulam hoje através de “estafeta”. Daqui resulta a dificuldade da localização de documentos originais e de observação do circuito que seguiram, tornando-se esta forma de trabalhar altamente ineficiente e onerosa para o serviço, quer em tempo quer em custos associados.

Assim, a par com a eliminação deste problema, pretende-se evoluir na forma de tratar os documentos, e aumentar a eficiência dos processos e assim alinhar a DGADR com os objectivos do PRACE e do SIMPLEX no que concerne à redução do tempo de resposta às diversas solicitações efectuadas à instituição.

A implementação da gestão electrónica de documentos e processos pode ser uma ferramenta potenciadora da automatização de processos estáveis que envolvam outros organismos, através da utilização da assinatura electrónica, permitindo a circulação de documentos em formato digital autenticado entre os mesmos.

✓ Projecto **Informatização da tramitação processual do regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN)**

Realizar informaticamente, com recurso a sistema informático próprio, a tramitação processual do regime jurídico da RAN nos termos da obrigatoriedade estabelecida no Artigo 36º do Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de Março publicado no DR, 1ª Série, nº 63.

✓ Projecto **Tratamento, Gestão e Divulgação do Acervo Documental, Histórico e Administrativo da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural**

Tem como objectivo disponibilizar de forma organizada e digitalmente o acervo documental da DGADR que na sequência de processos de reestruturações consecutivas levou à acumulação de vários núcleos de arquivo não tratado que se encontram dispersos por vários espaços físicos e que urge concentrar e tratar.

✓ Projecto **Racionalização e desmaterialização do processo de homologação de produtos fitofarmacêuticos (p.f)**

O circuito de avaliação de um p.f. e respectiva concessão de autorização de colocação no mercado é complexo e passa por diversas equipas de avaliação. Neste momento, existem pequenas “bases de dados” sem ligação entre si que servem de suporte a todo o processo, o que dificulta o acesso atempado à informação, tanto para uso interno como para resposta a consultas externas.

Tem como objectivo aumentar a eficácia e eficiência do processo de avaliação e concessão de autorizações de venda de p. f. Melhorar o relacionamento com o utente, através da simplificação do processo e do aumento da sua transparência. Disponibilizar informação online correcta e atempada.

Ainda numa perspectiva de melhoria da qualidade dos serviços prestados, não só a nível externo, mas também interno, foram realizados questionário elaborados com base na CAF (Estrutura Comum de Avaliação - Common Assessment Framework) a alguns clientes externos, para averiguar qual o seu grau de satisfação com os serviços prestados, e aos colaboradores, clientes internos, no sentido de averiguar, igualmente, qual o seu grau de satisfação com o serviço onde exercem funções.

Os questionários permitiram também identificar algumas áreas que necessitam de maior atenção, como:

- Melhoria de informação disponível “online”
- A maior divulgação de informação aos colaboradores de modo a haver um envolvimento mais participado e motivado da organização e dos colaboradores
- O desenvolvimento de competências
- A formação profissional.

A identificação destas áreas foi relevante porque constituem também uma orientação importante para a definição da política de formação operacionalizável através do Plano de Formação para o biénio 2010-2012, com base no qual se apresentou um projecto a PIDDAC (que não foi aprovado) e duas candidaturas ao POPH (Programa operacional Potencial Humano) com aprovação de um financiamento de 20% e de 30% para enquadramento de número de funcionários e acções de formação

ANEXOS

QUADROS DO BALANÇO SOCIAL

1. RECURSOS HUMANOS

CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCULAÇÃO E GÉNERO

RECURSOS HUMANOS	SEXO	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
CT em Funções públicas por tempo indeterminado	H			77	31	8	9	3	128
	M			85	61	9	6	0	161
	T	0	0	162	92	17	15	3	289
Comissão de serviço no âmbito do LVCR	H	2	10						12
	M	1	12						13
	T	3	22	0	0	0	0	0	25
Prestação de serviços	H								0
	M								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		3	22	162	92	17	15	3	314

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefas	0	0	0
Avenças	0	0	0
Total	0	0	0

UNIDADE ORGÂNICA	Carreiras/Cargos	Número	Total por U.O.
DIRECÇÃO	Direcção Superior	3	9
	Assistente Técnico	4	
	Assistente operacional	2	
DSIGA	Direcção intermédia e Chefes de equipa	4	63
	Técnico Superior	10	
	Coordenador Técnico	2	
	Assistente Técnico	31	
	Assistente operacional	4	
	Especialista de Informática	6	
	Técnico de Informática	6	
DSATAR	Direcção intermédia e Chefes de equipa	5	43
	Técnico Superior	30	
	Assistente Técnico	7	
	Técnico de Informática	1	
DSHEAR	Direcção intermédia e Chefes de equipa	4	61
	Técnico Superior	41	
	Assistente Técnico	12	
	Assistente operacional	1	
	Fiscal de Obras	3	
DSRRN	Direcção intermédia e Chefes de equipa	3	45
	Técnico Superior	29	
	Assistente Técnico	10	
	Assistente operacional	1	
	Técnico de Informática	2	
DSPFSV	Direcção intermédia e Chefes de equipa	3	45
	Técnico Superior	28	
	Assistente Técnico	13	
	Assistente operacional	1	
DSFMMP	Direcção intermédia e Chefes de equipa	3	48
	Técnico Superior	23	
	Assistente Técnico	14	
	Assistente operacional	8	
Total		314	314

ÍNDICE DE TECNICIDADE	Técnico Superior + Informático + Assistente técnico	86%
	Total de efectivos	
ÍNDICE DE ENQUADRAMENTO	Pessoal dirigente	8%
	Total de efectivos	
ÍNDICE DE ENQUADRAMENTO FEMININO	Pessoal dirigente feminino	4%
	Total de efectivos	
ÍNDICE DE FEMINIZAÇÃO	Efectivos do sexo feminino	55%
	Total de efectivos	

CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO E GÉNERO

ESTRUTURA ETÁRIA POR GRUPO/CARGO/CARREIRA	SEXO	Menos de 20 anos	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 - 54	55 - 59	60 - 64	65 - 69	TOTAL
Dirigente Superior	H						1		0		1		2
	M						0		1		0		1
	T	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	3
Dirigente Intermédio	H					0	2	1	1	5	1		10
	M					1	4	3	3	0	1		12
	T	0	0	0	0	1	6	4	4	5	2	0	22
Técnico Superior	H				1	3	6	7	10	38	12	0	77
	M				1	5	13	27	15	20	3	1	85
	T	0	0	0	2	8	19	34	25	58	15	1	162
Assistente Técnico	H				1	2	2	6	8	12	0		31
	M				0	1	10	9	16	18	7		61
	T	0	0	0	1	3	12	15	24	30	7	0	92
Assistente Operacional	H						2	2	2	1		1	8
	M						2	3	1	1		2	9
	T	0	0	0	0	0	4	5	3	2	0	3	17
Informático	H					2	0	2	2	3			9
	M					0	1	1	3	1			6
	T	0	0	0	0	2	1	3	5	4	0	0	15
Outro pessoal	H						1	1				1	3
	M						0	0				0	0
	T	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	3
TOTAL		0	0	0	3	14	44	62	62	99	25	5	314

ESTRUTURA ETÁRIA	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Menos de 20 anos	0	0	0
20 - 24	0	0	0
25 - 29	0	0	0
30 - 34	2	1	3
35 - 39	7	7	14
40 - 44	14	30	44
45 - 49	19	43	62
50 - 54	23	39	62
55 - 59	59	40	99
60 - 64	14	11	25
65 - 69	2	3	5
70 e mais	0	0	0
TOTAL	140	174	314

CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O NÍVEL DE ANTIGUIDADE E GÉNERO

ESTRUTURA ANTIGUIDADES	HOMENS	MULHERES	TOTAL
< 5 anos	9	4	13
5 - 9	3	5	8
10 - 14	3	9	12
15 - 19	16	28	44
20 - 24	15	36	51
25 - 29	19	32	51
30 - 34	45	25	70
35 - 39	28	32	60
> 40 anos	2	3	5
TOTAL	140	174	314

ESTRUTURA DO NÍVEL DE ANTIGUIDADE	SEXO	Até 5 anos	5 - 9	10 - 14	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	> 40 anos	TOTAL
Dirigente Superior	H				1			1			2
	M				0			1			1
	T	0	0	0	1	0	0	2	0	0	3
Dirigente Intermédio	H	1	0		2	1	1	4	1		10
	M	1	2		3	2	2	1	1		12
	T	2	2	0	5	3	3	5	2	0	22
Técnico Superior	H	7		2	6	10	9	28	14	1	77
	M	3		6	17	19	14	15	10	1	85
	T	10	0	8	23	29	23	43	24	2	162
Assistente Técnico	H	1	3	0	4	1	4	9	9	0	31
	M	0	3	2	8	12	9	6	19	2	61
	T	1	6	2	12	13	13	15	28	2	92
Assistente Operacional	H			0	1	2	2	2	1		8
	M			1	0	3	3	2	0		9
	T	0	0	1	1	5	5	4	1	0	17
Informático	H			1	2		2	1	2	1	9
	M			0	0		4	0	2	0	6
	T	0	0	1	2	0	6	1	4	1	15
Outro pessoal	H					1	1		1		3
	M					0	0		0		0
	T	0	0	0	0	1	1	0	1	0	3
TOTAL		13	8	12	44	51	51	70	60	5	314

CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E GÉNERO

ESTRUTURA POR HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	SEXO	Menos de 4 anos de escolaridade	4 anos de escolaridade	6 anos de escolaridade	9º ano ou equivalente	11º ano	12º ano ou equivalente	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	TOTAL
Dirigente Superior	H								2			2
	M								1			1
	T	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
Dirigente Intermédio	H								10	0		10
	M								9	3		12
	T	0	0	0	0	0	0	0	19	3	0	22
Técnico Superior	H							21	53	3		77
	M							8	72	5		85
	T	0	0	0	0	0	0	29	125	8	0	162
Assistente Técnico	H		1	1	10	10	9					31
	M		3	6	20	6	26					61
	T	0	4	7	30	16	35	0	0	0	0	92
Assistente Operacional	H		4	1	1		2					8
	M		6	1	1		1					9
	T	0	10	2	2	0	3	0	0	0	0	17
Informático	H			1	2	1	1		4			9
	M			0	1	2	2		1			6
	T	0	0	1	3	3	3	0	5	0	0	15
Outro pessoal	H		1	2								3
	M		0	0								0
	T	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	3
TOTAL		0	15	12	35	19	41	29	152	11	0	314

ÍNDICE DE FORMAÇÃO SUPERIOR	$\frac{\text{Doutoramento+Mestrado+Licenciatura+Bacharelato}}{\text{Total de efectivos}} = 61\%$
ÍNDICE DE FORMAÇÃO SUPERIOR MULHERES	$\frac{\text{Doutoramento+Mestrado+Licenciatura+Bacharelato}}{\text{Total de efectivos / Mulheres}} = 57\%$
ÍNDICE DE FORMAÇÃO SUPERIOR HOMENS	$\frac{\text{Doutoramento+Mestrado+Licenciatura+Bacharelato}}{\text{Total de efectivos / Homens}} = 66\%$

CONTAGEM DOS TRABALHADORES ESTRANGEIROS

TRABALHADORES ESTRANGEIROS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
	0	0	0

CONTAGEM DOS TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Nº de trabalhadores	7	3	10

CONTAGEM DOS TRABALHADORES ADMITIDOS E REGRESSADOS DURANTE O ANO, POR GRUPO/ CARGO/CARREIRA E GÉNERO, SEGUNDO O MODO DE OCUPAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO OU MODALIDADE DE VINCULAÇÃO

ADMISSÕES / REGRESSOS	SEXO	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Procedimento concursal	H								0
	M								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Cedência de interesse público	H								0
	M								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Mobilidade interna a órgãos ou serviços	H			2		1			3
	M			1		0			1
	T	0	0	3	0	1	0	0	4
Regresso de licença	H			0					0
	M			1					1
	T	0	0	1	0	0	0	0	1
Comissão de serviço	H		2						2
	M		3						3
	T	0	5	0	0	0	0	0	5
Curso de Estudos Avançados em Gestão pública	H			2					2
	M			1					1
	T	0	0	3	0	0	0	0	3
Outras situações	H			3	3				6
	M			2	2				4
	T	0	0	5	5	0	0	0	10
TOTAL			0	5	12	5	1	0	23

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total
Tarefas			0
Avenças			0
Total	0	0	0

CONTAGEM DAS SAÍDAS DE TRABALHADORES NOMEADOS OU EM COMISSÃO DE SERVIÇO, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O MOTIVO DE SAÍDA

MOTIVOS DE SAÍDA	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Morte								0
Reforma								0
Cessação por mútuo acordo								0
Cessação de comissão de serviços								0
Fim de situação de mobilidade interna								0
Outros		4						4
TOTAL	0	4	0	0	0	0	0	4

CONTAGEM DAS SAÍDAS DE TRABALHADORES CONTRATADOS, POR GRUPO/CARGO/ CARREIRA, SEGUNDO O MOTIVO DE SAÍDA

MOTIVOS DE SAÍDA	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Morte								0
Reforma			16	8	2			26
Cessação por mútuo acordo								0
Cessação de comissão de serviços								0
Fim de situação de mobilidade interna			1					1
Outros			16	3	5			24
TOTAL	0	0	33	11	7	0	0	51

CONTAGEM DOS POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS DURANTE O ANO, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO A DIFICULDADE DE RECRUTAMENTO

VAGAS NÃO OCUPADAS	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Não abertura de procedimento concursal			29	7	4			40
Impugnação do procedimento concursal								0
Falta de autorização da entidade competente								0
TOTAL	0	0	29	7	4	0	0	40

CONTAGEM DAS MUDANÇAS DE SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O MOTIVO E GÉNERO

MUDANÇA DE SITUAÇÃO	SEXO	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Promoções	H								0
	M								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório	H		0	7	1			1	9
	M		2	2	1			0	5
	T	0	2	9	2	0	0	1	14
Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestonária	H		4	14	1	3	2		24
	M		1	17	14	2	0		34
	T	0	5	31	15	5	2	0	58
Procedimento concursal	H								0
	M								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Consolidação da mobilidade na categoria	H			0					0
	M			2					2
	T	0	0	2	0	0	0	0	2
TOTAL		0	7	42	17	5	2	1	74

CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE HORÁRIO DE TRABALHO E GÉNERO

PERÍODO NORMAL DE TRABALHO	SEXO	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Rígido	H			8	3	1		1	13
	M			1	1	4		0	6
	T	0	0	9	4	5	0	1	19
Flexível	H			65	23	7	8	2	105
	M			63	49	5	6	0	123
	T	0	0	128	72	12	14	2	228
Jornada contínua	H			4	5		0		9
	M			21	9		1		31
	T	0	0	25	14	0	1	0	40
Específico	H				0				0
	M				2				2
	T	0	0	0	2	0	0	0	2
Isenção de horário	H	2	10						12
	M	1	12						13
	T	3	22	0	0	0	0	0	25
TOTAL		3	22	162	92	17	15	3	314

CONTAGEM DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O PERÍODO NORMAL DE TRABALHO (PNT) E GÉNERO

PERÍODO NORMAL DE TRABALHO	SEXO	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
35 horas	H	2	10	77	31	8	9	3	140
	M	1	12	85	61	9	6	0	174
	T	3	22	162	92	17	15	3	314
Outros	H								0
	M								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		3	22	162	92	17	15	3	314

CONTAGEM DAS HORAS DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIO, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE PRESTAÇÃO DE TRABALHO E GÉNERO

MODALIDADE DE PRESTAÇÃO DO TRABALHO EXTRAORDINÁRIO	SEXO	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Trabalho extraordinário diurno	H			0	0	1265			1265
	M			32	72	0			104
	T	0	0	32	72	1265	0	0	1369
Trabalho extraordinário nocturno	H					4			4
	M					0			0
	T	0	0	0	0	4	0	0	4
Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório	H			41	77	46			164
	M			0	0	0			0
	T	0	0	41	77	46	0	0	164
Trabalho em dias de descanso semanal complementar	H					39			39
	M					0			0
	T	0	0	0	0	39	0	0	39
Trabalho em dias feriados	H								0
	M								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	0	73	149	1354	0	0	1576

Horas de trabalho nocturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno extraordinário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior					0	0	0
Dirigente Intermédio					0	0	0
Técnico Superior					0	0	0
Assistente Técnico					0	0	0
Assistente Operacional			4		4	0	4
Informático					0	0	0
Outro Pessoal					0	0	0
Total	0	0	4	0	4	0	4

**CONTAGEM DOS DIAS DE AUSÊNCIAS AO TRABALHO DURANTE O ANO, POR GRUPO/CARGO/
CARREIRA, SEGUNDO O MOTIVO DE AUSÊNCIA E GÉNERO**

MOTIVOS DE AUSÊNCIA	SEXO	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Protecção na parentalidade	H			0					0
	M			91					91
	T	0	0	91	0	0	0	0	91
Falecimento de familiar	H			12	9	0	7		28
	M			13	27	4	5		49
	T	0	0	25	36	4	12	0	77
Doença	H		0	5	88	3	6		102
	M		8	1195	914	42	0		2159
	T	0	8	1200	1002	45	6	0	2261
Acidente em serviço ou doença profissional	H			194	0				194
	M			2	38				40
	T	0	0	196	38	0	0	0	234
Assistência a familiares	H			44	2				46
	M			82	105				187
	T	0	0	126	107	0	0	0	233
Trabalhador-estudante	H			7	0				7
	M			7	39				46
	T	0	0	14	39	0	0	0	53
Por conta do período de férias	H		12	170	46	6	49		283
	M		12	267	196	7	0		482
	T	0	24	437	242	13	49	0	765
Outros	H			5	2				7
	M			102	0				102
	T	0	0	107	2	0	0	0	109
TOTAL		0	32	2196	1466	62	67	0	3823

CONTAGEM DOS TRABALHADORES EM GREVE, POR ESCALÃO DE PNT E TEMPO DE PARALIZAÇÃO

HORAS NÃO TRABALHADAS	SEXO	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informático	Outro pessoal	TOTAL
Actividade sindical	H								0
	M								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0
Greve	H								0
	M								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0

2. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

ESTRUTURA REMUNERATÓRIA, POR GÉNERO

ESCALÃO DE REMUNERAÇÕES	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Até 500 €	0	1	1
501 - 1000 €	21	37	58
1001 - 1250 €	26	34	60
1251 - 1500 €	8	10	18
1501 - 1750 €	14	22	36
1751 - 2000 €	19	20	39
2001 - 2250 €	6	7	13
2251 - 2500 €	10	16	26
2501 - 2750 €	10	9	19
2751 - 3000 €	8	10	18
3001 - 3250 €	9	5	14
3251 - 3500 €	5	1	6
3501 - 3750 €	2	1	3
3751 - 4000 €	1	1	2
4001 - 4250 €	0	0	0
4251 - 4500 €	0	0	0
4501 - 4750 €	1	0	1
4751 - 5000 €	0	0	0
TOTAL	140	174	314

REMUNERAÇÃO *	MASCULINO	FEMININO
Mínima (€)	532,00 €	470,00 €
Máxima (€)	4.512,00 €	3.758,00 €

* Considerar remuneração mensal base ilíquida

LEQUE SALARIAL ILÍQUIDO	Maior remuneração base ilíquida	9,6
	Menor remuneração base ilíquida	

TOTAL DE ENCARGOS COM PESSOAL DURANTE O ANO

ENCARGOS COM PESSOAL	VALOR (Euros)
Remuneração base *	7.880.868,00
Trabalho extraordinário	12.348,00
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados	3.741,00
Abono para falhas	1.476,00
Participação em reuniões	299,00
Ajudas de custo	172.242,00
Representação	84.483,00
Secretariado	2.799,00
Outros suplementos remuneratórios	681.293,00
Prémios de desempenho	16.567,63
Prestações sociais	53.911,64
Benefícios sociais	312.799,00
TOTAL	9.222.827,27

* Incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal

SUPLEMENTOS REMUNERATÓRIOS

SUPLEMENTOS REMUNERATÓRIOS	VALOR (EUROS)
Trabalho extraordinário (diurno e nocturno)	12.348,00 €
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	3.741,00 €
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	1.476,00 €
Participação em reuniões	299,00 €
Ajudas de custo	172.242,00 €
Representação	84.483,00 €
Secretariado	2.799,00 €
Outros suplementos remuneratórios	681.293,00 €
TOTAL	958.681,00 €

ENCARGOS COM PRESTAÇÕES SOCIAIS

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	2.947,64 €
Abono de família	43.900,00 €
Subsídio de educação especial	348,00 €
Subsídio mensal vitalício	5.656,00 €
Subsídio para assistência de 3.ª pessoa	
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	
Acidente de trabalho e doença profissional	
Subsídio de desemprego	
Outras prestações sociais	1.060,00 €
TOTAL	53.911,64 €

ENCARGOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Subsídio de refeição	312.799,00 €
Grupos desportivos/casa de pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídios de estudos	
Apoio sócio-económico	
Outros benefícios sociais	
TOTAL	312.799,00 €

3. HIGIENE E SEGURANÇA

NÚMERO DE ACIDENTES DE TRABALHO E DE DIAS DE TRABALHO PERDIDOS COM BAIXA, POR GÉNERO

ACIDENTES EM SERVIÇO	SEXO	NO LOCAL DE TRABALHO				IN ITINERE			
		TOTAL	<30 DIAS DE BAIXA	≥30 DIAS DE BAIXA	MORTAIS	TOTAL	<30 DIAS DE BAIXA	≥30 DIAS DE BAIXA	MORTAIS
N.º total de acidentes	T	1				3			
N.º de acidentes com baixa	H	0	0	0	0		0	0	0
	M	0	0	1	0		2	1	0
N.º de dias perdidos com baixa	H	0	0	0	0		0	0	0
	M	0	0	123	0		14	80	0
TOTAL		1	0	124	0	3	16	81	0

NÚMERO DE CASOS DE INCAPACIDADE DECLARADOS DURANTE O ANO, RELATIVAMENTE AOS TRABALHADORES VÍTIMAS DE ACIDENTE DE TRABALHO

CASOS DE INCAPACIDADE	N.º DE CASOS
Casos de incapacidade permanente:	0
- absoluta	0
- parcial	0
- absoluta para o trabalho habitual	0
Casos de incapacidade temporária e absoluta	1
Casos de incapacidade temporária e parcial	3
TOTAL	4

4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CONTAGEM DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL REALIZADAS DURANTE O ANO, POR TIPO DE ACÇÃO, SEGUNDO A DURAÇÃO

TIPOS DE ACÇÃO / DURAÇÃO	MENOS DE 30 HORAS	DE 30 A 59 HORAS	DE 60 A 119 HORAS	120 HORAS OU MAIS
Internas	2	1	1	0
Externas	47	3	10	0
TOTAL	49	4	11	0

CONTAGEM RELATIVA A PARTICIPAÇÕES EM ACÇÕES DE FORMAÇÃO DURANTE O ANO, POR GRUPO/CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O TIPO DE ACÇÃO

GRUPO/CARGO/CARREIRA / N.º DE PARTICIPAÇÕES E DE PARTICIPANTES	ACÇÕES INTERNAS	ACÇÕES EXTERNAS	TOTAL	
	N.º de participações	N.º de participações	N.º de participações (por acções)	N.º de participações (por n.º de trabalhadores)
Dirigente Superior	0	0	0	0
Dirigente Intermédio	8	7	15	13
Técnico Superior	42	44	86	76
Assistente Técnico	4	6	10	9
Assistente Operacional	1	0	1	1
Informático	0	3	3	1
Outro Pessoal	0	0	0	0
TOTAL	55	60	115	100

CONTAGEM DAS HORAS DISPENDIDAS EM ACÇÕES DE FORMAÇÃO DURANTE O ANO, POR GRUPO/ CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O TIPO DE ACÇÃO

HORAS DISPENDIDAS	EM ACÇÕES INTERNAS	EM ACÇÕES EXTERNAS	TOTAL DE HORAS EM ACÇÕES DE FORMAÇÃO
Dirigente Superior	0	0	0
Dirigente Intermédio	240	102	342
Técnico Superior	1192	1031	2223
Assistente Técnico	24	114	138
Assistente Operacional	6	0	6
Informático	0	53	53
Outro Pessoal	0	0	0
TOTAL	1462	1300	2762

DESPESAS ANUAIS COM FORMAÇÃO

TIPO DE ACÇÃO	VALOR (Euros)
Despesa com acções internas	4.768,70 €
Despesa com acções externas	9.710,00 €
TOTAL	14.478,70 €

ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÃO INTERNA	N.º de participações em acções internas	18%
	Total de efectivos	
ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÃO EXTERNA	N.º de participações em acções externas	19%
	Total de efectivos	
ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO GLOBAL EM FORMAÇÃO	N.º de participações em acções de formação	37%
	Total de efectivos	

5. RELAÇÕES PROFISSIONAIS

RELAÇÕES PROFISSIONAIS	NÚMERO
Trabalhadores sindicalizados	43
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	0
Total de votantes para comissões de trabalhadores	0



Questionário de satisfação dos clientes da DGADR

A procura de uma melhoria contínua dos serviços prestados é o principal compromisso assumido pela Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Neste sentido, conhecer o grau de satisfação dos seus clientes é fundamental. Colabore com a nossa organização na prossecução dessa meta, preenchendo este questionário.

A SUA COLABORAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA PRESTARMOS UM SERVIÇO DE QUALIDADE

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito.

1. Imagem global da organização						
Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Desempenho da organização						
Cortesia dos colaboradores que lidam com os clientes no local de atendimento ao público						
Cortesia dos colaboradores que atendem por telefone os clientes						
Flexibilidade e autonomia que os colaboradores da área do atendimento têm para resolver as situações individuais						

2. Envolvimento e participação						
Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Possibilidade de sugerir melhoria						
A possibilidade de utilização de vários canais de comunicação (telefone; e-mail; reuniões)						
A existência de interlocutores responsáveis pelas relações com os serviços						
Existência de vários canais para reclamações (presencialmente; por escrito; por telefone)						

3. Acessibilidade						
Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Horário de atendimento						
Informação acessível						
Nível de simplificação dos formulários (clareza da linguagem, acessibilidade, facilidade de preenchimento)						
Esclarecimento de dúvidas através de correio electrónico						
Informação disponível <i>on-line</i>						

4. Produtos e serviços						
Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Satisfação global com os produtos entregues						
Satisfação global com os serviços prestados						
Clareza da informação disponibilizada						
Qualidade dos esclarecimentos prestados por telefone						
Qualidade dos esclarecimentos prestados presencialmente						
Tempo de resposta às solicitações						

Muito obrigado pela sua colaboração.



Questionário de satisfação para colaboradores da DGADR

Este questionário versa um conjunto de temas relativos ao modo como os trabalhadores percebem a organização, de modo a aferir o grau de satisfação com a organização.

É importante que responda com rigor e honestidade, contribuindo assim para que a sua organização possa ter dados para apostar na melhoria contínua dos serviços que presta.

Não **há respostas certas ou erradas** relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

Este questionário é de natureza **confidencial**. O tratamento é efectuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o seu **anonimato** é respeitado.

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito

1. Satisfação global dos colaboradores com a organização						
Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Imagem da organização						
Desempenho global da organização						
Nível de envolvimento dos colaboradores na organização e na respectiva missão						
Envolvimento dos colaboradores em actividades de melhoria						

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito

2. Satisfação com a gestão e sistemas de gestão						
Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Forma de condução da organização (fixação de objectivos, afectação de recursos, monitorização do andamento dos projectos...)						
Forma como os objectivos individuais e partilhados são fixados						
Postura da organização face à mudança e à modernização						

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito

3. Satisfação com as condições de trabalho						
Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Ambiente de trabalho						
Modo como a organização lida os conflitos, queixas ou problemas pessoais						
Horário de trabalho						
Possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos de saúde						
Igualdade de tratamento na organização						

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito

4. Satisfação com o desenvolvimento das competências						
Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Oportunidades criadas pela organização para desenvolver novas competências						
Ações de formação que realizou						
Nível de conhecimento que tem dos objectivos da organização						

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito

5. Níveis de motivação						
Satisfação com...	Grau de Motivação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Aprender novos métodos de trabalho						
Desenvolver trabalho em equipa						
Participar em acções de formação						
Participar em projectos de mudança na organização						
Sugerir melhorias						

1= Muito Insatisfeito, 2= Insatisfeito, 3= Pouco Satisfeito, 4= Satisfeito e 5= Muito Satisfeito

6. Satisfação com o estilo de liderança						
Satisfação com...	Grau de Motivação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
A Direcção Superior						
Lidera através do exemplo						
Aceita sugestões de melhoria						
Delega competências e responsabilidades						
Estimula a iniciativa das pessoas						
Encoraja a confiança mútua e o respeito						
Promove o enriquecimento profissional						
Satisfação com...	Grau de Motivação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
A Direcção Intermédia						
Lidera através do exemplo						
Aceita sugestões de melhoria						
Estimula a iniciativa das pessoas						
Encoraja a confiança mútua e o respeito						
Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança						
Promove o enriquecimento profissional						

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito

7. Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços						
Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Equipamentos informáticos disponíveis						
Software disponível						
Equipamentos de comunicação disponíveis						
Condições de higiene						
Condições de segurança						
Serviços sociais						

Muito obrigado pela sua colaboração.

ABREVIATURAS

AB	Associações de Beneficiários
AFN	Autoridade Florestal Nacional;
AGRIS	Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais
AGRO	Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural
AH	Aproveitamento Hidroagrícola
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
ANCP	Agência Nacional de Compras Públicas
ANQ	Agência Nacional para a Qualificação
APV	Autorização Provisória de Venda
ARH	Administração da Região Hidrográfica
CA	Comissões de Acompanhamento
CAF	Common Assessment Framework
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CAP	Confederação dos Agricultores de Portugal
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCP	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
CIBE	Cadastro e Inventário dos Bens do Estado
CNPID	Comissão Nacional Portuguesa de Rega e Drenagem
CNQ	Catálogo Nacional de Qualificações
CNRA	Conselho Nacional da Reserva Agrícola
CNREN	Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional
CNV	Catálogo Nacional de Variedades
CNZH	Comissão Nacional para as Zonas Húmidas
COEX-NET	Grupo em Rede para o Intercâmbio e a Coordenação de Informações Respeitantes à Coexistência
CPEA	Comissão de Planeamento de Emergência da Agricultura
CPVO	Instituto Comunitário das Variedades Vegetais
CRRAN	Comissão Regional da Reserva Agrícola Nacional
CTA	Comissão Técnica de Acompanhamento
DHE	Ensaio de Distinção, Homogeneidade e Estabilidade
DIA	Declaração de Impacte Ambiental
DRAP	Direcção Regional de Agricultura e Pescas

ECOB	Gabinete Europeu da Coexistência
EDIA	Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, SA.
EFMA	Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva
EFSA	Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar
EIA	Estudo de Impacte Ambiental
EN	Estratégia Nacional
EU	União Europeia
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FAQ's	Respostas a Perguntas Frequentes
FVO	Gabinete Veterinário e Alimentar
GAL	Grupos de Acção Local
GPP	Gabinete de Planeamento e Políticas
ICID	Comissão Internacional de Irrigação e Drenagem
IFAP	Instituto de Financiamento, da Agricultura e Pescas
IGF	Inspecção-Geral de Finanças
IMTT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P.
INAG, I. P.	Autoridade Nacional da Água
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSPIRE (Directiva)	INfrastructure for SPatial InfoRmation in Europe
IPQ	Instituto Português de Qualidade
ISO	Organização Internacional de Normalização
ISTA	International Seed Testing Association
ITIL	Information Technology Infrastructure Library
JA	Juntas de Agricultores
LES	Laboratório de Ensaio de Sementes
LMR	Limites Máximos de Resíduos
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
LVRC	Novos Regimes de Vinculação, Carreiras e Remunerações
MPB	Modo de Produção Biológico
NECE	Núcleo de Ensaio e de Controlo do Escaroupim
NMP	Nemátodo da Madeira do Pinheiro
OCDE	Organização para a Cooperação e para o Desenvolvimento Económico
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
ONS	Organismo de Normalização Sectorial

OOR	Organizações Oficialmente Reconhecidas
PDM	Plano Director Municipal
PEOT	Planos Especiais de Ordenamento do Território
PGRIC	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas
PI	Protecção Integrada
PIFF	Posto de Inspecção Fitossanitária de Fronteira
PLC	Pedido de Libertação de Créditos
PLEIADES (Projecto)	Participatory multi-Level EO-assisted tools for Irrigation Water Management and Agricultural Decision-Support
PM	Preservadores de Madeira
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
PMP	Prazo Médio de Pagamento
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
PORLVT	Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo
PP	Planos de Pormenor
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
PRODI	Produção Integrada
PROLUMP	Programa Nacional de Luta Contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro
PROT	Planos Regionais de Ordenamento do Território
PU	Planos de Urbanização
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RCP	Relação de Comprovação de Pagamentos
RECAPE	Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução
RH	Recursos Hídricos
RJUE	Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SAA	Sistema de Aconselhamento Agrícola
SCI	Sistema de Controlo Interno
SEDRF	Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SIBS	Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.
SIIFSE	Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu
SIR	Sistema de Informação do Regadio
SNAA	Serviço Nacional de Avisos Agrícolas

TER	Turismo em Espaço Rural
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UERHE	Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Executados
UERHP	Unidades Equivalentes de Recursos Humanos Planeados
UFCD	Unidades de Formação de Curta Duração
UITM	Unidade Industrial de Tratamento de Madeira
UPOV	União Internacional para Protecção de Obtenções Vegetais
VAU	Valor Agronómico e de Utilização
ZDI	Zona de Defesa Interna

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2009

FICHA TÉCNICA

Edição: Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Coordenação: Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração / Divisão de Planeamento, Documentação e Informática

Edição em suporte digital: Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração / Divisão de Planeamento, Documentação e Informática

Série Programação nº 48

ISSN 0872-9893X

Distribuição: DSIGA - Divisão de Planeamento, Documentação e Informática
Tapada da Ajuda, Edifício I, 1349-018 LISBOA
Telfs.; 21 361 32 00, 21 361 32 83 – Linha azul 21 361 32 88 – Fax: 21 361 32 77
E-mail: dpci.pub@dgadr.pt - <http://www.dgadr.pt>

©2010, DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (DGADR)
RESERVADOS TODOS OS DIREITOS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, À
DIRECÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - DGADR
Av. Afonso Costa, 3 – 1949-002 LISBOA